

Carla de Brito Reis
Maria Jaqueline Elichier

Volume | 2

Geografia na Educação 2





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Geografia na Educação 2

Volume 2

Carla de Brito Reis

Maria Jaqueline Elichier



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Ministério
da Educação



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de Pedagogia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental

UNIRIO - Adilson Florentino

UERJ - Vera Maria de Almeida Corrêa

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Carla de Brito Reis

Maria Jaqueline Elichier

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Anna Maria Osborne

Marcelo Bastos

COORDENAÇÃO DE LINGUAGEM

Cyana Leahy-Dios

Maria Angélica Alves

COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Débora Barreiros

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Ana Paula Abreu-Fialho

Aroaldo Veneu

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Jane Castellani

COPIDESQUE

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Elaine Barbosa

Patrícia Paula

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Márcia Valéria de Almeida

ILUSTRAÇÃO

Sami Souza

CAPA

Sami Souza

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patrícia Seabra

Copyright © 2005, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

B862g

Reis, Carla de Brito.

Geografia na educação 2. v. 2 / Carla de Brito Reis; Maria Jaqueline Elichier. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. 168p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 85.7648-173-1

1. Geografia no ensino. 2. Deslocamento populacionais. 3. Urbanização. 4. Brasil regional. 5. ALCA. I. Elichier, Maria Jaqueline. II. Título.

CDD: 372.891

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieiralses

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

SUMÁRIO

Aula 11	– Deslocamento populacionais no Brasil de ontem e de hoje _____	7
	<i>Carla de Brito Reis / Maria Jaqueline Elichier</i>	
Aula 12	– A urbanização brasileira _____	25
	<i>Carla de Brito Reis / Maria Jaqueline Elichier</i>	
Aula 13	– O Brasil regional _____	45
	<i>Maria Jaqueline Elichier</i>	
Aula 14	– O Brasil regional e o complexo do Centro-Sul _____	67
	<i>Maria Jaqueline Elichier</i>	
Aula 15	– O Brasil regional e o complexo da Amazônia _____	87
	<i>Maria Jaqueline Elichier</i>	
Aula 16	– O Brasil regional e o complexo do Nordeste _____	107
	<i>Maria Jaqueline Elichier</i>	
Aula 17	– O Brasil globalizado _____	129
	<i>Maria Jaqueline Elichier</i>	
Aula 18	– O Brasil e a ALCA _____	145
	<i>Maria Jaqueline Elichier</i>	
Referências	_____	163

Deslocamentos populacionais no Brasil de ontem e de hoje

AULA

11

Meta da aula

Explicar os principais movimentos populacionais internos.

objetivos

Esperamos que, ao fim desta aula, você seja capaz de:

- Indicar as causas dos principais deslocamentos populacionais no Brasil no passado.
- Relacionar as principais tendências migratórias que vêm ocorrendo atualmente no Brasil com as suas causas e consequências.

Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, é necessário que você tenha entendido os dois processos pelos quais o Brasil passou, e que foram estudados anteriormente: o primeiro deles é a transformação da economia agroexportadora em urbano-industrial; o segundo é o processo de dispersão industrial que vem ocorrendo até hoje.

INTRODUÇÃO

Os deslocamentos populacionais entre as regiões produtoras que compunham o território sempre fizeram parte da história do Brasil.

Nesta aula, estudaremos os principais fluxos migratórios, tanto externos quanto internos, que delinearam a história das migrações no país. Analisaremos, ainda, as principais tendências migratórias atuais, destacando sempre as consequências para a futura distribuição da população sobre o território.

Historicamente, a Região Nordeste foi a primeira área que exerceu grande atração populacional, em função da produção açucareira, até o século XVIII. No século XVIII, com a estagnação da sua economia e a descoberta de metais preciosos na região de Minas Gerais, a população nordestina se deslocou para essa área. Desde então, a Região Nordeste transformou-se em área de repulsão populacional.

Mais tarde, outras atividades em declínio ou expansão provocariam o deslocamento da população brasileira. Foi o caso da atividade mineradora, em Minas Gerais; do extrativismo da borracha, na Amazônia; da cafeicultura, no Sudeste; e da rápida industrialização de São Paulo e Rio de Janeiro, que atraiu milhares de trabalhadores de todas as partes do Brasil, em especial da Região Nordeste.

Na segunda metade do século XX, a expansão da agricultura de exportação gerou fluxos migratórios para diversas regiões do interior do Brasil, principalmente para as regiões Norte e Centro-Oeste, contribuindo para maior interiorização da população.

Toda essa trajetória de deslocamentos populacionais das áreas estagnadas, que se tornam repulsoras para as **ÁREAS ATRATORAS**, é o que estudaremos nesta aula. Por uma questão de melhor organização dos temas, iniciaremos esta aula com o estudo das principais correntes migratórias externas que chegaram ao nosso país.

ÁREAS ATRATORAS

Determinadas áreas ou regiões que têm o poder de atrair população, quase sempre por oferecer estímulos econômicos que podem representar melhores condições de trabalho e de vida.

IMIGRANTES E EMIGRANTES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Migrar, antes de tudo, significa deslocar grandes contingentes populacionais de um lugar para outro. Devemos sempre procurar o motivo de tal deslocamento que, no caso do Brasil, tem sido econômico. Populações geralmente se deslocaram de áreas estagnadas economicamente, que se tornaram repulsoras, para áreas nas quais se implantou um novo atrativo econômico que passou a gerar emprego e renda.

Antes de iniciarmos o assunto, vamos tentar esclarecer a diferença entre o ato de emigrar, que significa sair de um país, e o de imigrar, que significa entrar em um país. Neste caso, observe, por exemplo, um português que veio para o Brasil. Em Portugal, o indivíduo foi declarado emigrante; porém, no Brasil, é considerado imigrante.

O Brasil, pela extensão do seu território e pelos recursos disponíveis, sempre foi um grande atrator de fluxos populacionais. Vamos abordar os principais afluxos migratórios que aqui recebemos, dividindo-os em três períodos:

- Primeiro período: inicia-se em 1808, com a chegada de D. João e da família real, e com a permissão para o comércio do Brasil com outros países e a entrada de imigrantes. Termina em 1850, com a proibição do tráfico de escravos. Nesse período, o fluxo imigratório foi muito pequeno, pois os empregos disponíveis na agricultura ainda estavam ocupados pela mão-de-obra escrava que o país utilizava. As principais correntes populacionais que aqui chegaram nesse período foram de açorianos, para o Rio Grande do Sul; de suíços, para o Rio de Janeiro; e de alemães, também para o Rio Grande do Sul e, em pequena quantidade, para o Paraná, Pernambuco e São Paulo.
- Segundo período: de 1850 até 1930. Foi o período de maior entrada de imigrantes, em função de uma causa interna e outra externa. A causa interna foi a necessidade de mão-de-obra para a cafeicultura. O governo brasileiro custeava o transporte, e os fazendeiros, para os quais eles viriam a trabalhar, cobriam as despesas do imigrante durante o seu primeiro ano de estada e permitiam que ele cultivasse, em suas terras, para o sustento próprio. A causa externa foi a integração do sul da Itália ao restante do território italiano. Essa área teve a sua indústria desestruturada em função da concorrência com a do norte e causou desemprego, tanto industrial quanto agrícola, tornando-se uma área repulsora. As principais correntes imigratórias foram de italianos, alemães, espanhóis, sírio-libaneses, poloneses, ucranianos e japoneses.

- Terceiro período: de 1930 até os dias atuais. Nesse período, os europeus foram atraídos pela industrialização que ocorreu na década de 1950 e pelo “milagre brasileiro” que ocorreu na década de 1970. Este último atraiu, em sua maioria, imigrantes sul-americanos. Verificamos, nesse período, uma queda acentuada da entrada de imigrantes no Brasil em função dos seguintes fatores:
 - a Revolução de 1930;
 - a Lei de Cotas, estabelecida no Brasil, que fixava em 2% por ano a entrada de imigrantes sobre o total dos últimos 50 anos (exceção para os portugueses);
 - a Segunda Guerra Mundial, que dificultava deslocamentos entre os países;
 - melhor condição econômica apresentada pela Europa, no pós-guerra;
 - o golpe militar de 1964;
 - o grande endividamento do Brasil, a partir da década de 1970, e as suas conseqüências sobre a economia e o mercado de trabalho.

A partir da década de 1980, verificou-se uma inversão do fluxo migratório no Brasil, que antes era de mais entradas e depois passou a ser de mais saídas, instituindo-se numa nova etapa na história das migrações brasileiras, ocasionada pelos seguintes fatores: a crise econômica interna, que não permitia a oferta de empregos, além de representar perda do valor real dos salários; a inflação; a recessão econômica.

Todos esses fatores levaram muitos brasileiros a deixarem o Brasil em busca de melhores salários ou apenas com o objetivo de fazer uma poupança e retornar. Diante disso, os Estados Unidos foram o destino mais buscado, seguido dos países da Europa Ocidental e do Japão, entre mais procurado pelos descendentes de japoneses.

Iniciou-se também, nesse período, um fato grave chamado “fuga de cérebros”, que é a saída de mão-de-obra superqualificada em busca de melhores empregos. Dentre eles, cientistas, pesquisadores e professores emigram em vista das precárias condições da pesquisa científica no Brasil.



Aí vai uma dica: se você conhece algum imigrante, convide-o para um bate-papo com as crianças. Estimule seus alunos a fazerem perguntas sobre a experiência de mudar de país e buscar uma outra vida numa pátria diferente da de origem.



ATIVIDADE

1. “O Senhor Armando Justino se transferiu da Itália para o Brasil no início do século XX. Veio para trabalhar na cafeicultura paulista. Mais tarde, seus filhos se transferiram para a capital do Estado, onde buscavam estudo e trabalho. Acabaram constituindo família e até hoje seus descendentes vivem na grande metrópole.” A história de vida de Sr. Justino se repete em milhares de outras histórias pelo Brasil afora. Você saberia apontar por que a família do Sr. Justino e milhares de outras abandonaram seu lugar de origem e vieram para o Brasil? E, por que seus filhos foram parar na cidade grande? Que tipo de mudanças isso provocou em suas vidas?

COMENTÁRIO

A composição da população brasileira reflete a transferência de migrantes de várias nações do mundo. Dentre as principais causas, estavam a busca de melhores condições econômicas e de estabilidade social e política. Esses imigrantes se espalharam por todo o Brasil e foram responsáveis pela construção de uma parte importante de nossa história.

OS PRINCIPAIS MOVIMENTOS POPULACIONAIS INTERNOS

Vamos analisar agora os principais tipos de migrações internas que ocorrem em nosso território. São elas a migração sazonal, também conhecida como transumância ou migração pendular, e o êxodo rural.

A transumância é um deslocamento temporário (ida e volta contínua, por isso conhecida como pendular) e está relacionada a uma fase do ano (sazonal) sempre ligada a uma atividade econômica que necessita de mão-de-obra. Como movimentos pendulares incluem-se também aqueles realizados diariamente por milhares de trabalhadores urbanos que vivem nas periferias e trabalham nos grandes centros urbanos. Você vai ver, agora, alguns exemplos de transumância no Brasil.

No Nordeste, ela ocorre todos os anos após a colheita do milho feita pelos pequenos agricultores, no Agreste e no Sertão. Eles se deslocam para a Zona da Mata, para se empregarem na colheita da cana-de-açúcar, e retornam para o Agreste, quando a colheita acaba.

Entre São Paulo e Paraná existe um grande grupo de trabalhadores volantes que, todos os anos, em fevereiro, trabalham na colheita do algodão, no norte do Paraná e, em maio, trabalham na colheita da cana-de-açúcar, em São Paulo, para depois retornarem aos seus estados.

Analisaremos agora o êxodo rural, que é o deslocamento de populações que abandonam o campo para procurar emprego na cidade. Ele pode ser temporário, quando o migrante, depois de algum tempo trabalhando fora, retorna à sua área de origem; ou pode ser definitivo. Com relação ao êxodo rural temporário, podemos listar alguns exemplos:

- indígenas já aculturados, que migram temporariamente para as cidades mais próximas, quando suas tribos passam por dificuldades, em busca de trabalho e depois retornam;
- filhos de pequenos agricultores que, na entressafra – período em que não há trabalho nas suas terras –, deslocam-se para trabalhar nos centros urbanos mais próximos e depois retornam para o plantio ou para a colheita em suas terras;
- trabalhadores rurais e urbanos que se empregam temporariamente em grandes obras de construção civil, tais como hidrelétricas;
- trabalhadores rurais volantes que, na entressafra agrícola, deslocam-se para os garimpos e depois retornam.

O êxodo rural, a partir de 1950, passou a ser o mais importante movimento populacional dentro do Brasil, pois foi esse movimento que transformou o Brasil num país urbano. Observe no **Gráfico 11.1**. Temos como principal causa a incorporação, isto é, a compra ou apenas anexação (verifique nas Aulas 7 e 8 a organização do espaço agrário brasileiro) das pequenas e médias propriedades rurais pelos grandes fazendeiros ou empresas rurais, fatos que geram uma grande concentração das terras cultiváveis nas mãos de poucos, com

a expulsão dos pequenos proprietários. Na busca de soluções, eles passam a procurar as cidades na esperança de encontrar melhores condições de vida e, como você sabe, nem sempre encontram.

Você sabia que um grande incentivo ao êxodo rural, na década de 1950, foi a penetração das imagens da televisão no campo, difundindo, de maneira fantasiosa, o modo de vida urbano e os produtos de consumo, criando o desejo de viver numa grande cidade?



Aí vai uma dica: monte uma lista, juntamente com seus alunos, de novas necessidades de consumo criadas pelas imagens da televisão, exibidas tanto no campo como nas cidades. Eles também podem consultar seus familiares.

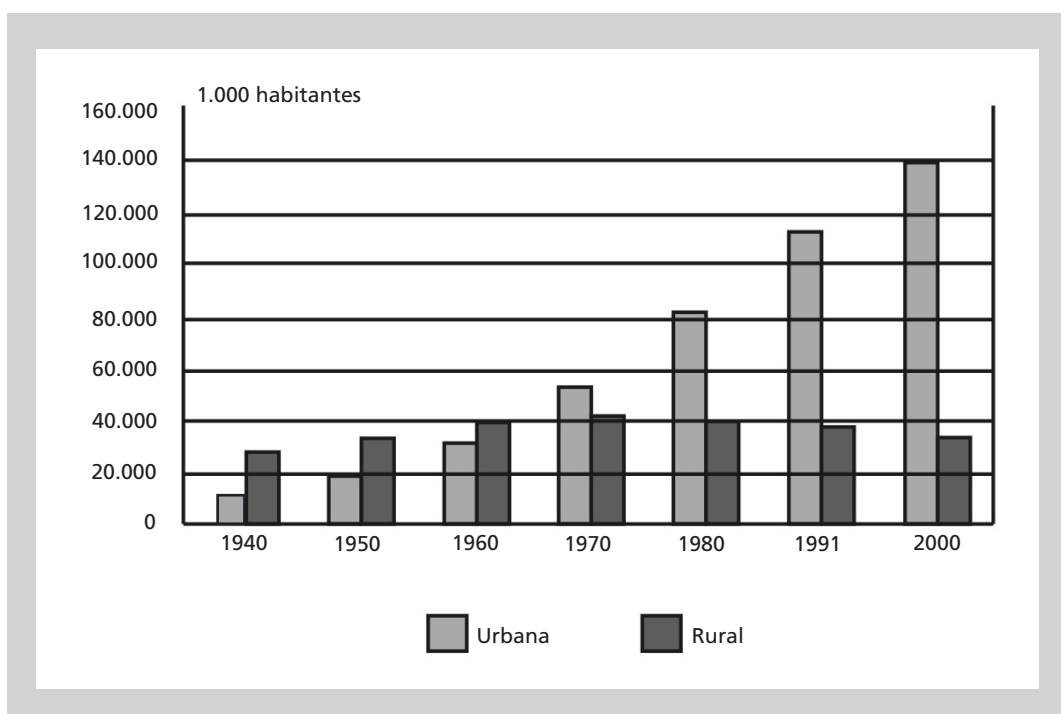


Gráfico 11.1: Evolução das populações rurais e urbanas no Brasil a partir de 1940.

A HISTÓRICA ATRAÇÃO PELA INDÚSTRIA DO SUDESTE

A implantação da indústria nas três grandes cidades do Sudeste, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, a partir de 1930, atraiu, além dos imigrantes estrangeiros, grandes levas de migrantes internos. Estes vieram, principalmente, do Nordeste, região que ainda hoje se constitui numa grande área de repulsão populacional, em função da estagnação econômica em grande parte de seu território.

Até 1872, data do primeiro recenseamento feito no Brasil, 46,7% da população brasileira viviam na Região Nordeste. Em 1890, a população do Nordeste caiu para 42% do total, enquanto a do Sudeste já era de 42,6%. Em 1995, a população nordestina já representava apenas 29% do total do país. O seu declínio está relacionado a dois fatores:

1. períodos de seca na região do Sertão;
2. movimentos de emigração em direção:
 - a) à Amazônia, para a extração de borracha;
 - b) ao Maranhão, para a extração de babaçu e cultivo de arroz;
 - c) ao Mato Grosso, para trabalhar nos garimpos;
 - d) a Goiás, para a construção de Brasília;
 - e) ao Sudeste, em busca de oportunidades na indústria.

A estagnação econômica que ocorreu depois do período da cana-de-açúcar e a extrema concentração das terras nas mãos dos latifundiários transformaram o Nordeste num depósito de mão-de-obra barata para os centros industriais do Sudeste, o maior atrativo populacional do século XX. A imensa maioria dos migrantes nordestinos é de mão-de-obra desqualificada e recebe os piores salários. Dos trabalhadores que formam a economia informal, 35% são migrantes (não só nordestinos) e seu salário médio é 30% menor do que o dos residentes antigos.

A cidade de São Paulo foi a que recebeu mais migrantes. Na década de 1960, sua população teve um aumento de 72%, enquanto no Rio de Janeiro o aumento foi de 38% no mesmo período.

A maior consequência espacial do grande fluxo migratório que ocorreu em direção às cidades industriais do Sudeste foi a formação de aglomerações urbanas situadas na periferia dessas cidades. Essas aglomerações também

se espalharam pelos municípios vizinhos, e eles cresceram tanto que se encostaram no município principal, dando origem a um fenômeno urbano chamado “região metropolitana”.

A política rodoviarista, isto é, aquela política iniciada no governo de Juscelino Kubitschek e seguida pelos governos militares (estudada na Aula 3), que dava prioridade à utilização do transporte rodoviário, facilitou muito a mobilidade espacial da população em direção às grandes cidades do Sudeste.

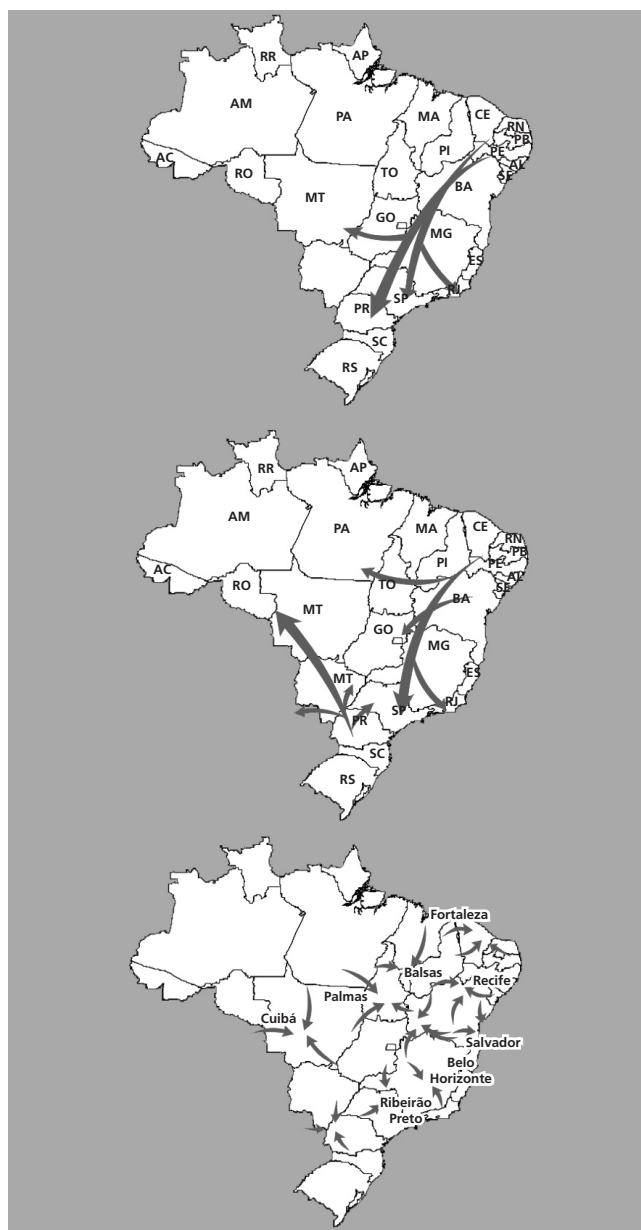


Figura 11.1: Fluxos migratórios 1940-1994.



Aí vai uma dica: procure, entre seus amigos, parentes e conhecidos (ou dos seus alunos), um caso típico de um migrante que tenha abandonado sua terra para vir trabalhar como operário de uma indústria no Rio de Janeiro e entreviste-o juntamente com seus alunos. Selecione previamente as perguntas de modo a levar os alunos à maior compreensão do tema.

A FAMOSA MARCHA PARA O OESTE

DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Também conhecida como “população relativa de uma área”, é o cálculo da relação entre uma população e a extensão da área que ela ocupa. Para encontrarmos o valor da densidade demográfica de uma região, dividimos a população da região pelo tamanho da sua superfície. O Brasil possui uma extensão territorial de 8.547.403,5 km² e uma densidade demográfica, calculada em 2000, de 19,9 habitantes por km², que é muito baixa. Isso significa que é um país muito populoso (que tem uma grande população), porém pouco povoado, pois o seu território é muito grande. Dessa forma, trata-se de um cálculo médio, e não representa a real distribuição populacional, pois existem áreas densamente povoadas, tais como o Distrito Federal, com 352 hab/km², e outras minimamente povoadas, como o Amazonas, com 1,7 hab/km², ou Roraima, com 1,4 hab/km².

Até a década de 1940, a população brasileira concentrava-se absolutamente no litoral, em função de a nossa economia já ter nascido voltada para as exportações. As grandes regiões Norte e Centro-Oeste tinham **DENSIDADES DEMOGRÁFICAS** muito baixas, que eram de 0,41 e 0,67 hab/km². As duas juntas possuíam apenas 6,5% da população do país.

A partir da década de 1940, iniciou-se a chamada marcha para o interior do país, isto é, uma expansão da fronteira agrícola, pois, estando as terras litorâneas já muito ocupadas, a população passou a buscar novas terras, com custos menores para plantar ou para criar animais. O Governo Federal, então, tentando estimular um movimento populacional para o interior, começou a formar colônias agrícolas, primeiramente em Goiás e Mato Grosso do Sul. Data também desse período um movimento migratório em direção ao norte do Paraná, que começou a ser loteado pela iniciativa privada, atraindo um grande fluxo de paulistas.

Na década de 1950, houve uma intensificação dos deslocamentos populacionais em todo o país. Dentro da Região Nordeste, os habitantes do litoral, que era a antiga área da cana-de-açúcar, foram atraídos para o Maranhão, para a coleta de coco de babaçu e o cultivo de arroz. Os nordestinos de toda a região se dirigiram a Mato Grosso, para os garimpos; e a Rondônia, para a extração de cassiterita. Houve também nessa época um grande deslocamento de gaúchos para o norte do Paraná, em busca de novas terras que foram abertas para a agricultura. Em Goiás, a construção de Brasília também atraiu populações de todo o Brasil, principalmente de nordestinos.

A partir da entrada dos militares no poder, a grande preocupação passou a ser a integração da Amazônia ao território nacional, de acordo com a ideologia da segurança nacional, na qual uma fronteira desabitada seria mais facilmente invadida ou tomada. O governo utilizava o chavão: “Atrair os homens sem terras para as terras sem homens.” Iniciou-se, então, a implantação, pela Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da

Amazônia), de projetos minerais e agropecuários, ignorando os pequenos proprietários que já ocupavam as terras ou que necessitavam delas.

Na década de 1970, iniciou-se a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá–Santarém, com o objetivo de ocupação dessas áreas. A Rodovia Transamazônica inicia-se na Região Nordeste (Cabedelo, na Paraíba) e segue em direção à Amazônia, com o objetivo de desviar o fluxo de nordestinos para o Sudeste, que já estava superpovoado. Tinha como objetivos, também, diminuir conflitos de terras no Nordeste e alimentar a Amazônia de mão-de-obra. Essas estradas foram implantadas sem estudos de impacto ambiental ou social; por isso, causaram muita destruição, principalmente, aos indígenas.

Ainda na década de 1970, iniciou-se um aumento da “apropriação injusta da terra” na Amazônia. O governo, que fez tudo para atrair migrantes, não lhes garantiu o acesso à terra, que era tomada injustamente pelos latifundiários. A saída encontrada por esses pequenos agricultores foi a de se transformarem em trabalhadores assalariados rurais e, até mesmo, urbanos. Com isso, as cidades e vilas da região passaram a ter estoque de mão-de-obra para as frentes de trabalho de derrubada das matas e para os garimpos, o que explica o grande crescimento das cidades (da população urbana) na Amazônia.

RONDÔNIA E RORAIMA: AS ÚLTIMAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS

Veja que Rondônia e Roraima foram as unidades da Federação que mais cresceram entre 1970 e 1990. Nessa época, com o fracasso da ocupação em torno da Rodovia Transamazônica, restou Rondônia como uma das poucas alternativas de acesso à terra para o pequeno produtor rural. Nessa região, foram implantados projetos de colonização das terras pelo Governo Federal, e não pela iniciativa privada, utilizando-se empréstimos do Banco Mundial, tais como:

- o Programa Polonoroeste, que visava também ao asfaltamento da Rodovia Cuiabá–Porto Velho;
- o PIC (Programa Integrado de Colonização), com a participação do INCRA, que tinha a responsabilidade de organizar os assentamentos de pequenos agricultores, dando assistência financeira e tecnológica;

- o Projeto de Assentamento, no qual o INCRA apenas demarcava e titulava os lotes ocupados espontaneamente pelos agricultores.

Nessa região, o fluxo migratório foi superior à capacidade de absorção dos projetos do INCRA, resultando no inchamento dos centros urbanos e na transformação dos migrantes num exército de mão-de-obra disponível para as fazendas de gado e as madeiras da região.

Rondônia iniciou seu crescimento populacional com a exploração de cassiterita, na década de 1960, e, na década seguinte, com os programas de colonização e a melhoria das rodovias Cuiabá–Porto Velho e Porto Velho–Manaus. Atualmente, as grandes fazendas ocupam as melhores áreas dos projetos de colonização ao longo das rodovias. Sua ocupação tem sido desastrosa, em função do desmatamento que tem provocado. Sem nenhuma orientação técnica, o homem devasta a cobertura vegetal, faz a queimada para a instalação de projetos agropecuários e extração de madeira. Perde-se a biodiversidade, agredem-se os indígenas, transformando-os em peões, aculturando-os segundo padrões calcados na destruição e no desrespeito.

No início de 1980, Roraima funcionou como um dos “últimos eldorados amazônicos”. Foram encontrados ouro e diamantes nas terras pertencentes aos Ianomâmis, o que atraiu um grande fluxo migratório. A população de Roraima, entre 1980 e 1990, cresceu 272%, atravessando a fronteira Brasil–Venezuela e gerando confrontos, para os quais foi necessária a intervenção do exército. Em 1991, o Governo Federal demarcou as terras dos ianomâmis, o que fez com que a migração diminuísse e os garimpeiros fossem transformados em trabalhadores assalariados temporários ou posseiros. As marcas da decadência ficaram na paisagem da sua capital, Boa Vista, nas favelas que surgiram na periferia urbana.

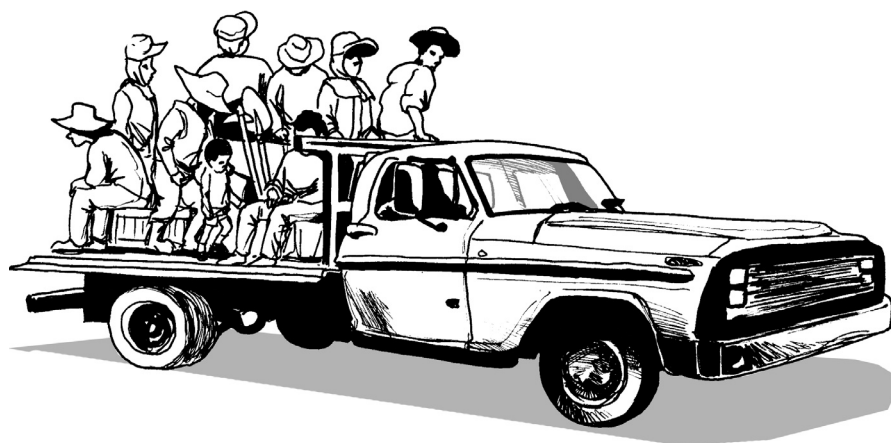


Figura 11.2: A migração pode se caracterizar como um fenômeno compulsório, quando obriga enormes contingentes populacionais a se deslocarem de maneira penosa.

AS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS ULTRAPASSAM OS LIMITES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

No final da década de 1970, vemos o início de um novo movimento emigratório da população rural brasileira, conduzido pela expansão da fronteira agrícola para além dos limites do território, isto é, invadindo terras de outros países da América do Sul que fazem fronteira com o Brasil. Veja, agora, alguns exemplos:

- 1- Para o Paraguai emigraram os chamados “brasiguaios”, um movimento migratório de brasileiros provenientes do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina. Dentre eles estavam os sem-terras, os fazendeiros (minifundiários e latifundiários) em busca de terras com menores preços, e até mesmo indústrias madeireiras em busca de áreas ainda não exploradas.

O governo paraguaio loteou terras com preço inferior às brasileiras e deu facilidades de crédito para o plantio e para a comercialização da produção. Até hoje, porém, existem graves conflitos nessa região, em função da venda das mesmas terras a mais de um proprietário, um caso claro de corrupção administrativa por parte do governo paraguaio e dos latifundiários e empresas madeireiras brasileiras. Nesses confrontos, muitos pequenos proprietários perderam as suas terras para os grandes empresários e tiveram de retornar ao Brasil. Em 1985, surgiram os primeiros assentamentos das quase cinco mil famílias de “brasiguaios retornados” que, mais tarde, foram assentados pelo governo brasileiro.

O resultado desse caso de expansão agrícola foi o beneficiamento do grande capital, representado pelos grandes proprietários e pelas empresas madeireiras em detrimento dos pequenos proprietários que, sem a proteção da lei, foram expropriados, isto é, expulsos de suas terras de direito.

No Paraguai, hoje, temos cerca de 350 mil agricultores brasileiros ou brasiguaios que são responsáveis por 90% das exportações de soja do Paraguai, 80% do milho, 60% da carne e 50% da produção agroindustrial.

2- Para o Uruguai emigraram, ainda no início na década de 1980, pecuaristas e agricultores gaúchos, também motivados pelo preço da terra, mais baixo em relação às brasileiras. Hoje, no Uruguai, em fazendas que ocupam 1 milhão de hectares (6% da superfície do país), 3 mil brasileiros criam um rebanho de meio milhão de cabeças de gado e produzem 60% da safra de arroz.

3- Para a Argentina, onde o cultivo de arroz feito por brasileiros ocupa 35% das terras cultivadas de arroz, sem contar que mais de 30 mil brasileiros trabalham em Buenos Aires.

4- Para a Bolívia, onde mais recentemente verificamos um avanço de grandes fazendeiros de soja em direção às terras férteis da região de Santa Cruz de la Sierra, provenientes de Mato Grosso, Rondônia e Acre, em vista das facilidades de aquisição de terras concedidas pelo governo boliviano. Hoje, são 200 fazendeiros e outros 10 mil garimpeiros, seringueiros e madeireiros que para lá emigraram.

5- Para outros países da América do Sul, com invasões de garimpeiros de ouro e diamantes na Venezuela, nas duas Guianas e no Peru. Na Colômbia, o acesso se torna mais difícil em função não só da selva como dos guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que ali atuam.



Aí vai uma dica: monte com seus alunos, um mural com reportagens e fotos sobre conflitos de terras que demonstrem a questão da expansão da fronteira agrícola no país, com suas respectivas causas e consequências.



ATIVIDADE

2. Um movimento de intensa migração no Brasil, conhecido como “marcha para o oeste”, caracterizou-se como uma expansão da fronteira agrícola brasileira. Do seu ponto de vista, que tipo de consequências sociais, econômicas e ambientais foram produzidas por esse movimento de população sobre o território?

RESPOSTA

Esse é um fenômeno que, apesar de ter sido mais intenso numa determinada época da história brasileira, ainda ocorre. A principal causa da interiorização da população brasileira foi o encarecimento das terras no litoral, já bastante ocupado, o aumento das exportações brasileiras e a demanda por novas áreas agrícolas. Dentre as consequências, temos a grande degradação ambiental que a agricultura de exportação vem causando, principalmente a derrubada das florestas e a contaminação dos rios, a destruição das tribos indígenas e o empobrecimento cada vez maior dos produtores rurais que não contam com a assistência plena do Estado para a sua manutenção nessas áreas.

SITUAÇÃO ATUAL DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL

A partir de 1990, a situação das migrações internas no território brasileiro é a seguinte:

- queda nos movimentos migratórios que se dirigiam ao Sudeste, principalmente em direção às grandes metrópoles. As causas dessa diminuição são as crises econômicas da década de 1980, a chamada década perdida, e o processo conhecido como “desconcentração econômica”, que inicia com a migração de indústrias que saíram das

grandes capitais para outras áreas do interior, ou pela implantação de novas indústrias em novas áreas. Após da indústria, migram uma série de atividades secundárias e terciárias ligadas a ela, inclusive a mão-de-obra.

- Migração em direção à Amazônia, na busca por novas fronteiras agropecuárias e pelos garimpos.
- Grande crescimento populacional de alguns municípios de médio e pequeno porte no interior do país, em função da instalação de indústrias (novidade em termos de migração), atraindo mão-de-obra.
- Maior capacidade de retenção da população no Nordeste, com o crescimento das cidades de porte médio e com a elevação das taxas de urbanização.
- Decréscimo acentuado da população rural no Centro-Oeste, em função da sua economia rural ter como base os grandes latifúndios exportadores que contam com elevado grau de mecanização.
- Baixas taxas de crescimento e a continuidade das perdas populacionais na Região Sul, em função do grande parcelamento das terras, por herança.
- Desconcentração populacional nas áreas metropolitanas do país, em função da queda da taxa de fecundidade, que gera um menor crescimento da população das grandes cidades.

Assim, o nosso país foi redefinindo a sua história de movimentação populacional, pois novas tendências se configuraram. Se no princípio, no século XIX, tivemos o fluxo migratório superando o emigratório, no século XX tivemos a inversão dessa situação.

A região que outrora fora a maior recebedora dos fluxos migratórios (Sudeste) perde essa categoria. No momento atual, a população brasileira tem buscado mais o interior do país, assim como outros países do continente, configurando-se, assim, maior diversidade migratória no Brasil.

ATIVIDADE FINAL

A atração populacional exercida pelo Sudeste, ao longo do século XX, produziu consequências socioespaciais nem sempre positivas para o país, como a concentração populacional que passou a ocorrer em metrópoles como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A partir da análise da letra de música a seguir, aponte algumas consequências, dificuldades e desafios enfrentados por esses migrantes brasileiros.

Cidadão
(Zé Geraldo)

Tá vendo aquele colégio, moço?
Eu também trabalhei lá.
Lá eu quase me arrebento:

fiz a massa, pus cimento,
ajudei a rebocar.
Minha filha inocente
Vem pra mim toda contente:
“Pai vou me matricular”.
Mas me diz um cidadão:
“Criança de pé no chão
aqui não pode estudar”.

Esta dor doeu mais forte,
Por que eu deixei o Norte?
Eu me pus a me dizer:
lá a seca castigava,
mas o pouco que plantava
tinha direito a comer.

COMENTÁRIO

Zé Geraldo escreveu essa música a partir de uma reflexão sobre a situação do migrante, do trabalho e da exclusão no nosso país. A grande atração populacional exercida pelo Sudeste em meados do século XX se deu por conta da implantação da indústria, que necessitava, no início, de muita mão-de-obra para o seu funcionamento. Depois, em meados da década de 1960, foi o resultado da política desenvolvimentista voltada para o mercado de exportação, implantada pelos governos militares, que esvaziou o campo e inchou a cidade, fazendo emergir uma questão urbana de difícil solução. O crescimento urbano acelerado e desordenado, e o empobrecimento da população provocaram a deterioração progressiva das condições de vida nas cidades.

RESUMO

A história dos assentamentos populacionais no território brasileiro tem seu início bem antes da colonização, com a chegada dos primeiros habitantes, os índios. Durante a colonização européia, foram assentados os brancos portugueses e demais imigrantes; e os negros, como escravos. A história se inicia com o fluxo imigratório superando o emigratório, o que se inverte a partir da década de 1980.

No plano interno, a primeira grande região a receber e concentrar população foi o Nordeste, em função do ciclo da cana. Com o seu declínio, torna-se uma área de repulsão populacional, de onde partem migrantes para todas as outras regiões do país, acompanhando os ciclos produtores que se desenvolvem em outras áreas, até finalizar com a indústria, o maior fator de atração de populações de todos os tempos, que ocorreu na Região Sudeste em meados do século XX.

Atualmente, a situação migratória no país segue as seguintes tendências: diminuição do afluxo para a indústria do Sudeste, em função de que esta inicia seu deslocamento para áreas mais interioranas, e também porque passou a demandar menos mão-de-obra. Os maiores afluxos migratórios, depois do industrial, foram os que acompanharam a expansão das fronteiras agrícolas, que ultrapassaram os limites do território brasileiro e invadiram outros países da América do Sul. Neste novo século, vemos não só o adensamento populacional dos centros de pequeno e médio portes, nos quais a indústria passou a ser implantada, como também maior diversidade migratória dentro de cada região.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, estudaremos o processo de urbanização do território brasileiro, analisando as novas tendências e as suas consequências socioespaciais.

A urbanização brasileira

AULA 12

Meta da aula

Apresentar a dinâmica da urbanização brasileira.

Esperamos que, ao fim desta aula, você seja capaz de:

- Reconhecer as principais causas econômicas e políticas que influenciaram na intensificação da urbanização brasileira no início do século XX.
- Analisar os efeitos da urbanização acelerada no espaço e na sociedade brasileira.

Pré-requisito

Para melhor compreensão desta aula, é necessário que você tenha entendido que o nosso país sofreu influências socioeconômicas que determinaram a sua transformação num país essencialmente urbano, assunto tratado nas Aulas 2 e 3.

INTRODUÇÃO

Estudar o fenômeno da urbanização por si só não basta. É preciso ir além da abordagem numérica do fenômeno. É preciso conhecer as condições concretas de vida dos indivíduos que abandonaram seu *habitat* de origem e se instalaram nos centros urbanos. É a isso que nos propomos nesta aula. Entender a urbanização brasileira não só como um processo de transferência de população rural para o meio urbano, mas também como um processo que provocou intensas transformações sociais e ambientais no território.

URBANIZAÇÃO

Trata-se da transformação de espaços naturais e rurais em espaços urbanos, concomitantemente à transferência em larga escala da população do campo para a cidade (êxodo rural), em razão de diversos fatores.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Separação no espaço das classes sociais. Exemplo: Na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, existem luxuosos condomínios, servidos por toda a infraestrutura urbana. Enquanto isso, no mesmo bairro, erguem-se favelas numerosas, carentes de todo e qualquer tipo de serviço.

SUBEMPREGO

Atividade em que o trabalhador é mal remunerado e sem nenhum tipo de vínculo formal, sem as garantias trabalhistas previstas por lei, como, por exemplo, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Previdência Social e décimo terceiro salário.

QUE URBANIZAÇÃO É ESSA?

Você sabe por que o Brasil é um país tão urbanizado? Que temos mais de 70% de nossa população vivendo em cidades? Esta é, de fato, uma importante característica do espaço brasileiro atual, a sua imensa **URBANIZAÇÃO**.

Essa urbanização se caracteriza pela ampliação do número de cidades, pela concentração da população nos grandes centros, pela grande importância política e econômica das cidades e, particularmente, das metrópoles, e pela enorme **SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**. A urbanização só ocorre, de fato, quando a população urbana cresce mais que a rural, como resultado da migração campo-cidade.

E você sabe como se processaram as mudanças que definiram a urbanização do nosso país?

Quando a industrialização ganhou impulso definitivo, em 1930, o Brasil tinha 30% de sua população nas cidades e 70% no campo. Em 1980, esse percentual tinha se invertido. Isso dá idéia de quão rápidas foram as transformações do espaço brasileiro nesse período, com o incremento da industrialização e as mudanças na agricultura.

A industrialização brasileira se caracteriza por seu caráter poupador de mão-de-obra, pois se realizou “pulando etapas”, não passando por todas as fases de desenvolvimento por que passaram os países que primeiro fizeram a Revolução Industrial. O Brasil, ao iniciar seu processo de industrialização, já dispunha de um nível tecnológico elevado (se comparado ao patamar daqueles que iniciaram sua industrialização no século XVIII). Isso fez com que boa parte dos trabalhadores não fosse absorvida, dando origem a um setor terciário vasto e caracterizado pelo **SUBEMPREGO**.

Além disso, o nível de desemprego tende a se manter sempre elevado, o que se agravou com o aprofundamento dos processos de automação industrial e flexibilização das relações de trabalho, em curso atualmente. Esse fato gerou uma organização do espaço urbano no qual se nota uma nítida segregação socioespacial, com a discrepância entre luxuosos edifícios e favelas extremamente carentes de serviços e com habitações precaríssimas.

Tais questões são agravadas pelo fato de o padrão de urbanização brasileira ser marcado pelo predomínio de grandes cidades e por uma reduzida importância das cidades de pequeno e médio porte, o que se deve, sem dúvida, à concentração espacial da indústria.

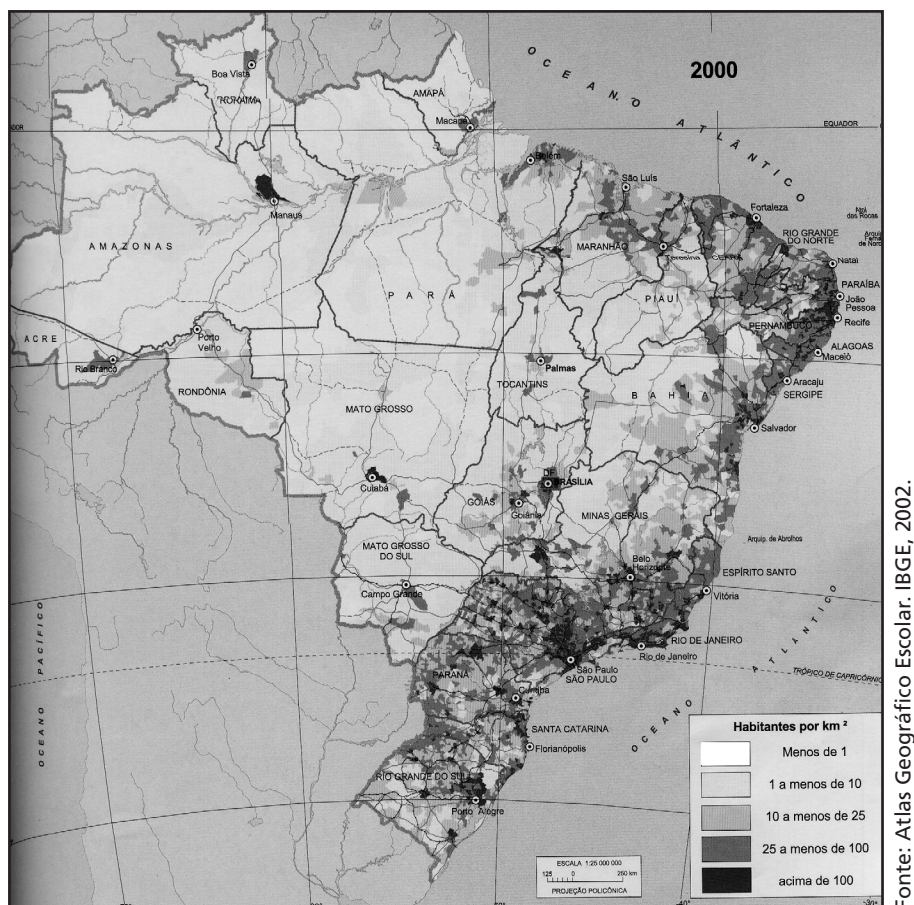
Dentro da organização espacial brasileira, as grandes metrópoles nacionais têm um papel de destaque, enquanto as cidades de pequeno porte geralmente carecem de serviços e estão subordinadas a uma grande metrópole, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo; esta última é a principal cidade do país e uma das maiores do mundo.

Esse quadro não tem sido transformado, mesmo com a recente tendência à desconcentração espacial da indústria, que tem procurado um aumento da participação de outras regiões do país, que não só o Sudeste.

A instalação de indústrias em outras regiões metropolitanas e em cidades de porte médio apenas tem contribuído para agravar o desemprego nas grandes cidades, sem representar uma descentralização de fato.

O padrão flexível de industrialização que se expande hoje no país, estimulado pela guerra fiscal entre os estados e municípios, não resolve os problemas porque, ao instalar suas filiais no interior do país, as empresas recebem muitos benefícios das prefeituras e governos estaduais, que, por sua vez, buscam a geração de novos empregos. A contrapartida da geração dos empregos acaba não compensando os investimentos dessas cidades e estados, pois as empresas apenas transferem parte das operações, mantendo o seu controle nas metrópoles, conforme vimos na Aula 9, o que não resolve os problemas sociais.

Para verificarmos como a população brasileira se concentra espacialmente, ainda influenciada pela concentração da indústria, basta observarmos a **Figura 12.1**, que apresenta a densidade demográfica do Brasil.



Fonte: Atlas Geográfico Escolar. IBGE, 2002.

Figura 12.1: Densidade demográfica do Brasil.

COMO COMEÇOU A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO?

Você sabia que os países passam por uma revolução urbana? Pois é, o Brasil fez a sua revolução urbana apenas após a revolução demográfica dos anos 1950. Antes disso, a urbanização brasileira foi um fenômeno descontínuo e pouco dinâmico.

Durante todo o período colonial e o imperial, as cidades surgiam aqui ou ali por ocasião da descoberta dos recursos naturais que podiam ser explorados economicamente. Quando esses se esgotavam, levavam os pequenos centros urbanos à estagnação. Basta lembrarmos o exemplo da cidade de Vila Rica de Ouro Preto. A antiga capital de Minas Gerais teve seu auge no período da extração das riquezas minerais, quando chegou a ser considerada, por muitos, como a principal cidade de toda a América. Mas, quando a riqueza mineral se findou, Ouro Preto entrou em decadência econômica e sofreu um esvaziamento populacional.

As grandes cidades mais bem localizadas tiveram seu crescimento de forma um pouco mais contínua, principalmente aquelas que desenvolviam a atividade portuária. A posição geográfica permitia que a função exportadora fosse mantida, mesmo diante da estagnação de alguns centros comerciais que dependiam dos portos. Veja o exemplo da cidade do Rio de Janeiro: quando o produto da mineração, exportado pelo porto da cidade do Rio de Janeiro, se esgotou nas Minas Gerais, foi a exportação do café que impediu a estagnação do centro urbano do Rio de Janeiro.

Assim, no período colonial, vão se constituir algumas pequenas redes urbanas regionais estimuladas pelos fluxos comerciais. Muitas destas cidades, fundadas pela Coroa em lugares privilegiados, foram transformadas em pólos que se articulavam uns com os outros.

Mas, independentemente da localização das cidades brasileiras, fossem elas no litoral ou no interior, todas refletiam seu crescimento espontâneo e desalinhado, sem planejamento. O surgimento das cidades era desordenado, o alinhamento das ruas e das casas era totalmente aleatório à vontade dos moradores. Essa é uma característica marcante da organização das nossas cidades, percebida nos dias de hoje em muitos centros antigos de pequenas e grandes cidades do país.

Um fator determinante para a transformação urbanística de algumas cidades do país foi a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, onde ela se instalou. Essa cidade recebeu uma forte influência urbanística que a aproximou das cidades européias. Além disso, nesse mesmo período, a cidade do Rio de Janeiro atingiu o primeiro lugar quanto ao número de habitantes das cidades brasileiras, desbancando Salvador e Recife, que foram redinamizadas com a retomada do crescimento do setor agrário, principalmente através da recuperação da produção da cana-de-açúcar.

AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS A PARTIR DO SÉCULO XIX

A economia e a política foram os principais vetores de estímulo para a fundação de muitas cidades localizadas nas principais regiões econômicas do Brasil, como o Sudeste e o Nordeste. Quanto ao espaço físico, as condições favoráveis de relevo, as boas terras e o clima definiram as características dos lugares.

Mais uma vez a cafeicultura e as ferrovias tiveram papel importante na dinamização do país. Ambas foram fatores muito importantes na criação de cidades do Sudeste, que giravam em torno da economia do café e também da cana-de-açúcar. Cidades como Ribeirão Preto e Bauru, em São Paulo, nasceram em função disso. Também no Nordeste, a ferrovia construída por iniciativa dos grandes produtores de cana criou uma significativa rede de cidades, interligando o interior do sertão baiano ao litoral canavieiro do Nordeste, chegando, no final do século XIX, ao norte de Minas Gerais, a Juazeiro e Petrolina, na fronteira entre Bahia e Pernambuco.

Mesmo com toda a expansão da sua rede urbana, o Brasil chegou às primeiras décadas do século XX tendo uma população predominantemente rural. As mudanças ocorridas na política e no sistema socioeconômico, com a introdução do trabalho livre e assalariado, permitiram ao país adotar uma nova forma de ocupação de seu território. A economia de caráter agroexportador reproduzia relações sociais de trabalho que fixavam o homem ao campo.

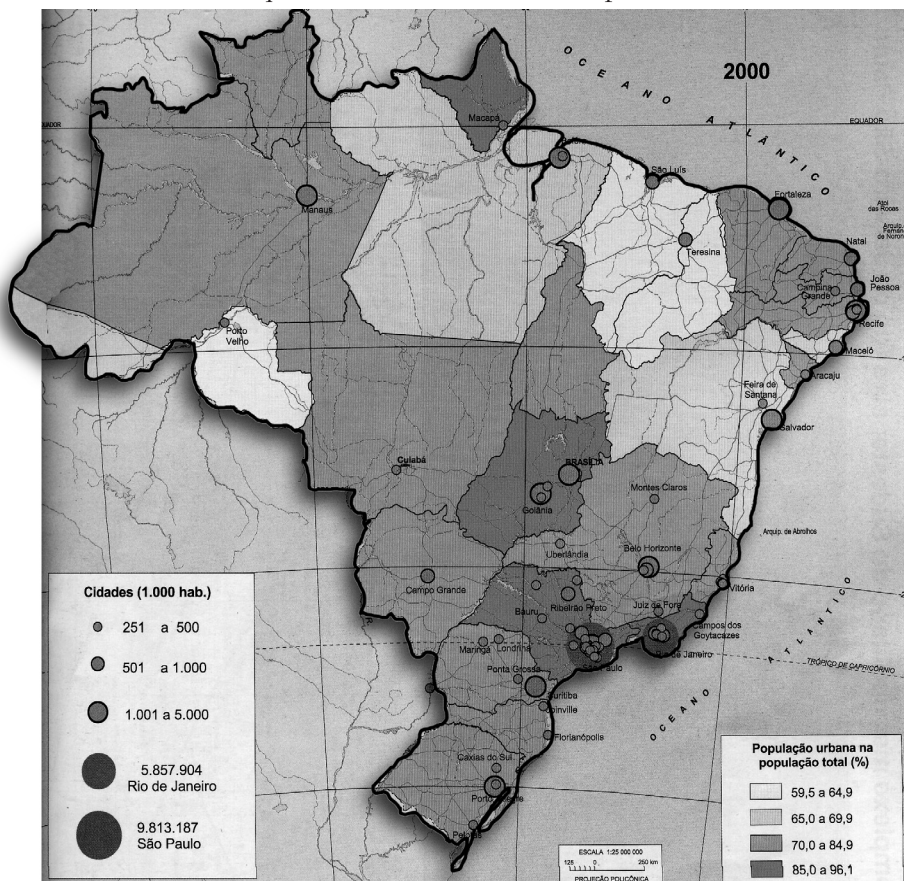


Figura 12.2: Urbanização brasileira.

Fonte: Atlas Geográfico Escolar. IBGE, 2002.

Foi a economia do café que permitiu a conquista de muitas áreas do interior do país, que fortaleceu as relações sociais do trabalho livre e alargou os mercados internacionais. Foi, portanto, um dos grandes responsáveis pelo crescimento das cidades e pela transformação socioespacial do país. São Paulo e Rio de Janeiro assumiram a partir daí a posição de liderança no crescimento.

A população assalariada favoreceu a organização dos mercados urbanos. Nos novos e antigos centros urbanos acumulavam-se trabalhadores livres, empregados nas atividades industriais e no setor terciário. Sabe qual foi a novidade maior desse período? As senzalas foram substituídas pelos cortiços, e aos escravos recém-libertos restou lutarem pela sobrevivência nas cidades, dependendo do dinheiro do seu salário para comprar os gêneros alimentícios e também para pagar por sua moradia. São as novas relações capitalistas de trabalho se consolidando na nossa sociedade.

A industrialização e a modernização da agricultura que acabaram incentivando a migração campo-cidade geraram empregos especializados, expandiram a classe média e aqueceram o consumo urbano, estimulando o comércio e a expansão da prestação dos serviços urbanos. Viver na cidade tornou-se *moderno*, ao mesmo tempo que permanecer no campo tornou-se sinônimo de *atrasado*. Os maiores responsáveis por criar esse padrão de modernidade foram os meios de comunicação, que levaram para a população de todo o mundo a idéia de que o modelo urbano oferecia um padrão de vida mais elevado, mais moderno. Esse padrão de vida está baseado nas possibilidades do consumo.



Aí vai uma dica: faça uma espécie de enquete com seus alunos e pergunte a eles que tipo de coisas eles sentem vontade de comprar depois de assistirem à televisão. Com essa enquete é possível mostrar como os meios de comunicação estimulam o consumo exagerado, principalmente junto às crianças.

De que maneira a modernidade interfere na dinâmica urbana? A modernidade produziu o outro lado da urbanização. O Brasil se modernizou (e se urbanizou) apoiado na entrada de capitais estrangeiros. Mas as tecnologias importadas para produzir essa modernização não eram adaptadas às nossas condições, e sim à realidade dos países mais desenvolvidos, onde a urbanização já estava estabilizada e o crescimento da oferta de mão-de-obra urbana era lento e gradual. No Brasil, tínhamos uma situação totalmente oposta, porque, ao mesmo tempo que o crescimento econômico disparava, a introdução de indústrias, baseadas em tecnologia adaptada aos países ricos, produzia aqui problemas sociais. Quer um exemplo? A modernização da economia atraiu mais trabalhadores do que as novas atividades produtivas conseguiam absorver, resultando em desemprego nos principais meios urbanos do país.

Os trabalhadores menos qualificados para o trabalho urbano acabaram sendo absorvidos pelo setor terciário informal. É o caso dos camelôs e dos prestadores de serviços, como os que fazem consertos de eletrodomésticos, veículos, roupas, calçados etc.



Aí vai uma dica interessante, para desmitificar a idéia do campo como sinônimo de atrasado e a cidade como sinônimo de moderno, é desenvolver um trabalho de colagem com recortes de jornais e revistas, com figuras que mostrem os moradores do campo e da cidade, as suas instalações habitacionais, os seus eletrodomésticos, os seus instrumentos de trabalho etc. Isso ajuda a mostrar que, apesar de existirem diferenças, o homem do campo não pode ser considerado o jeca-tatu que vive no meio do mato, mas que ele também tem acesso à modernidade.

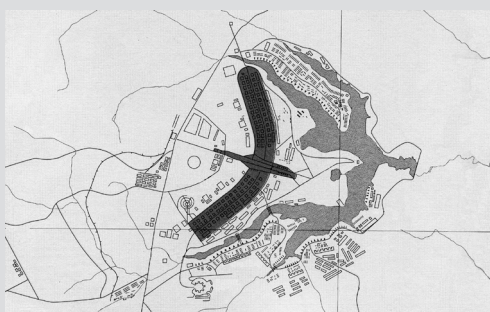
A Exclusão Social

O Brasil é um país moderno! É verdade. Por suas características econômicas, ele é classificado dessa maneira. Mas fica muito fácil questionar esse conceito quando levamos em conta os indicadores sociais: grande número de desempregados, alto índice de analfabetismo, déficit de moradias, sucateamento da saúde e da educação. Significativa parcela da população vive excluída do acesso às riquezas produzidas no país.

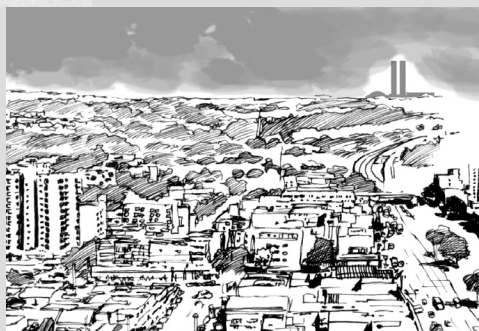


ATIVIDADE

1. As cidades nascem por influência de diferentes vetores, como a busca pelo trabalho, que estimula a migração rural-urbana. Nesse sentido, o espaço urbano pode ser planejado ou crescer de maneira espontânea, conforme o arranjo que o homem lhe dá. Nesse mesmo espaço, serão estabelecidas relações sociais, que adquirem diferentes facetas dentro da urbanização. Sendo assim, analise as duas figuras a seguir: a primeira mostra o projeto inicial de construção de Brasília, sob planejamento, e a segunda, outra parte desse mesmo espaço que fugiu ao controle e seguiu regras espontâneas de crescimento. Estabeleça as relações de causa e conseqüências nesse espaço que adquire facetas diferenciadas.



a



b

COMENTÁRIO

A economia e a política estimularam a fundação de cidades localizadas nas principais regiões econômicas do Brasil. A industrialização e a modernização da agricultura foram projetos políticos calcados num projeto maior de modernizar o Brasil. No caso de Brasília, temos duas dinâmicas distintas no que se refere ao ordenamento do espaço urbano. Na área central houve uma ação planejada (**Figura A**),

enquanto nas áreas periféricas o crescimento espontâneo foi gerando um outro padrão de urbanização que foge do previamente estipulado (Figura B).

A partir dos conteúdos estudados nesta aula, procure identificar os fatores que determinaram essa diferença na ocupação do espaço.

A METROPOLIZAÇÃO BRASILEIRA

Conforme já foi dito, a revolução urbana brasileira só aconteceu após a revolução demográfica dos anos 1950, e foi inicialmente do tipo aglomerada, com o aumento do número de cidades com mais de 20 mil habitantes. O momento seguinte se caracterizou por uma urbanização do tipo concentrada, com a multiplicação das cidades médias, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável de cidades com mais de um milhão de habitantes e de cidades médias, com mais ou menos meio milhão de habitantes.

Segundo a etimologia, o termo *metrópole* significa "cidade-mãe", atualmente usada como sinônimo de grande cidade. Para a Geografia, o termo tem um significado mais preciso. A metrópole, além de ser uma grande cidade, precisa ser dotada de certas características, como:

- um crescimento que faz a cidade se expandir, prolongando-a para fora de seu perímetro, e absorver aglomerados rurais e outras cidades;
- a existência de um centro histórico onde se concentram atividades de serviços e a partir do qual surgem subcentros;
- a dicotomia entre a existência da cidade como espaço edificado e a estrutura político-administrativa. Como exemplo temos o ABCD paulista, onde cada cidade tem seu centro administrativo municipal autônomo e, juntas, formam uma **CONURBAÇÃO**, que dá origem à metrópole;
- fluxos de circulação de veículos com dois picos de maior intensidade, normalmente no período da manhã e no final da tarde, formando o chamado fluxo pendular, atravessando mais de uma cidade.

CONURBAÇÃO

Interligação de cidades pela expansão periférica da malha urbana ou pela integração socioeconômica comandada pelo processo de industrialização. Ex.: o Grande Rio, que une vários municípios, como Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

O crescimento das regiões metropolitanas é um fato marcante da urbanização brasileira nas últimas décadas. É nas regiões metropolitanas

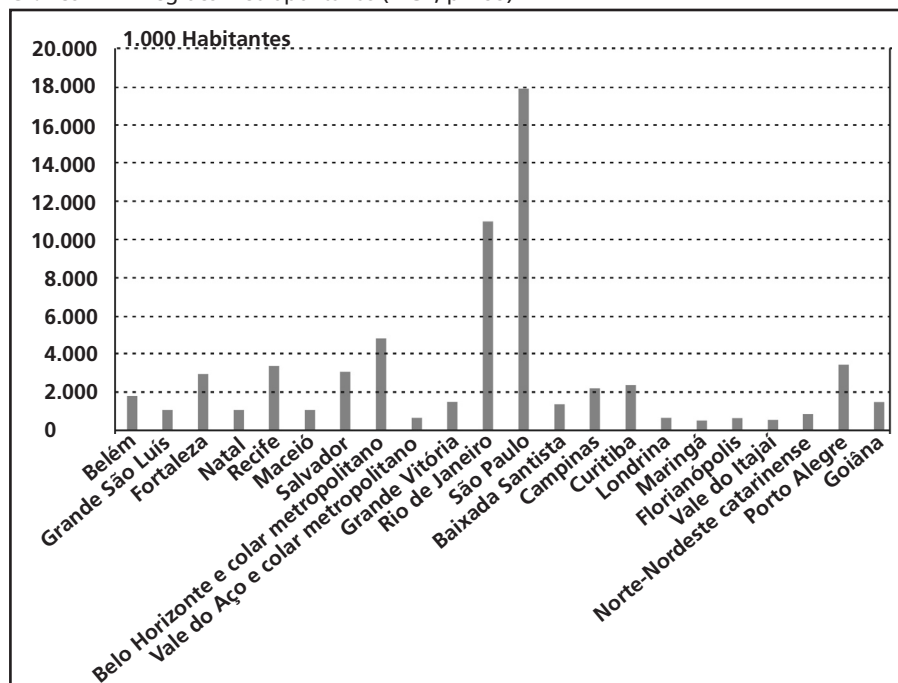
que se diversifica e avoluma a divisão do trabalho, originando uma série de relações econômicas e sociais. Quanto maiores as aglomerações urbanas, maior a sua capacidade de abrigar atividades diferenciadas. Por isso, as metrópoles acabaram se caracterizando como a forma mais aguda do processo de concentração espacial que o capitalismo foi capaz de produzir no século XX.

Mas, nas últimas décadas, ganharam força também as cidades pólos dos centros regionais, o que favoreceu o crescimento das metrópoles regionais, relativamente maior do que o das metrópoles do Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse fato deve estar provavelmente associado à desconcentração do processo de industrialização brasileiro.

A configuração das regiões metropolitanas, que se consolidou após os anos 1950, resultou do intenso processo de concentração das atividades secundárias e terciárias em expansão nos centros urbanos que já representavam pólos regionais de crescimento econômico, e que se desenvolviam no interior da sociedade agroexportadora brasileira.

O grau de concentração populacional que nelas acabou ocorrendo e, conseqüentemente, os problemas da demanda de emprego, habitação, transporte, saneamento etc., fizeram com que passassem a ser vistas, dado o nível de tensão política e social, como áreas de risco, em função do fenômeno da conurbação.

Gráfico 12.1: Regiões metropolitanas (IBGE, p. 155)



Esses e vários outros problemas urbanos vêm sendo discutidos por muitos fóruns e grupos especializados na questão. No plano governamental, entrou em vigor, em 2001, o Estatuto da Cidade, lei que regulamenta o capítulo de política urbana (artigos 182 e 183) da Constituição Federal de 1998. Essa lei estabelece, no âmbito de cada cidade, as condições de cumprimento da função social da propriedade e da própria cidade, conforme parte do texto oficial, a seguir:

**Estatuto da Cidade
LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001
DIRETRIZES GERAIS**

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
(...)

III - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV - planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V - oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

Caso você queira ter acesso ao texto completo, consulte o *site* www.ambientebrasil.com.br.

A hierarquia urbana e as transformações espaciais

O IBGE define a classificação da hierarquia urbana brasileira a partir da adoção dos seguintes critérios:

- a rede viária e o fluxo de passageiros;
- o estudo do fluxo de bens e serviços entre os diferentes centros do país (prestação de serviços de saúde, educação, comércio etc.).

Dessa definição, foi possível identificar uma hierarquia de importância entre os grandes centros urbanos:

1. metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro);
2. metrópoles regionais (Recife, Salvador, Belém, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza e Belo Horizonte);
3. centros regionais (Brasília, Goiânia, Campinas, Campina Grande, Londrina).

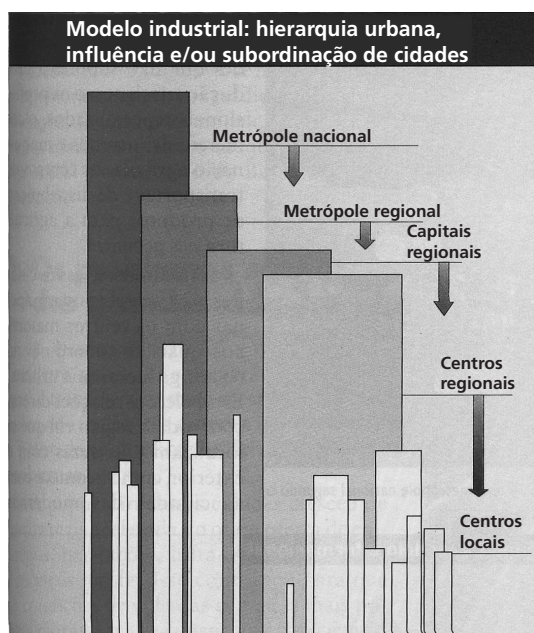


Figura 12.3: Figura que mostra uma rede urbana.

Vale lembrar que as regiões metropolitanas e os centros regionais polarizam várias redes de cidades colocadas sob sua influência, extrapolando os limites político-administrativos dos estados. Quanto mais se fortalecem esses grandes centros polarizadores do território, mais crescem os problemas de habitação, transporte e saneamento básico. O mais grave deles é o da habitação, porque resulta da monopolização do mercado da terra urbana. Quanto mais cresce a população e, conseqüentemente, a demanda por habitação, mais escasso e valorizado se torna esse solo.

A alta valorização do solo urbano leva ao fenômeno da verticalização das áreas centrais das grandes cidades, enquanto nas áreas periféricas o que se encontra é um processo de expansão horizontal, geralmente acompanhada de precárias condições de infra-estrutura. As periferias metropolitanas quase sempre nascem de loteamentos clandestinos, criados em lotes grilados em áreas públicas e privadas. As condições caóticas em que crescem as periferias metropolitanas geralmente acompanham a deterioração das regiões centrais das grandes cidades e também dos bairros que ficam ao seu redor.

Na cidade do Rio de Janeiro, esse processo está muito bem evidenciado no espaço. As áreas centrais acabaram ocupadas por trabalhadores de baixa renda, provocando o que chamamos encortijamento das antigas habitações, que tem como conseqüência social a queda da qualidade de vida das pessoas que tiveram de optar por manter residência nos bairros centrais.



Aí vai uma dica: leve seus alunos numa excursão à região central de uma cidade média ou grande e a uma área de periferia. Mostre a eles os resultados da valorização do solo urbano que provoca expansão das periferias, precárias em infra-estrutura, e deteriora áreas centrais, transformando-as em áreas de moradia degradadas, de baixa qualidade, como os cortiços.

Já as classes média e alta acabaram se refugiando dos problemas sociais e ambientais que se acumularam nessas áreas indo morar nos condomínios fechados, construídos em locais mais afastados dos centros urbanos, normalmente em áreas mais arborizadas e limpas, onde se encontra uma qualidade de vida mais elevada.

Enquanto o centro urbano abriga a parcela da população que não encontrou outra opção que não a de permanecer próximo ao trabalho, mesmo que em condições precárias de habitação, a conurbação criada na região metropolitana vai abrigar outros tipos de problemas para os trabalhadores: o do transporte de massa. O trabalhador que se abrigou na periferia passa a enfrentar problemas como o de ônibus insuficientes, as longas distâncias, os grandes congestionamentos, as horas passadas no trânsito, enfim, problemas modernos, que trazem ao trabalhador um enorme desgaste na sua condição física e perda de qualidade de vida.



Figura 12.4.a: O deslocamento até o local de trabalho toma tempo e diminui a qualidade de vida do trabalhador das grandes cidades.



Figura 12.4.b: Refúgios da classe média.



ATIVIDADE

2. Juca e André, ambos com 15 anos, são adolescentes que têm histórias de vida opostas. Juca mora na Zona Leste, periferia de São Paulo, uma das áreas mais pobres do país. Tem cinco irmãos e estuda numa escola pública do bairro. Seu pai abandonou a família quando ele ainda era bebê. Recentemente foi recolhido num abrigo para menores depois de ter sido flagrado praticando um assalto. Ao contrário, André é filho da classe média, estuda em escola particular e seus pais são professores universitários, o que lhes dá uma boa renda familiar. André quer ser médico, e seu pai já pensou até na universidade que ele vai cursar. Essa historinha mostra dois lados de uma mesma cidade grande, no caso, São Paulo. Mostra dois produtos da urbanização, produzidos pelas diferenças sociais que se avolumam nesses espaços. Do seu ponto de vista e, levando em consideração a história de Juca e André, a que podemos relacionar o aumento da violência nas grandes cidades?

RESPOSTA COMENTADA

As grandes cidades brasileiras têm refletido no espaço os problemas derivados da aglomeração populacional e da falta de projetos governamentais que ofereçam opções definitivas para esses problemas. A história de Juca e André só exemplifica uma realidade que é muito comum nas regiões metropolitanas e também nas cidades de menor tamanho. Problemas de habitação, transporte, saneamento básico, educação de qualidade, acesso ao emprego, exacerbam as condições de subvida de milhares de pessoas nas grandes cidades e levam ao aumento da violência urbana. A violência é um sintoma social do espaço urbano e reflete a falta de oportunidades.

PROBLEMAS SOCIAIS X PROBLEMAS AMBIENTAIS: A CIDADE DE HOJE

O fenômeno da globalização produziu, ao longo das últimas décadas, novas fontes de riqueza, mas também de pobreza, nas grandes cidades.

Ao mesmo tempo que os salários dos trabalhadores industriais tendem a baixar, verifica-se, com menor intensidade, uma imigração de gente de baixa renda proveniente de áreas rurais modernas, de áreas rurais tradicionais e de outras áreas urbanas. As grandes cidades se desenvolveram como pólo atrativo a acolher gente pobre e lhes oferecer alguma espécie de ocupação.

Os gastos públicos privilegiaram a criação de uma infra-estrutura para atender às necessidades das atividades produtivas, em detrimento da satisfação das necessidades sociais. As grandes obras, como usinas hidrelétricas, rodovias, sistemas ferroviários urbanos, sistemas de telecomunicações, beneficiaram indiretamente os mais pobres. No entanto, os problemas imediatos não foram resolvidos: submoradia, subemprego, falta de transportes coletivos de qualidade, falta de infra-estrutura básica, como pavimentação, coleta de esgotos, água, luz elétrica, a decadência do ensino público e a deterioração da assistência médico-hospitalar. Estes são só alguns dos problemas urbanos sem solução.

A submoradia tem-se caracterizado como um dos problemas urbanos mais graves. Dos anos 1980 para cá, ela se multiplicou nas grandes cidades. Na maioria das vezes, situa-se nas áreas centrais, formando os cortiços, em que famílias inteiras vivem instaladas num único cômodo. Muitas pessoas preferem viver assim a tentar a instalação nas periferias porque os problemas com deslocamento, principalmente, são grandes. Por outro lado, a presença da mão-de-obra nas áreas centrais significa economia para os empregadores, já que os custos com o transporte costumam ser altos.

A presença de favelas em áreas centrais também segue as mesmas características. A maioria dos terrenos ocupados por favelas pertence ao Estado, que nos últimos anos tem procurado estabelecer programas de reurbanização das favelas, com o objetivo de fornecer infra-estrutura básica, apesar de a maior parte das favelas existentes no país continuar em situação precária.



Estima-se que no Brasil, hoje, aproximadamente 80% da população das favelas concentra-se nas regiões metropolitanas, e 70% das moradias são construídas pelos próprios moradores, normalmente em terrenos sujeitos a desmoraamentos, o que causa risco de morte para essas pessoas.

O Estado brasileiro pouco fez até hoje para resolver os problemas inerentes à urbanização acelerada ocorrida no país. Sua ação se deu apenas no sentido de sacramentar a desordem urbana; ou seja, o Estado, em vez de buscar a solução definitiva para os problemas urbanos, muito mais acentuados nas regiões metropolitanas, aplica seus recursos de forma paliativa, como, por exemplo, urbanizando parte das favelas, titulando terrenos irregulares, ou levando infra-estrutura para loteamentos ilegais.

As metrópoles brasileiras expandiram-se de forma acelerada, produzindo e reproduzindo várias formas de segregação espacial. E o Estado? Suas ações foram marcadas por profundas contradições, omissões e desacertos. O Estado tem-se mostrado incapaz de corrigir as distorções da urbanização brasileira. Enquanto isso, os problemas sociais se reproduzem espantosamente nas grandes e também nas médias e pequenas cidades deste país.

Causas da Violência no Brasil

Nos últimos anos, a sociedade brasileira entrou no grupo das sociedades mais violentas do mundo. Hoje, o país tem altíssimos índices de violência urbana (violência praticada nas ruas, como assaltos, seqüestros, extermínios etc.); violência doméstica (praticada no próprio lar); violência familiar e violência contra a mulher.

A questão que precisamos descobrir é por que esses índices aumentaram tanto nos últimos anos. Onde estaria a raiz do problema?...

Infelizmente, o governo tem usado ferramentas erradas e conceitos errados na hora de entender o que é causa e o que é consequência. A violência que mata e que destrói está muito mais para sintoma social do que doença social. Aliás, são várias as doenças sociais que produzem violência como um tipo de sintoma. Portanto, não adianta armar em excesso a segurança pública, entregando a seus componentes armas de guerra para repressão policial se a "doença" causadora não for identificada e combatida.

Já é tempo de a sociedade brasileira se conscientizar de que violência não é ação. Violência é, na verdade, reação. O ser humano não comete violência sem motivo. É verdade que, algumas vezes, as violências recaem sobre pessoas erradas (pessoas inocentes que não cometeram as ações que estimularam a violência). No entanto, as ações erradas existiram e alguém as cometeu, caso contrário, não haveria violência. (Adaptado de www.renascebrasil.com.br.)

ATIVIDADE FINAL

Se você fosse o responsável por sugerir aos administradores de sua cidade alternativas para resolver os problemas relativos à violência urbana, à falta de emprego, à poluição, à habitação, à infra-estrutura básica, ao trânsito caótico, que medidas você consideraria fundamentais a serem criadas, a fim de favorecer a sociedade urbana? Caso haja possibilidade, crie um fórum junto com o tutor de seu pólo com o tema Planejamento Urbano. Estabeleça uma questão a ser discutida entre os participantes.

COMENTÁRIO

O espaço da cidade precisa apresentar condições dignas de moradia, trabalho e lazer para os seus ocupantes. Nesse sentido, a própria sociedade deveria participar da discussão dos projetos que envolvem o espaço urbano onde eles vivem, como serão aplicados os recursos, quais são os maiores problemas a serem enfrentados, onde encontrar soluções. O Estatuto da Cidade, lei que regulamenta o capítulo de política urbana, serve justamente para isso, mas poucos brasileiros conhecem ou já ouviram falar dele.

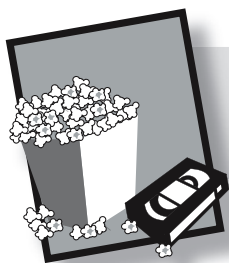
RESUMO

A dinâmica do espaço brasileiro atual se caracteriza por sua profunda urbanização, acelerada pelo processo de industrialização em 1930, quando o Brasil tinha 30% de sua população nas cidades e 70% no campo. Em 1980 este percentual se inverteu. O fenômeno da globalização, iniciado nos anos 1990, produziu novas fontes de pobreza nas grandes cidades. De outro lado, os gastos públicos privilegiaram a criação de uma infra-estrutura para atender às necessidades das atividades produtivas, em detrimento da satisfação das necessidades sociais.

Os problemas urbanos se agravaram: submoradia, subemprego, falta de transportes coletivos de qualidade, falta de infra-estrutura básica, como pavimentação, coleta de esgotos, água, luz elétrica, a decadência do ensino público e a deterioração da assistência médico-hospitalar. A submoradia acabou se caracterizando como um dos problemas urbanos mais graves, sendo que, dos anos 1980 para cá, ela se multiplicou nas grandes cidades. Enquanto isso, o Estado brasileiro atuou apenas no sentido de sacramentar a desordem urbana, buscando soluções paliativas para os graves problemas urbanos.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, veremos como este país altamente urbanizado se organiza do ponto de vista de sua divisão regional. Quais as divisões oficiais e extra-oficiais do território brasileiro e em que tipo de critérios se baseiam essas divisões.

**MOMENTO PIPOCA**

Indicamos o filme *Pixote, a lei do mais fraco*, com direção de Hector Babenco, que trata das questões que circundam o crescimento exacerbado das cidades, como a violência urbana.

O Brasil regional

AULA

13

Meta da aula

Discutir as formas de regionalização do país, tendo como exemplo norteador a divisão do território em três grandes regiões.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- Identificar os conceitos de região utilizados para dividir o território brasileiro.
- Apontar os critérios que foram utilizados para dividir o território em três grandes regiões.
- Avaliar a atuação do Estado através dos principais órgãos de planejamento regional existentes no Brasil.

INTRODUÇÃO

Podemos começar falando de regionalização, que poderia ser definida como a divisão de um espaço ou território em pequenas porções que apresentem características comuns, que as individualizem e as diferenciem das demais. Essa divisão é feita de acordo com os critérios que atendem aos diferentes objetivos, isto é, dependendo do que se busca ao fazer a regionalização, pode-se optar por este ou aquele critério que melhor venha a atender aos objetivos. Utilizando-nos de diferentes critérios, teremos uma forma de regionalização diferenciada do mesmo território.

QUAIS FORAM AS DIVISÕES DO BRASIL?

Vamos ver agora quais foram as divisões oficiais do Brasil ao longo do tempo. Por que o Brasil, a partir da década de 1930, passou a ser dividido em regiões?

Você se lembra da economia de arquipélago, que estudamos lá na Aula 3? Pois bem. Antes da década de 1930, a economia brasileira era constituída por várias economias, zonas produtivas isoladas, pouco interligadas entre si. Essas economias estavam subordinadas ao poder das elites regionais, as quais lucravam com as exportações, e não ao governo central, como foi o caso da cana-de-açúcar, da mineração, do café, entre outras. Portanto, em 1930, o governo de Getúlio Vargas buscou a integração econômica desses arquipélagos. Para isso, tomou as seguintes providências:

- a. buscou aumentar o comércio inter-regional;
- b. buscou fazer obras de infra-estrutura de alcance nacional, como, por exemplo, a melhoria dos transportes.

Essas tentativas de integração criaram a necessidade de conhecimento do território, no que diz respeito às estatísticas e recursos naturais. Por isso, o interesse do governo em estabelecer uma divisão regional que servisse de base de pesquisa para que seus levantamentos estatísticos pudessem ter valores comparáveis. Afinal, não podemos comparar alhos com bugalhos, bananas com abacaxis, ou seja, coisas diferentes, mas apenas valores padronizados.

Para que fossem feitos estudos visando a dividir o nosso território, o governo central, em 1934, criou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O IBGE estaria encarregado de realizar levantamentos

demográficos, econômicos e sociais. Com base nesses estudos, o IBGE, em 1941, estabeleceu a primeira divisão regional do Brasil, com o objetivo de uniformizar e tornar comparáveis entre si os estudos e levantamentos estatísticos realizados pelos órgãos federais das diversas regiões, fornecendo-lhes uma base territorial comum. E também servir de suporte para o ensino de Geografia do Brasil.

COMO ERA O BRASIL REGIONAL DE 1941?

Como você poderá observar, essa regionalização dividiu o Brasil em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste; para isso, utilizou-se do conceito de Região Natural, isto é, agrupou os estados que possuem características físicas (naturais) semelhantes. Todos os estados foram encaixados inteiros dentro das grandes regiões, mesmo aqueles que tinham parte de seu território com características naturais diferentes. Ou seja, respeitou-se o limite das divisas entre os estados.

Essas regiões passaram a ser reconhecidas como Regiões Naturais, sendo identificadas pelo estudo das influências entre a combinação de diferentes fatores naturais como o clima, a vegetação, o relevo, entre outros. Os pesquisadores do IBGE, da época, acreditavam que as bases naturais do território constituíam dados mais estáveis e permanentes do que as bases econômicas e que esse critério seria mais seguro para a regionalização.

A escolha pelo critério de região natural foi influenciada pelo estudo de Geografia que vigorava no Brasil, nessa época, que, por sua vez, era influenciado pela Geografia Regional Francesa. Os geógrafos franceses defendiam que a combinação de elementos naturais que cada uma das regiões viesse a apresentar se traduzia em possibilidades para a ação do homem na região, ou seja, essa combinação facilitava a atuação humana.

A Geografia, nos moldes franceses, tinha como principal incentivador um geógrafo chamado Paul Vidal de la Blache, que publicou seus ensinamentos desde as últimas décadas do século XIX até as primeiras do século XX. La Blache utilizava-se do conceito de região. Para ele, região significava uma área, de tamanho variável, cujos contornos deveriam ser definidos pelo pesquisador que iria identificá-la ou individualizá-la. Um espaço dentro do qual a relação do homem com a Natureza fosse parecido, único e próprio daquele espaço, no qual estaria então reconhecida uma região.

Atualmente, existe um ramo da Geografia chamado Geografia Regional, o qual propõe, como objeto de estudo, uma unidade espacial: a região, que é uma determinada porção do espaço terrestre de escala variável (local, nacional, mundial), passível de ser individualizada, em função de possuir um caráter próprio.

Em 1945, acrescentou-se a essa regionalização já existente uma divisão menor, a subdivisão das cinco grandes regiões em *zonas fisiográficas*, isto é, áreas menores com características físicas mais semelhantes. Em 1942, criou-se o território federal de Fernando de Noronha, um arquipélago próximo ao litoral de Pernambuco. Em 1943, criaram-se os territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu. Tudo isto pode ser conferido por você na Figura 13.1.

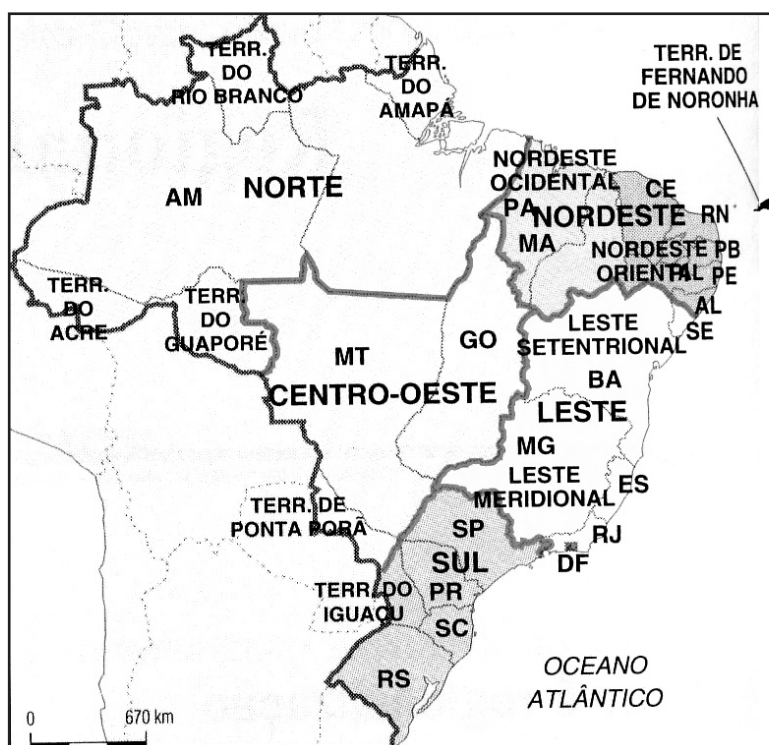


Figura 13.1: Mapa da divisão regional oficial de 1945.

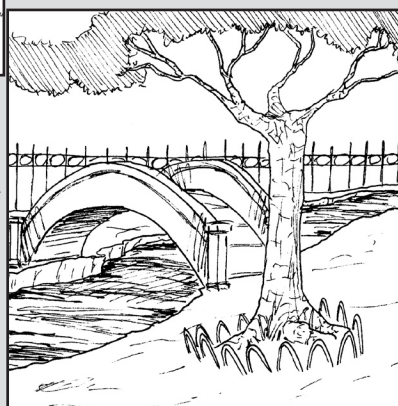
ATIVIDADE

1. Considere as imagens a seguir e identifique quais áreas podem ser caracterizadas a partir do critério de regionalização com base no conceito de região natural.



A Natureza intocada, com seu potencial natural.

A Natureza transformada pela interferência humana.



RESPOSTA COMENTADA

A imagem que caracteriza uma regionalização com base no conceito de Região Natural é a primeira imagem, porque a Natureza, analisada segundo a visão do conceito de Região Natural, era vista como uma espécie de palco perfeito sobre o qual havia a possibilidade de se desenrolarem as atividades humanas. Regionalizar considerando apenas o aspecto natural permitia aos planejadores determinar como e com quais atividades o homem ocuparia e transformaria aquele espaço. O palco natural era uma variável estável e permanente, enquanto regionalizar, levando em conta a história dos homens, era algo instável e recente. Esse era o pensamento da época, influenciado pela escola francesa de Geografia, que acabou definindo a escolha desse conceito para a primeira regionalização brasileira.

E O BRASIL REGIONAL DE 1969?

Nessa data, foi realizada uma outra proposta de regionalização, baseada em novos conhecimentos sobre o território brasileiro, obtidos a partir do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, após a década de 1940.

Dessa vez, o IBGE utilizou-se de um novo conceito de regionalização, o conceito de Regiões Homogêneas, que são definidas pela combinação de aspectos não somente naturais, mas também sociais e econômicos, que permitem fazer a diferenciação das áreas. Foi utilizada e mantida a delimitação político-administrativa já existente, a dos estados, ou seja, nenhum estado ou território pertence a duas regiões ao mesmo tempo. Foram também mantidos dois níveis hierárquicos: as *microrregiões* e as *macrorregiões homogêneas*.

As Regiões Homogêneas são definidas segundo uma combinação de características físicas (ou naturais), demográficas (populacionais) e econômicas. Foram levados em consideração os domínios ecológicos, estudados na Aula 5; o comportamento da população, estudado na Aula 9; a estrutura agroindustrial e a rede de transportes, entre outros aspectos. O resultado foi a divisão do Brasil em 360 microrregiões homogêneas, e estas, agrupadas em cinco grandes unidades macrorregionais.

As microrregiões homogêneas são formadas incluindo um certo número de municípios que apresentem características naturais, sociais e econômicas semelhantes, para que possam fornecer dados estatísticos regionais. Temos como exemplos: a microrregião do Médio Amazonas, a microrregião do Médio São Francisco e a do Vale do Paraíba. As microrregiões substituem as antigas zonas fisiográficas, criadas na divisão regional anterior.

As macrorregiões continuam a ser cinco: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com apenas algumas diferenças da regionalização anterior:

- a) A Região Nordeste passou a ser individualizada segundo seus aspectos sociais e econômicos: a pecuária de baixo rendimento, a cultura canavieira, a pobreza, e a estagnação econômica, entre outros. Essa região passou a incluir os estados da Bahia e de Sergipe, que antes pertenciam à antiga Região Leste, como pode ser

conferido na **Figura 13.1**. Grande parte desses estados caracteriza-se pela baixa pluviosidade (pequeno volume de chuvas) e integra o chamado “Polígono das Secas” (a área da seca no Nordeste).

- b) A Região Sudeste foi criada em substituição à antiga Região Leste e passou a incluir o estado de São Paulo, que antes pertencia à Região Sul. Essa região apresenta individualidades pelos seus fatores socioeconômicos, destacando-se o intenso processo de industrialização e urbanização. Essa modificação espacial foi justificada com base no processo de industrialização e de crescimento econômico do país. A concentração da indústria nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais serviu de base à criação de uma região “central” do ponto de vista da economia. O núcleo triangular São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte detém 80% do valor da transformação industrial do país e 70% dos empregos do setor secundário.



Aí vai uma dica: pegue os mapas do Brasil com todas as divisões oficiais pelas quais o território brasileiro já passou (os mapas são apresentados nesta aula), mais a divisão extra-oficial, que divide o país em três grandes regiões. Peça aos alunos para que identifiquem as diferenças entre elas, o que mudou desde a primeira divisão, quais as diferenças entre a divisão em cinco e em três regiões, e como ficam as divisas entre os estados.

Esse critério de regionalização, baseado no conceito de regiões homogêneas, considerava as atividades econômicas como fundamentais para a diferenciação das áreas, pois era o funcionamento da economia que iria determinar as políticas de investimentos que o governo adotaria. A identificação de áreas consideradas “deprimidas” auxiliava no direcionamento dos investimentos.

Nesse período, a Geografia desenvolvida pelos técnicos do IBGE foi influenciada pela Geografia dos moldes norte-americanos do pós-Segunda Guerra, que utilizava tecnologia desenvolvida no período da guerra. O método norte-americano se difundiu com o aumento da dominação cultural do ocidente pelos EUA, fenômeno crescente desde a Primeira Guerra Mundial.

No Brasil, esse tipo de estudo geográfico foi apropriado pelos governos militares (1964/1985), que acreditavam que o estudo estatístico integrado dos fenômenos naturais e socioeconômicos poderia fornecer subsídios à ação planejadora do governo. Ou seja, conhecer o espaço mais profundamente, facilitaria as ações governamentais, principalmente no que se referia à segurança nacional.

Essa nova Geografia tem como principal divulgador um geógrafo norte-americano chamado Richard Hartshorne, que desenvolveu o conceito de área em substituição ao de região. A área seria uma parcela da superfície da terra, que poderia ser individualizada por suas características, que a distinguiu das demais. A área seria um instrumento de análise, ao contrário da região, vista como uma realidade, e seria construída pelo processo de investigação.

A Geografia regional foi ao encontro dos interesses do planejamento, pois abriu a perspectiva de trabalhar com um número bastante elevado de dados geográficos, tanto físicos quanto humanos, relacionando-os de acordo com os interesses da pesquisa.

Essa divisão regional, criada em 1969, continua em vigor até hoje, apesar de uma modificação feita em 1988, quando foi criado o Estado de Tocantins (incluído na Região Norte), como pode ser observado nas **Figuras 13.2 e 13.3**, que apresentam a divisão regional de 1969 e a atual, já com o estado de Tocantins. Observe também, na **Tabela 13.1**, alguns dados publicados pelo IBGE para fins de comparação entre as atuais regiões brasileiras.

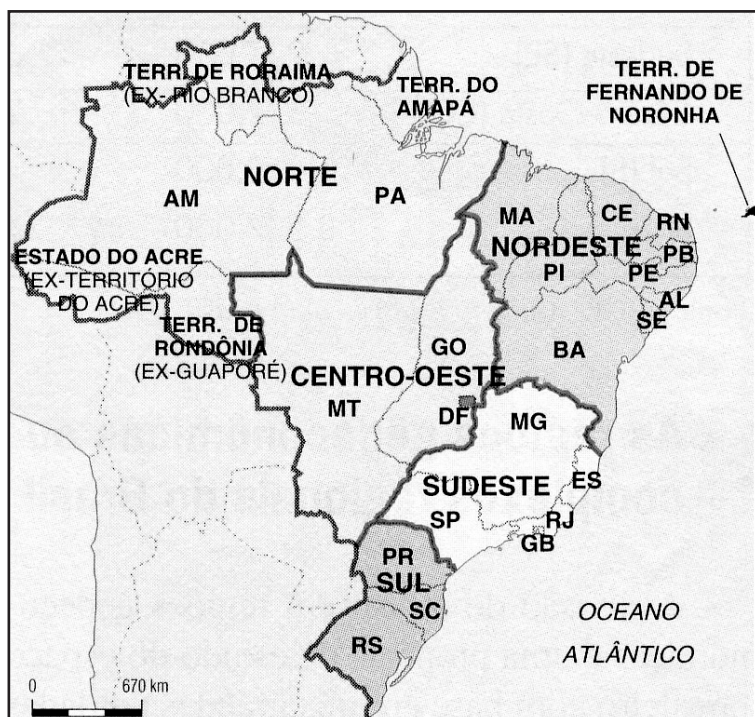


Figura 13.2: Mapa da divisão regional oficial de 1969.

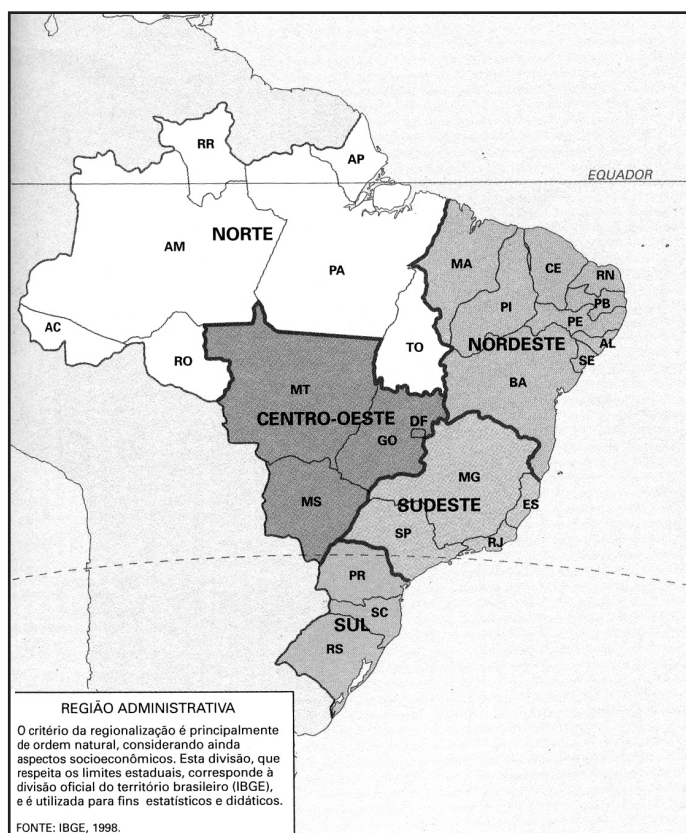


Figura 13.3: Mapa da divisão regional oficial atual (estabelecida em 1988).

Tabela 13.1: Dados comparativos sobre as regiões brasileiras – 2000

Região	População em milhões	Densidade demográfica hab/km ²
Norte	12,8	3,3
Nordeste	47,6	30,5
Sudeste	72,2	77,9
Centro-Oeste	11,6	7,2
Sul	25,0	43,4
Total	169,5	19,8

Fonte: IBGE (2000)

REGIÕES GEOECONÔMICAS OU COMPLEXOS REGIONAIS

A divisão do território brasileiro em regiões geoeconômicas é uma proposta de estudo com base em três grandes unidades territoriais: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul, individualizadas segundo critérios geográficos e econômicos, baseados ainda no conceito de Regiões Homogêneas. É uma proposta não-oficial, de 1967, do geógrafo Pedro Pinchas Geiger, a qual pode ser observada na Figura 13.4:

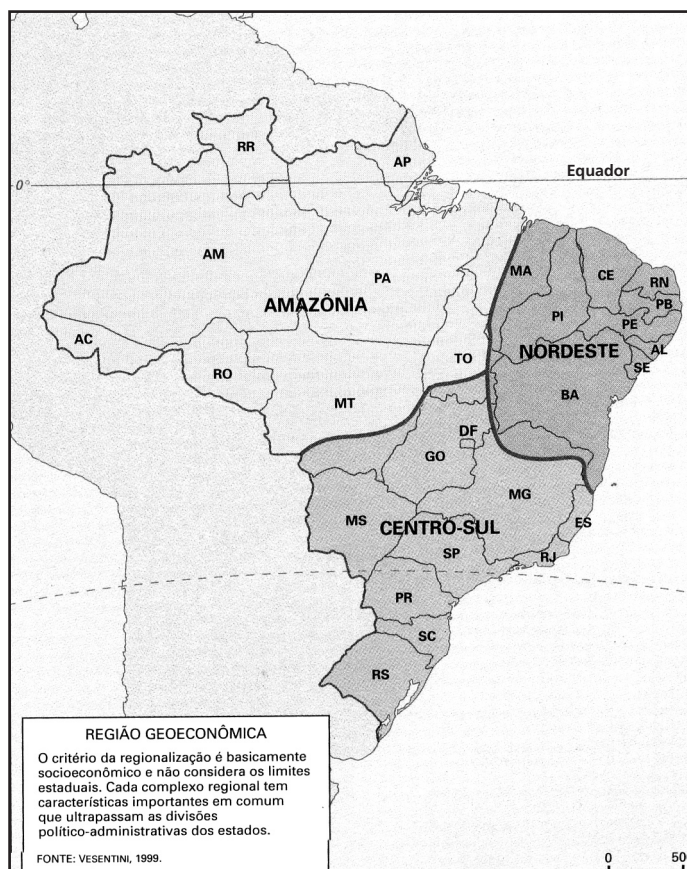


Figura 13.4: Mapa das Regiões Geoeconômicas ou Complexos Regionais.

- 1 – Centro-Sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, parte do Mato Grosso e de Tocantins, Goiás (inclusive o Distrito Federal) e parte de Minas Gerais.
- 2 – Amazônia: Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, parte de Tocantins, Maranhão e parte do Mato Grosso.
- 3 – Nordeste: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, parte do Maranhão e parte de Minas Gerais.

Nessa divisão, os limites das regiões não coincidem com os dos estados, isto é, um estado pode ter uma parte do seu território em uma região e outra parte em outra. Veja os exemplos:

- a) a metade oeste do estado do Maranhão passaria a integrar o complexo amazônico, pois possui características semelhantes às dessa área, e a parte leste pertenceria ao complexo nordestino;
- b) o norte de Minas Gerais, que possui clima semi-árido e economia estagnada, pertenceria ao complexo nordestino, porém as demais porções pertenceriam ao Centro-Sul, em função de suas características semelhantes às deste;
- c) a metade norte de Mato Grosso e do Tocantins pertenceria à Amazônia, devido às suas características de clima e vegetação equatorial; a parte sul dos dois estados, porém, pertenceria ao Centro-Sul.

O Centro-Sul destaca-se como o centro econômico do Brasil, concentrando 70% da população nacional e a maior parte da produção industrial e agropecuarista do país. O Nordeste individualiza-se pela estagnação econômica, pela repulsão de sua população e pela disseminação da pobreza, expressa nos altos índices de mortalidade infantil, na subnutrição e no analfabetismo. O complexo amazônico caracteriza-se pela presença de floresta e clima equatoriais, pelas baixas densidades populacionais e, ainda, pelo processo de ocupação recente ligado aos grandes projetos agropecuários e minerais.

Embora não seja oficial, por não ter sido elaborada pelo IBGE, essa regionalização é a mais utilizada atualmente, tanto no meio acadêmico quanto nas escolas de Ensino Fundamental e Médio.



ATIVIDADE

2. A divisão do território brasileiro em regiões geoeconômicas é uma proposta de estudo que visa a diminuir as distorções criadas pelo uso do conceito de Região Natural. Nesse sentido, outros aspectos, além do natural, são levados em conta ao se analisar um determinado espaço. O exemplo apresentado a seguir mostra uma região do estado de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha, que apresenta características socioeconômicas diferenciadas do restante do estado, que na divisão das três regiões passa a fazer parte da Região Nordeste.

Levando em conta o texto a seguir, avalie qual a importância da utilização dessa divisão para o melhor entendimento da realidade do país.



“As populações do Vale do Jequitinhonha ainda ostentam indicadores sociais típicos de regiões deprimidas, como alta mortalidade infantil e baixa expectativa de vida, assim como são altíssimos os índices de evasão de migrantes para outras regiões do país.”

COMENTÁRIO

Nas divisões oficiais, a região do vale do Jequitinhonha pertence ao Sudeste, mas, na prática, a realidade social e econômica combina muito mais com a realidade de grande parte do Nordeste, que apresenta estagnação econômica, miséria, problemas com a deficiência de chuvas etc. A divisão geoeconômica ajuda a entender melhor a realidade de cada espaço geográfico, na medida em que tenta entender cada um deles a partir do conjunto de suas características, sejam elas físicas, sociais ou econômicas.

O BRASIL REGIONAL DESIGUAL

Desde o início da colonização do Brasil, foram se formando as desigualdades no desenvolvimento das regiões. Na década de 1940, elas já eram muito grandes. O Sudeste, industrial, que já exercia amplo domínio econômico sobre as demais regiões, continua com essa força, mesmo com uma nítida tendência de descentralização industrial em curso nas últimas décadas do século XX. Os governos dos estados do Nordeste têm oferecido incentivos fiscais, isto é, isenção total ou parcial de impostos às indústrias, para que possam competir com as do Centro-Sul. No entanto, se por um lado essa prática facilita o desenvolvimento, por outro, aumenta as dificuldades financeiras dos estados, pela diminuição na arrecadação dos impostos, além de não garantir o desenvolvimento da população local, pois essas indústrias que aí se implantam são muito automatizadas, não necessitando da mão-de-obra barata da qual a região dispõe, conforme foi visto na Aula 12.



Figura 13.5: Os governos dos estados do Nordeste têm oferecido incentivos fiscais para a instalação de novas indústrias na região. Essa iniciativa visa a aumentar a capacidade de competição produtiva do Nordeste com o Centro-Sul.

Veja agora a situação de disparidade entre as regiões, a partir de alguns dos indicadores sociais publicados pelo IBGE em 2000:

- os trabalhadores do Nordeste ganham, em média, a metade do salário pago aos trabalhadores do Sudeste;
- a taxa de analfabetismo funcional (população que lê, escreve, mas que não completou a primeira fase do Ensino Fundamental) fica abaixo de 20% nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Roraima e no Distrito Federal. Para o território brasileiro, como um todo, a taxa é de quase 30%, porém nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, ela sobe para 50%;
- o Rio Grande do Sul tem a menor taxa de mortalidade infantil, menos de 20 mortes por mil nascidos vivos. São Paulo e Santa Catarina têm 22 mortes por mil. Porém, em Alagoas, a taxa é de mais de 66 mortos para mil nascidos vivos, sendo que as principais causas são a qualidade da água e a falta de saneamento básico. A sua taxa de analfabetismo absoluto é de mais de 30% dos habitantes.

No que se refere à concentração da renda, em São Paulo, os 50% mais pobres possuem quase 17% da renda total do país, enquanto o 1% mais rico possui 10% da renda. Em Santa Catarina, os 50% mais pobres possuem mais de 17% da renda, enquanto o 1% mais rico possui 12%.

PARA QUE PLANEJAR?

O método geográfico de regionalização serve, antes de tudo, para orientar as políticas territoriais do Estado. Governos municipais, estaduais e federal delimitam unidades regionais dentro do seu território como forma de racionalizar os investimentos e incentivar ou desincentivar setores econômicos. A regionalização torna-se instrumento de políticas de planejamento.

A crítica situação econômica do Nordeste, na década de 1950, foi o principal fator que contribuiu para a adoção dos planejamentos regionais no Brasil. O objetivo era o de promover o desenvolvimento social e econômico das áreas mais pobres, diminuindo as disparidades entre elas e as áreas mais ricas. As regiões de planejamento, naturais ou

geoeconômicas, são sempre unidades territoriais sujeitas a programas específicos de intervenção por parte do Estado. São criadas para corrigir desequilíbrios regionais, originados no processo de crescimento econômico de um país.

No Brasil, foram criados pelo Governo Federal alguns órgãos de planejamento, tais como:

- A Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), em 1959. Sua área de abrangência incluía toda a Região Nordeste, mais a porção norte do estado de Minas Gerais, que pertence ao chamado Polígono das Secas, área na qual ocorrem secas prolongadas. O Nordeste da Sudene se baseia na divisão geoeconômica, enquanto o Nordeste do IBGE se baseia na divisão das regiões homogêneas.
- A Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), em 1966, cuja área de atuação é a chamada Amazônia Legal, ou seja, toda a área que possui clima e vegetação equatoriais, como a Região Norte, mais o norte de Mato Grosso e o oeste do Maranhão. A Amazônia Legal corresponde a 60% do território brasileiro.
- A Sudesul (Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul), em 1967, e a Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), em 1968, ambas extintas em pouco tempo.



Aí vai uma dica: brinque com seus alunos, fazendo de conta que eles pertencem ao quadro administrativo de sua cidade. Peça que façam uma lista dos problemas existentes na cidade e que apontem soluções para cada um deles.

Esta estratégia revela a forte centralização do poder político, característica desse período de governos militares, já que os órgãos eram subordinados ao Governo Federal. Todos foram extintos por motivos de corrupção e desvio de recursos públicos. No seu lugar, o governo

criou as agências de desenvolvimento para administrarem os fundos de desenvolvimento, a do Nordeste (Finor) e a da Amazônia (Finam). Os órgãos que tiveram maior atuação foram a Sudene e a Sudam. Por isso, vamos ver agora quais foram as suas principais ações.

A Sudene destinou a maior parte dos seus investimentos à indústria e, como consequência, formaram-se modernos centros industriais. No entanto, só uma parcela muito reduzida da população nordestina foi beneficiada, pois as indústrias ficaram concentradas apenas nas cidades de Salvador, Recife e Fortaleza e, em função dos seus elevados níveis tecnológicos que permitem a automatização das funções, absorveu pouca mão-de-obra local.

A Sudam, para atrair os empresários do Centro-Sul, criou o Banco da Amazônia (Basa) com o objetivo de financiar a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), implantada em 1967. Para atrair empresas, garantia a dedução de impostos para quem investisse em projetos aprovados pela Sudam.

Houve crescimento econômico na Amazônia. Porém, muitos empresários aproveitaram-se dessas facilidades para desviar dinheiro público. Foi verificado, também, o agravamento de problemas ambientais, como a destruição da floresta, a poluição dos rios, a apropriação ilegal de terras de posseiros, de índios e de pequenos agricultores por parte dos grandes empresários (grileiros), gerando conflitos e mortes.

Uma das causas desses conflitos era que a Sudam aprovava somente megaprojetos que utilizassem uma área com dimensão mínima de 25 mil hectares. Sendo assim, somente os grandes empresários tinham condições de realizá-los. A base de propaganda do governo era a transformação da Amazônia em um pólo exportador de produtos agroindustriais. As grandes empresas passaram a concentrar uma quantidade cada vez maior de terras, em geral estabelecimentos com área superior a 300 mil hectares, em detrimento dos pequenos proprietários.

A maior parte desses projetos encontra-se hoje abandonada. E os 20% que foram efetivamente implantados têm o predomínio da pecuária superextensiva, aquela que se presta à criação do gado solto em grandes pastagens. Nessa área, a média é de 5 milhões de cabeças de gado para 9 milhões de hectares de terra, isto é, cada cabeça de gado dispõe de quase 2 hectares de terra para sobreviver. Você pode imaginar o que são 2 hectares de terra numa grande cidade? E isso revela o caráter **ESPECULATIVO** dessa atividade.

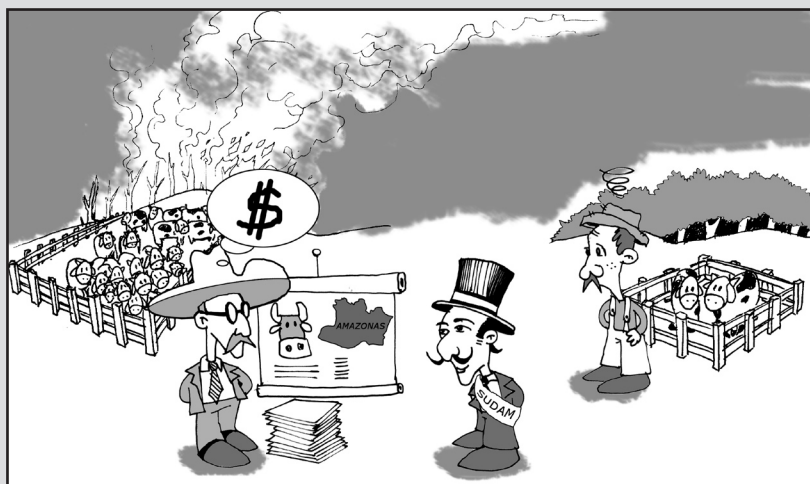
ESPECULAÇÃO DE TERRAS

Chamamos de especulação de terras o fato de que alguns latifundiários mantêm suas terras desocupadas, sem qualquer atividade realmente implantada, ou criam algumas cabeças de gado soltas e abandonadas, somente para fingir que a terra é produtiva, enquanto milhares de indivíduos procuram um pequeno pedaço de terra para cultivar e manter sua sobrevivência.



ATIVIDADE

3. A charge, a seguir, fala da regionalização como instrumento de planejamento estatal. Com a criação da Sudam, grandes projetos de desenvolvimento foram instalados na Amazônia, como a Zona Franca de Manaus e vários empreendimentos de extração de minérios, ou pecuários, que visavam a transformar essa região num importante pólo exportador do Brasil. Considerando esse comentário e a charge, aponte, pelo menos, três problemas socioambientais provenientes desses megaprojetos.



Os megaprojetos financiados pelo Governo Federal através da Sudam agravaram os problemas socioambientais existentes na Amazônia brasileira, tais como a destruição da floresta, a poluição das águas dos rios, as mortes por conflitos de terra, o desemprego nas cidades.

COMENTÁRIO

A regionalização com o conceito de Região Natural que, a princípio, exclui o homem como produtor de transformação do ambiente acabou por provocar profundos equívocos em regiões como a da Amazônia brasileira. Por causa desse planejamento equivocado, que priorizou a exploração dos recursos naturais, com a instalação dos megaprojetos liderados pelo grande capital, sem levar em conta as peculiaridades ambientais e, principalmente, sociais, a Região Norte do país transformou-se num palco de muitos problemas. Sobrevêm, então, a dizimação de grande parte da população indígena, a morte de posseiros e pequenos proprietários de terras em função da expansão da grilagem, a intensificação das queimadas para aumento das pastagens etc.

OUTROS PROJETOS PARA PROTEGER O TERRITÓRIO BRASILEIRO

Em 1985, foi implantado o Projeto Calha Norte, uma rede integrada de bases do exército e da aeronáutica, ao norte da calha dos rios Solimões e Amazonas, fronteira com a Colômbia, Venezuela e Guianas, com a justificativa de garantir a presença e movimentação das forças armadas na região e estabelecer controle dessa parte do território. Dentro desse projeto foi criado o Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), com o auxílio da aeronáutica, com o objetivo de implantar uma rede integrada de telecomunicações baseadas no processo de sensoriamento remoto, isto é, no processamento de imagens fornecidas por satélites. Essas imagens ajudam a controlar o tráfego aéreo e as atividades ilegais existentes na região, tais como contrabando de minérios e de outros recursos naturais e o narcotráfico, auxiliando no mapeamento do potencial hidroelétrico e das riquezas minerais amazônicas.

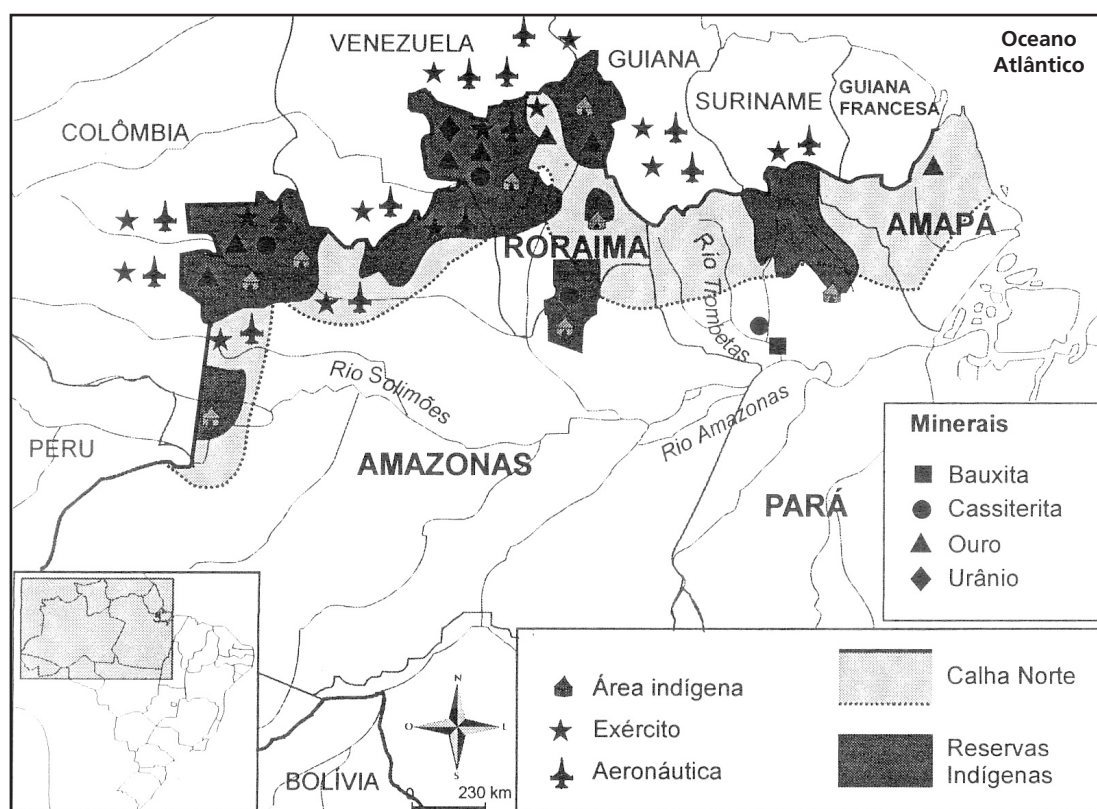


Figura 13.6: Projeto Calha Norte.



Figura 13.7: Projeto Sivam.

Como resultado, temos a repressão às rotas caribenhas do narcotráfico, que tem provocado mudanças no direcionamento do comércio de drogas. O conhecimento mais detalhado da região tornou-se indispensável também para o controle de práticas predatórias ao meio ambiente, tais como desmatamentos, queimadas e mineração ilegal.

O crescimento econômico da Amazônia, após a criação da Sudam, realizou-se à custa da destruição da Natureza e da exploração e extermínio dos povos nativos, em benefício dos grandes empresários nacionais e estrangeiros e em detrimento dos pequenos agricultores, posseiros e indígenas.

SITUAÇÃO ATUAL DO BRASIL REGIONAL

Apesar desse processo todo, a economia brasileira continua concentrada na Região Sudeste. O Nordeste e a Amazônia continuam sofrendo das mesmas questões sociais, tais como pobreza, desigualdades na distribuição de renda e de terras, conflitos fundiários, baixos salários, desemprego, fome, mortalidade infantil e analfabetismo. As indústrias e

os grandes projetos minerais e agropecuários pertencem a empresários do Centro-Sul ou do exterior, que se beneficiam dos recursos, em detrimento da população local. Os produtos fabricados nessas regiões, em geral, são consumidos no Sudeste, porque as populações do Nordeste e da Amazônia não dispõem de suficiente poder aquisitivo. A falta de mercado consumidor é o principal obstáculo ao desenvolvimento dessas regiões.

ATIVIDADE FINAL

Na sua opinião, o planejamento territorial é um método válido para diminuir as diferenças existentes entre os níveis de desenvolvimento apresentado pelas regiões do Brasil? Apresente argumentos:

RESPOSTA COMENTADA

Sem dúvida, o planejamento territorial pode diminuir as diferenças existentes entre as regiões brasileiras, pois os recursos, ao serem melhor geridos após se elaborar o planejamento, podem estimular o desenvolvimento de determinadas áreas dentro das regiões e diminuir os problemas existentes. Mas, ao se planejar, deve-se levar em conta, sempre, as diferenciações existentes em cada região e dentro de cada uma delas, pois os problemas existentes não são homogêneos e as possíveis soluções não podem vir como se fosse um pacote, ou seja, o remédio não pode ser o mesmo para diferentes tipos de doenças.

RESUMO

As tentativas de transformar o Brasil numa economia integrada criaram a necessidade de conhecimento do território, no que diz respeito a estatísticas e recursos naturais. Por isso, o interesse do governo em estabelecer uma divisão regional no território, que serviria de base de pesquisa.

Houve três divisões:

- a primeira dividiu o Brasil em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste, e utilizou-se o conceito de Região Natural;
- a segunda foi baseada em novos conhecimentos sobre o território brasileiro, e utilizou-se um novo conceito de regionalização, o conceito de Regiões Homogêneas;
- a terceira dividiu o território brasileiro em Regiões Geoeconômicas: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul, e se trata de uma divisão não-oficial, ou seja, não foi elaborada pelo IBGE. As regiões seguem critérios geográficos e econômicos, baseados ainda no conceito de Regiões Homogêneas.

O método geográfico de regionalização serve, antes de tudo, para orientar as políticas territoriais do Estado, ou seja, políticas de planejamento. Governos municipais, estaduais e federal delimitam unidades regionais dentro do seu território como forma de racionalizar os investimentos, servindo como instrumento de políticas de planejamento.

INFORMAÇÕES SOBRE AS PRÓXIMAS AULAS

Nas próximas três aulas, analisaremos aspectos das três regiões geoeconômicas ou Complexos Regionais, que são: o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazônia. Iremos avaliar as suas principais características naturais, sociais e econômicas, seus principais problemas e perspectivas de desenvolvimento.

O Brasil regional e o complexo do Centro-Sul

AULA

14

Meta da aula

Dar prosseguimento à discussão sobre as formas de organização regional do país, tendo como exemplo norteador a divisão do território em três grandes regiões.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- Analisar o papel das áreas do Brasil que compõem o Centro-Sul.
- Reconhecer a dinâmica de organização socioespacial da Região Centro-Sul do país.
- Avaliar as contradições socioespaciais dessa região.

Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, é necessário que você tenha entendido que a divisão regional do Brasil em três grandes regiões, ou seja, em complexos regionais, foi construída com base em critérios geográficos (sem respeitar as divisas entre os estados) e no conceito de Regiões Homogêneas, que também considera os aspectos econômicos, sociais e naturais.

Esse assunto foi tratado na Aula 13.

INTRODUÇÃO

Conforme você viu na Aula 13, o Brasil passou a ser dividido em regiões, a partir de critérios que buscavam atingir objetivos estipulados em cada fase de desenvolvimento do país. A divisão mais usada atualmente é a das Regiões Geoeconômicas, proposta não-oficial, de 1967, de Pedro Geiger, que divide o Brasil em três grandes unidades territoriais: Centro-Sul, Nordeste e Amazônia, individualizadas segundo critérios geográficos e econômicos. A regionalização dos complexos geoeconômicos, embora não seja oficial, como as elaboradas pelo IBGE, é a mais utilizada atualmente, tanto no meio acadêmico quanto nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Portanto, nesta aula, analisaremos os três complexos geoeconômicos, dando início ao estudo da divisão regional do Brasil através do conhecimento das especificidades do complexo regional do Centro-Sul.

OS COMPLEXOS REGIONAIS

Só para lembrar:

A divisão do território brasileiro em regiões geoeconômicas é uma proposta de estudo com base em três grandes unidades territoriais, chamadas complexos regionais: o Centro-Sul, a Amazônia e o Nordeste. Essas três grandes regiões são individualizadas segundo critérios geográficos, baseados também no conceito de Regiões Homogêneas, que consideram os aspectos econômicos, sociais e naturais. O Centro-Sul, que é o complexo a ser estudado nesta aula, é composto pela Região Sudeste, pela Região Sul e por parte das Regiões Centro-Oeste e Norte, conforme podemos conferir a seguir na **Figura 14.1**. Lembre-se de que a **Figura 13.4** (Aula 13) mostrou o país dividido em regiões geoeconômicas.



Figura 14.1

CENTRO-SUL: CORAÇÃO DO BRASIL?

A divisão do Brasil em três grandes regiões se refere às particularidades dos centros repulsores, das regiões periféricas dinâmicas e das regiões que oferecem novas oportunidades. Em nenhuma das três partes resultantes dessa regionalização, as áreas definidas têm seus limites coincidindo com as fronteiras político-administrativas dos estados brasileiros. O que não ocorre com a divisão oficial, que, por algumas conveniências, faz com que os limites das regiões coincidam com os limites dos estados, conforme você viu na Aula 13. Levando isso em conta, analisaremos, agora, a primeira das três regiões: o Centro-Sul.

O Centro-Sul destaca-se como o centro econômico do Brasil pela maior população nacional e pela maior parte da produção industrial e agropecuária do país. É a região de economia mais dinâmica, produzindo a maior parte do PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, das riquezas nos setores agrário, industrial e de serviços. Mas, apesar da maior dinamicidade, o Centro-Sul possui também as contradições típicas do desigual desenvolvimento socioeconômico brasileiro, conforme você verá em outra parte desta aula.

Costuma-se dizer que a Região Centro-Sul é a “core área” do país, o coração econômico e político da nação. São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília constituem os três mais importantes centros, onde se concentram as sedes sociais das grandes corporações privadas vinculadas à produção, circulação e distribuição de mercadorias e capitais. Trata-se da região mais desenvolvida, registrando, em relação ao conjunto do país, uma participação de cerca de 55% no PIB, de 66% no valor da produção industrial, e concentrando 58% do pessoal ocupado na indústria. Esse potencial econômico se distingue das demais regiões do país, como pode ser observado na **Tabela 14.1**.

Tabela 14.1: Participação das Regiões no PIB (%)

Região	Ano		
	1970	1995	1998
Norte	2,2	4,9	3,24
Centro-Oeste	3,6	6,9	5,86
Nordeste	12,0	13,7	12,58
Sul	17,0	17,4	15,72
Sudeste	65,2	57,2	62,6

Fonte: IPEA, 1999.

O Centro-Sul abriga dois terços dos habitantes do país e concentra a maior parte dos recursos econômicos, da indústria, da agropecuária moderna, dos bancos, do mercado de capitais, do comércio etc. Além disso, também é o centro de pesquisas, tecnologia e de ensino superior, pois nessa região concentra-se a maior parte das universidades do Brasil. É, ainda, onde se localizam os principais portos, rodovias e aeroportos.

Tudo isso faz do Centro-Sul uma região concentradora dos recursos econômicos e sociais. Para entendermos isso melhor, vamos analisar um pouco das particularidades da ocupação e das transformações socioespaciais dessa região.

Mas, para avançarmos na análise das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento, vamos entender melhor como se concentra e se organiza a produção de riquezas nessa região. Assim, começaremos por conhecer um pouco mais das especificidades da parte meridional do Centro-Oeste, que, conforme você viu, compõem a Região Centro-Sul.

AS PARTICULARIDADES DO CENTRO-OESTE

A parte meridional dessa região possui uma população ainda reduzida e constitui, historicamente, uma zona de expansão da economia paulista, da qual acabou herdando a atividade pecuária extensiva que, por sua vez, imprimiu a estrutura latifundiária (extensas propriedades de terra) a essa parte da Região Centro-Oeste, desde a crise da mineração, no século XVIII.

Depois de descoberto, inicialmente no Mato Grosso, em 1718, e em Goiás, em 1725, o ouro foi o motivo de atração de uma população numerosa, oriunda sobretudo de São Paulo e Minas Gerais, que se concentrou em torno das jazidas, das quais as mais importantes foram as de Cuiabá (capital do Mato Grosso) e de Vila Boa, atual Goiás. A pecuária acabou servindo de subsídio para a exploração de ouro, fornecendo alimento aos arraiais de garimpeiros.

A queda da produção aurífera levou a população pioneira estabelecida a viver da lavoura de subsistência e da pecuária, dando início à expansão das grandes fazendas de gado após a chegada de novos povoadores oriundos de Minas Gerais, Bahia e outros estados nordestinos.

A procura por mais áreas de pastagens, facilitada pela ocorrência de grandes campos cerrados naturais, intensificou a ocupação das terras em todas as direções, originando povoamentos que se transformaram em cidades, como Anápolis (1870) e Catalão (1834), ambas em Goiás.

Durante toda a primeira metade do século XX, o Centro-Oeste permaneceu como uma área distante e pouco explorada. A construção de ferrovias, que visavam a trazer para os principais frigoríficos de São Paulo o gado de corte, acabou contribuindo para abrir a porta para o aproveitamento agrícola de uma vasta extensão de terras.

Nessa etapa, intensificou-se a fundação de núcleos de colonização com a chegada de uma grande leva de migrantes agricultores, sobretudo paulistas e mineiros. A região passou por grandes alterações a partir da década de 1970, com a expansão da fronteira agrícola e as pesquisas que viabilizaram o avanço da soja pelo cerrado. A expansão agrícola trouxe consigo os conflitos por terras, que foram agravados pelo fluxo migracional.

A construção de Brasília foi outro fator que impulsionou o crescimento da região. Inaugurada em 1960, a cidade foi construída num lugar quase inacessível e provocou uma grande migração de trabalhadores e de fazendeiros para a região. Brasília foi uma verdadeira revolução.

Em poucos anos, uma cidade que foi prevista para abrigar 500 mil habitantes no fim do século XX já tem aproximadamente 2 milhões.

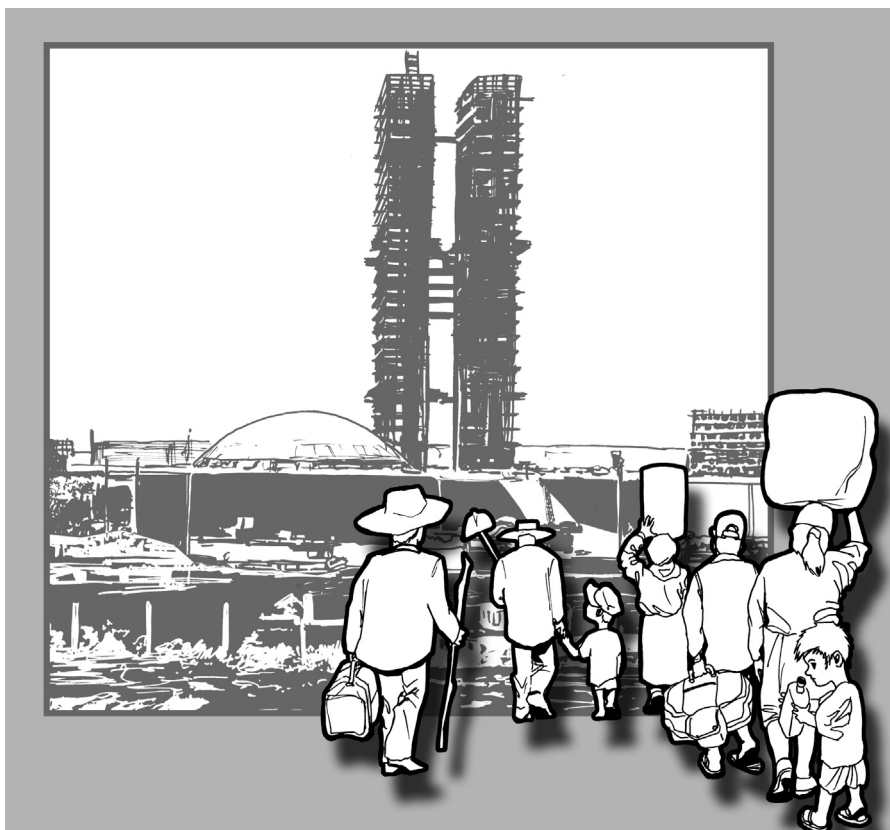


Figura 14.2: A construção de Brasília e a atração populacional.

O que ocorria em Brasília repercutia em toda a região, estimulando o desmatamento, tanto para a exploração de madeira como para a produção de lenha e carvão vegetal. Florestas situadas às margens do rio Paraná foram destruídas e transformadas em campos de cultura de trigo e soja ou em pastagens. A agropecuária comercial se expandiu e surgiram algumas indústrias nas principais cidades, resultando num crescimento urbano significativo. A região integrou-se ao Sudeste e ao espaço geográfico brasileiro.

A partir de 1980, diversos programas agrícolas estimularam o desenvolvimento da porção sul da região, com grande aplicação de capital e utilização de técnicas avançadas. Em 1985, foi implantado o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), usando espécies de plantas especialmente selecionadas e adaptadas às condições peculiares de clima e solo do cerrado, e introduzindo, com relativo sucesso na região, as lavouras de soja e até mesmo de trigo.

O desenvolvimento de culturas comerciais foi estimulado, sobretudo, pela proximidade de mercados como o Sudeste e auxiliou no fortalecimento dos complexos agroindustriais, complementando a economia do Centro-Sul. O maior problema foi que a agricultura comercial se expandiu sobre os campos cerrados (campos naturais da região), provocando um custo ambiental muito alto. Grande parte dos solos e da vegetação dos cerrados foi perdida com o cultivo da monocultura de soja. Além disso, a expansão da agricultura comercial auxiliou no processo de concentração da propriedade da terra, que teve como consequência o surgimento de muitos conflitos e mortes no campo.

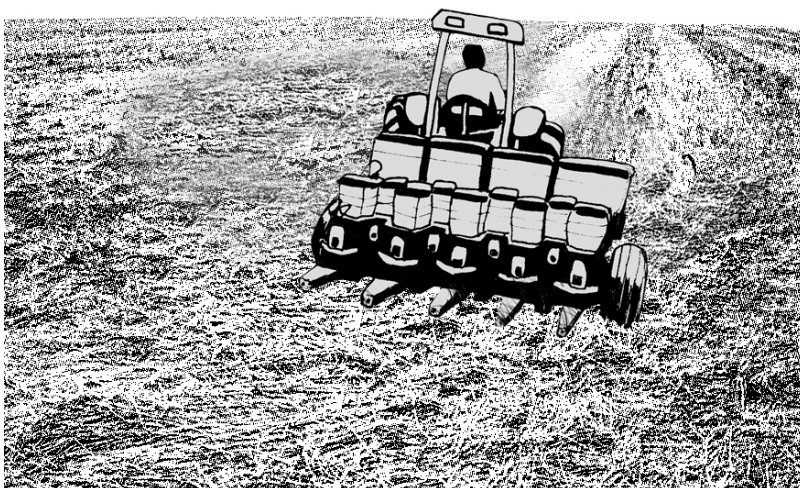


Figura 14.3: Produção agrícola (soja) no cerrado.

O destaque econômico da região se baseia na agropecuária, pois, entre as regiões brasileiras, o Centro-Oeste é a região onde a indústria tem a menor participação na estrutura produtiva (20%), enquanto 22% pertencem ao setor primário e 58%, ao terciário.



ATIVIDADE

1. Parte da Região Centro-Oeste passou a incorporar um maior nível tecnológico por interesse, principalmente, do capital paulista, transformando essa região numa importante área produtiva, voltada inclusive, para a exportação. Hoje, o estado do Mato Grosso do Sul é o maior produtor de soja, o que coloca o Brasil entre os maiores produtores do mundo. Em que sentido foi importante a integração de novos setores produtivos, de diferentes regiões, no fortalecimento da economia da Região Sudeste e do Centro-Sul?

COMENTÁRIO

O Centro-Sul precisou contar com a ampliação das regiões produtivas e com o aumento do nível tecnológico das mesmas. Foi o que aconteceu com a incorporação de parte do Centro-Oeste na dinâmica econômica do Sudeste. O desenvolvimento da agricultura comercial auxiliou no fortalecimento dos complexos agroindustriais e complementou a economia do Centro-Sul. Os custos dessa expansão é que foram grandes. A cultura da soja e a expansão da pecuária nas áreas de cerrado provocaram perdas ambientais, e a concentração da propriedade da terra provocou conflitos e mortes no campo. Essa atividade visa a atender ao primeiro objetivo desta aula, que é de mostrar como as áreas que compõem o Centro-Sul contribuíram no seu fortalecimento.

O “PARAÍSO” BRASILEIRO

Agora veremos um pouco sobre as particularidades da Região Sul, outra parte do Brasil que compõe o Centro-Sul.

Com uma superfície de 577.723 km², a Região Sul compreende os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e é chamada o celeiro agrícola do país, pois possui uma economia agrícola altamente desenvolvida, que vem passando por um intenso processo de modernização, tornando-se uma atividade cada vez mais mecanizada e capitalizada.

O norte do Paraná constitui a área agrícola mais desenvolvida desse estado. Embora o café tivesse sido o principal produto da região, seu cultivo tem perdido o caráter monocultor, com a diversificação das lavouras comerciais (soja, trigo, arroz). O restante do estado tem uma produção agropecuária ampla e variada, além da exploração madeireira. Curitiba é a metrópole da região, com um parque industrial de certo vulto e em crescimento.

O vale do Itajaí, no norte catarinense, é a zona mais dinâmica de Santa Catarina. Vales profundos caracterizam essa área de colonização italiana e alemã, onde Blumenau é o maior centro industrial. A zona serrana gaúcha também é uma área de colonização alemã e italiana, apresentando uma estrutura fundiária calcada na pequena propriedade.

A produção agrícola, extremamente diversificada, vem se somar a uma importante atividade pecuária, que alimenta uma próspera indústria frigorífica e de laticínios. Por isso mesmo, o setor agroindustrial foi o que mais cresceu no Sul, no início da década de 1990.

No centro-sul gaúcho, destacam-se duas áreas: a região de Porto Alegre, metrópole que tem expressivo desenvolvimento industrial, e a “campanha”, caracterizada pelos grandes estabelecimentos pastoris (as estâncias), onde predomina uma pecuária extensiva melhorada.

Imigrantes alemães nos vales férteis, italianos nas encostas, eslavos no oeste e japoneses no norte do Paraná configuram o ciclo de povoamento do sul do Brasil. Os europeus, sobretudo os alemães, que predominaram na colonização do sul, desenvolveram principalmente a agricultura em áreas florestais, com predomínio da pequena propriedade e do trabalho familiar.

Hoje, a região perde população para o Centro-Oeste, para a Amazônia e até para fora do país. Fato determinado pelos seguintes aspectos:

- com a divisão das propriedades de terra, por motivo de herança, os filhos de agricultores partiram em busca de mais terras;
- parte dos minifúndios foram absorvidos por latifúndios, com culturas de exportação, a exemplo da soja, o que forçou o êxodo.

A existência de extensas áreas de pastagens naturais favoreceu o desenvolvimento da pecuária extensiva de corte no extremo sul da região, onde há o predomínio da grande propriedade e o regime de exploração direta, já que a criação é extensiva e exige poucos trabalhadores, o que explica o fato de haver uma população rural pouco numerosa na região.

A Região Sul é a segunda mais industrializada do país, vindo logo após o Sudeste. A principal característica da industrialização do sul é o fato de as atividades rurais comandarem a atividade industrial. Assim, somente as metrópoles de Porto Alegre e Curitiba não se encaixam no esquema agroindustrial predominante na região (assunto tratado na Aula 7). Porto Alegre tem o maior centro urbano-industrial, onde se localizam indústrias metalúrgicas, químicas, de couros, de bebidas, de produtos alimentícios e têxteis. Já a industrialização de Curitiba, o segundo maior

centro industrial, é mais recente, destacando-se por suas metalúrgicas, madeireiras, fábricas de alimentos e do ramo automobilístico.

Essa região encontra-se perfeitamente conectada com a economia do Sudeste e contribui significativamente com a riqueza produzida no complexo do Centro-Sul. Apesar disso, também no Sul são encontradas contradições sociais, visíveis nas grandes cidades, principalmente. Isso mostra que a visão que se tem dessa região do país é ainda muito estereotipada.



Aí vai uma dica: para quebrar o estereótipo de que no sul só há pessoas brancas e a região é um paraíso econômico, procure mostrar que lá também existem favelas, desemprego e uma considerável população negra, descendente dos escravos que foram enviados para o sul do Brasil, quando o governo imperial sentiu necessidade de ocupar a região para protegê-la dos invasores.

O SUDESTE AINDA É O CORAÇÃO ECONÔMICO DO BRASIL?

A Região Sudeste (composta pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) é, de todas as partes que compõem o complexo do Centro-Sul, a mais importante do ponto de vista econômico. Por isso, a expressão de que o “Sudeste é o coração econômico do Brasil” é uma das definições mais recorrentes quando se trata de definir a região.

De fato, o Sudeste é a região mais desenvolvida, não só do complexo Centro-Sul, mas de todo o Brasil. Os primórdios da regionalização no Centro-Sul, como você já viu em aulas anteriores, estão relacionados às políticas de investimento voltadas para a consolidação de alguns setores econômicos, como o agropecuário e o industrial, que foram por um longo período concentrados, principalmente nos estados do Sudeste, o que definiu sua superioridade em relação às demais regiões.

A importância histórica dessa região data do desenvolvimento da atividade mineradora, quando o eixo econômico e político do país foi transferido para o Centro-Sul. Após a mineração, o café, no século XIX, valorizou também a área, tanto no vale do Paraíba fluminense como no paulista. No século XX, este produto impulsionou a economia do oeste de São Paulo.

Na Era Vargas, essa região encontrou sua vocação industrial. O capital do café e os esforços estatais vão transformá-la em um grande centro industrial, sobretudo nas metrópoles nacionais de São Paulo e Rio de Janeiro, e na regional de Belo Horizonte.

Como você já viu na Aula 3, a região reunia todas as pré-condições vitais para permitirem o surgimento de indústrias. Além disso, a região destacava-se como uma área densamente povoada, bem servida de potenciais energéticos e de facilidade de transporte, na qual se concentrava a parcela fundamental da atividade econômica do país: a região paulista-fluminense, que abrangia o centro administrativo nacional e a zona de atividade econômica mais dinâmica da época.

Assim, em 1929, a participação do setor industrial no PIB era da faixa de 10%, e já apareciam indústrias de “bens intermediários”, isto é, que são incorporadas na produção de outros, como o ferro gusa, utilizado para fabricar alumínio, e o cimento.

A partir da década de 1950, São Paulo destacou-se no contexto nacional como o estado de maior concentração industrial, especialmente no tocante à indústria pesada. Atualmente, o interior do estado já desponta como o segundo mercado interno do país. Em linhas gerais, a região da Grande São Paulo abrange o maior parque industrial da América Latina, além de constituir o maior centro comercial e financeiro do país.

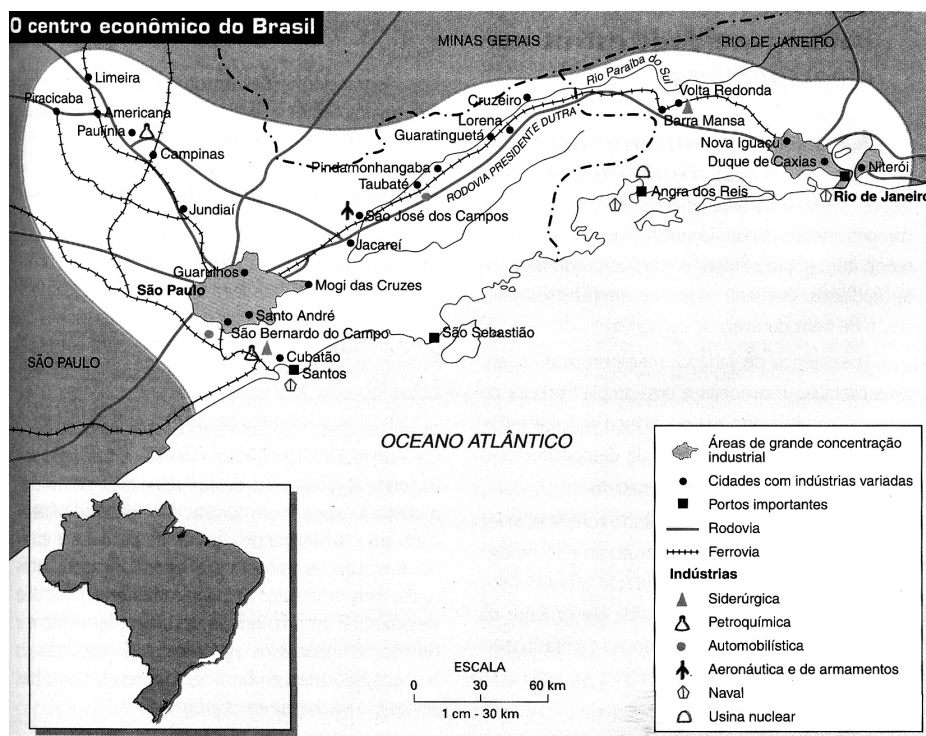


Figura 14.4: Centro econômico do país.

A riqueza de recursos minerais esteve na base do grande desenvolvimento das indústrias siderúrgica e metalúrgica da região, principalmente no estado de Minas Gerais. A maior parte da produção brasileira de ferro ainda provém do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, sendo o Brasil um dos maiores produtores mundiais desse minério.

Já o Rio de Janeiro, apesar de estagnado na metade dos anos 1990, vem crescendo através de um processo de “renúncia fiscal” e dos novos ramos privatizados, os da telecomunicação e da siderurgia. A economia do Rio de Janeiro, porém, tem sua maior perspectiva no crescimento da indústria do petróleo (extração, construção naval, plataformas, oleodutos e gasodutos, pólo gás-químico e novas empresas que ganharam concessão de exploração). O problema do Rio de Janeiro é que sua produção agropecuária é basicamente para o consumo interno e, necessariamente, o estado exige importação de alimentos e insumos agrícolas.

Atualmente a Região Sudeste reúne 16 das 23 áreas metropolitanas do país, concentrando as maiores áreas (São Paulo, Rio de Janeiro) que formam a **MEGALÓPOLE** brasileira, e Belo Horizonte. Trata-se da região do mais elevado grau de urbanização (90,5%) registrado em 2000 pelo IBGE. É imenso o número de cidades médias. Muitas são verdadeiras “capitais regionais”, com uma estrutura de serviços completa, capaz de atender não só aos seus habitantes, como a toda a área que as circunda.

MEGALÓPOLE

Extensa zona urbana, composta por muitas cidades, sem áreas rurais intermediárias. Veja a Figura 14.5.

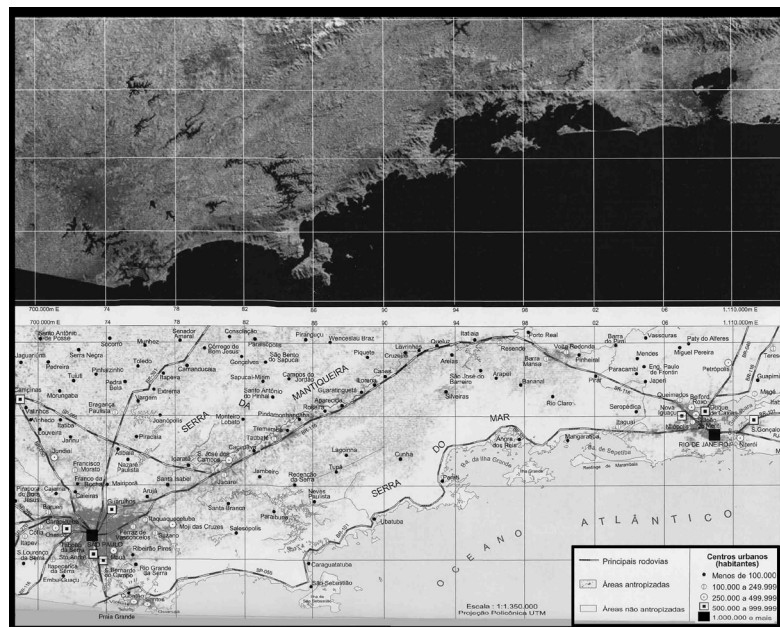


Figura 14.5: Megalópole.

Contudo, mesmo com todo esse potencial econômico e produtivo, a Região Centro-Sul convive com profundas contradições e crises. Primeiro, há uma crise social. Nas metrópoles do Sudeste, destaca-se o grave problema da segregação espacial, conforme você viu na Aula 12. Mesmo com a redução da migração, a favelização ampliou-se paralelamente à formação de uma enorme periferia urbana, sem infraestrutura básica.

Há também uma crise ambiental. Os desmatamentos, a retirada dos mangues, a poluição de importantes fontes de vida, como a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, os deslizamentos de encostas, os problemas com o lixo, entre outros, são tônicas na vida da região. A industrialização e a exploração econômica acelerada, sem respeito ao meio ambiente, são fatores geradores dessas crises vivenciadas pela mais dinâmica região do país.

A dinâmica natural privilegiada da Região Sudeste

A região é complexa do ponto de vista físico, sendo favorecida pelo quadro natural, que concentra as maiores riquezas minerais do país. Minas Gerais tem grande produção de minério de ferro, calcário, zinco, alumínio e ouro, além da produção de água mineral. Em São Paulo, destacam-se o calcário, a dolomita e o chumbo. No Rio de Janeiro, a produção de petróleo, com mais de 60% da produção nacional. O Espírito Santo também tem uma grande produção petrolífera no litoral norte.

O Sudeste é aberto para o Atlântico por uma longa linha litorânea de 1.650km, bastante recortada, formando inúmeras baías, onde se localizam alguns dos maiores portos brasileiros: de Vitória, do Rio de Janeiro e de Santos. A região também é favorecida com o clima que, no conjunto, é do tipo tropical e possui variações de altitude, assim como maior ou menor proximidade com o mar. A presença de climas mais amenos, bem próximos a zonas tropicais (verões bem quentes), anima o desenvolvimento da atividade turística na região serrana.

A rede hídrica regional está ligada às bacias do Paraná e do São Francisco, além dos rios que correm diretamente para o oceano, a leste das escarpas, e que formam a vertente do sudeste. Os rios da vertente do sudeste são: o Jequitinhonha, que percorre uma das mais pobres zonas do país e deságua no litoral baiano, o Doce, o Paraíba do Sul, o Iguaçu e vários pequenos rios fluminenses. É importante notar que a presença de rios junto dos limites da escarpa da serra do Mar permitiu a canalização artificial de represas do planalto para a baixada litorânea, aproveitando o desnível para a produção de eletricidade, como em Cubatão (SP) e Ribeirão das Lajes (RJ), dinamizando a produção industrial.

ATIVIDADE



2. Seu Sebastião veio, na década de 1950, do interior do Ceará para tentar arrumar trabalho nas indústrias do Sudeste, depois de passar mais de três anos sem conseguir emprego fixo. Sua família, no entanto, continuou morando no sertão, dependendo única e exclusivamente da contribuição financeira que seu Sebastião passou a enviar todo mês. Na sua opinião, que fatores foram responsáveis por levar seu Sebastião a abandonar sua terra de origem e buscar trabalho fora de sua região? Por que sua única opção foi o Sudeste brasileiro?

COMENTÁRIO

Nesta atividade, buscamos atender ao objetivo de reconhecer como se materializa a dinâmica de organização social do espaço no complexo do Centro-Sul. Ao se privilegiar a concentração do desenvolvimento industrial numa única região do país, promoveu-se uma desigualdade regional difícil de ser superada. Seu Sebastião, ao enfrentar a falta de trabalho em sua região, além de problemas naturais como a seca e o baixo nível de desenvolvimento tecnológico, precisou migrar em direção à região que, naquela época, recebia a maior parte dos investimentos feitos no Brasil.

O FORTALECIMENTO DA REGIÃO CENTRO-SUL

O dinamismo do complexo geoeconômico do Centro-Sul foi favorecido por algumas mudanças que ocorreram nas regiões que a compõem, dentre elas:

No Sul:

- os estados da região deixaram de ter uma estrutura produtiva com base apenas na agropecuária, passando a desenvolver importantes ramos industriais (implementos e máquinas agrícolas, bens de consumo não-duráveis, além de indústrias de madeira, couro e calçados);
- o desenvolvimento dos complexos agroindustriais (produção granjeira, de grãos e carnes), nos quais estão instalados os abatedouros e frigoríficos, alguns dos maiores do país;
- a especialização na produção de embutidos e frangos para consumo nacional e para exportação, que teve atuação facilitada pela proximidade com o Mercosul.

No Centro-Oeste:

- a disponibilidade de terras, incentivos fiscais e financeiros, servindo de crescente atração para o capital e contribuindo para a expansão da fronteira agrícola;

- a moderna produção agropecuária (soja, milho, carne), que se direcionou para o mercado externo;
- a instalação das indústrias de bens de consumo ligados à produção agropecuária que, na década de 1970, dirigiram-se para essa região.

No Sudeste:

- a instalação dos pólos petroquímicos (Refinaria de Paulínia e de São José dos Campos) e siderúrgico, com a Cosipa. Isso resultou na desconcentração de atividades produtivas;
- a implantação de institutos de pesquisa de ponta associada aos setores produtivos (Campinas – Unicamp - e São José dos Campos - Centro Tecnológico Aeroespacial e Instituto Tecnológico da Aeronáutica);
- a integração de sub-regiões do oeste paulista no desenvolvimento de complexos agroindustriais;
- a diversificação de Minas Gerais e Espírito Santo, no setor industrial de bens de produção;
- a integração de transportes rodofluviais no conjunto da hidrovia Tietê-Paraná, que permitiu ampliar as atividades comerciais.

O DINAMISMO DO CENTRO-SUL FRENTE AOS OUTROS COMPLEXOS REGIONAIS

Todo o dinamismo apresentado sobre a região mais rica do país acaba escamoteando uma realidade interna e também regional bastante diversa. As riquezas produzidas no Centro-Sul (e, em menor grau, nas demais regiões) não conseguiram elevar as condições de desenvolvimento social do país.

Vamos ver por quê:

Atualmente, o Brasil se destaca no cenário internacional pelo valor de seu PIB (o país é a 11^a economia do mundo). No entanto, o gigantesco PIB não tem se convertido numa situação de bem-estar para a população. Com um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) na posição de 69º, o país possui uma concentração de renda das mais altas do mundo.

Veja no **Quadro 14.1**, a seguir, a comparação do IDH das áreas que compõem o Centro-Sul com as áreas dos outros dois complexos regionais.

Quadro 14.1: Classificação dos estados quanto ao IDH: os três "Brasis"

Os estados da região Nordeste, mais o Acre, os estados do Pará e do Tocantins. (compõem os complexos Amazônico e Nordeste)	apresentam IDH inferior a 0,7
Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Rondônia, Roraima e Amapá. (compõem os complexos Amazônico e Nordeste)	apresentam IDHs inseridos no intervalo de 0,7 a 0,8
Os sete estados do Centro-Sul do país, juntamente com o Distrito Federal.	apresentam IDH superior a 0,8

As diferenças regionais denotam, principalmente, um processo de ocupação desigual, desequilibrado. Essa ocupação, que privilegiou as grandes cidades dos estados com as maiores economias, acabou provocando a criação desse Brasil tão dividido e tão desigual. Mesmo dentro das regiões mais ricas do país, podemos constatar as grandes diferenças socioespaciais, o que demonstra que as políticas de investimentos direcionadas, em sua maioria, para essas regiões, também não conseguiram resolver os seus problemas. Ao contrário, em muitos casos, eles se acentuaram.

O planejamento estatal influenciou no aprofundamento das desigualdades regionais, na medida em que continuou a incentivar a já histórica concentração de população no Sudeste brasileiro, pois pouco ou quase nada fez para melhorar o desenvolvimento das demais regiões e conter o êxodo populacional.

IDH

Desde 1990, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) vem introduzindo, na análise do espaço mundial, uma nova forma de medir o nível de desenvolvimento dos países. Trata-se do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que mede o índice de riqueza por habitante, baseando-se em três fatores: o acesso à educação (alfabetismo), saúde (expectativa de vida) e renda (trabalho). O Brasil ocupa hoje a 69ª colocação e perde para muitos países da América Latina.



Figura 14.6: Os “amontoados humanos” muito comuns nas grandes cidades brasileiras, principalmente no Centro-Sul, produzem uma população miserável, carente de recursos básicos, o que diminui drasticamente a qualidade de vida dessas pessoas.

ATIVIDADE FINAL

O trecho da música, a seguir, mostra uma parcela da realidade de um enorme contingente populacional que mora nos grandes centros urbanos do Centro-Sul brasileiro.

... Filhos da mesma agonia
 e a cidade, que tem braços abertos
 Num cartão postal
 Com os punhos fechados na vida real
 Lhes nega oportunidades
 Mostra a face dura do mal...
 "Alagados" - Os Paralamas do Sucesso.

Faça comparação entre as formas de ocupação das regiões brasileiras, apontando de que maneira a ocupação desigual do espaço interfere nos baixos Índices de Desenvolvimento Humano.

COMENTÁRIO

Nesta atividade, buscamos atender ao objetivo de avaliar as contradições socioespaciais do Centro-Sul, que são derivadas da maneira como essa região foi privilegiada em termos de investimentos, o que acabou atraindo muitos imigrantes. As grandes cidades brasileiras acabaram recebendo grandes contingentes populacionais de outras regiões do país, pois seus estados de origem não lhes ofereciam melhores oportunidades de vida. Nos maiores centros urbanos, essas pessoas acabaram se instalando em áreas deficitárias de infra-estrutura e suas vidas pouco ou quase nada melhoraram. O poder público não tem sido capaz de equilibrar o desenvolvimento regional, já que as opções de investimentos sempre foram concentradas nas regiões mais dinâmicas do país.

RESUMO

O Centro-Sul é uma das três grandes regiões geoeconômicas do Brasil. A região é chamada a “core área” do país, ou seja, o coração econômico e político da nação, pois possui a maior participação na produção do PIB nacional, cerca de 55%. Produz cerca de 66% da produção industrial e concentra 58% do pessoal ocupado desse setor no país. Destaca-se ainda nos setores agrário e de serviços.

O complexo Centro-Sul é composto pela parte meridional da Região Centro-Oeste, mais o Sul e o Sudeste. Os estados dessa região apresentam nível tecnológico alto e estão completamente integrados à dinâmica economia do Sudeste, que é a região centralizadora. Ela apresenta inúmeras contradições socioespaciais, pois concentra 16 das 23 áreas metropolitanas do país e quase 50% da população brasileira, onde o grau de urbanização atinge mais de 90%.

O Centro-Sul vive graves crises. A crise social, que se identifica pela forte segregação espacial, com aumento das áreas de habitação de baixo nível e da pobreza, assim como dos problemas urbanos de maneira geral. A crise ambiental se caracteriza por uma desconfiguração quase geral dos aspectos naturais originais.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, conheceremos um pouco mais da realidade do Complexo Amazônico. Analisaremos por que a Região Amazônica é conhecida apenas como uma região de florestas, de povos primitivos e de exploração de recursos naturais.

O Brasil regional e o complexo da Amazônia

AULA

15

Meta da aula

Apresentar o complexo amazônico.

objetivos

Esperamos que, ao fim desta aula, você seja capaz de:

- Analisar o espaço amazônico, a partir da quebra dos estereótipos criados para definir esse espaço.
- Analisar qual a importância do complexo amazônico para a economia brasileira.
- Reconhecer os interesses que se escondem por trás das tentativas de tornar o espaço amazônico um espaço de "responsabilidade mundial".

Pré-requisito

Para melhor compreensão desta aula, é necessário que você tenha entendido que a divisão regional do Brasil em três grandes regiões, ou seja, em complexos regionais, foi construída com base em critérios geográficos (sem respeitar a fronteira entre os estados) e no conceito de regiões homogêneas, que também considera os aspectos econômicos, sociais e naturais. Esse assunto foi tratado na Aula 13.

INTRODUÇÃO

O complexo amazônico caracteriza-se pela presença da floresta e do clima equatoriais, pelas baixas densidades populacionais e pelo processo de ocupação recente ligado aos grandes projetos agropecuários e minerais. Apesar dessa definição, a análise mais comumente encontrada sobre o espaço amazônico esconde muito da realidade. O que buscamos nesta aula é desvendar essas imagens distorcidas e elucidar de que maneira a Região Amazônica e seus recursos poderão ser explorados economicamente sem provocar a sua destruição.

O complexo da Amazônia, a ser estudado nesta aula, é composto pelos estados e partes dos estados, listados na **Figura 15.1**. Lembre-se de que a **Figura 13.4** (Aula 13) mostrou o país dividido em regiões geoeconômicas.



Figura 15.1: Mapa do complexo amazônico.

A FLORESTA AMAZÔNICA NÃO ERA NOSSA

Você sabia que, na origem, a Amazônia não pertencia ao Brasil? No período inicial do descobrimento, havia duas colônias portuguesas na América do Sul: a do Brasil e a do Grão-Pará e Rio Negro. Segundo alguns autores, esses dois estados se desenvolveram distintamente até 1823, data em que o Império do Brasil começou a anexá-los. Essa anexação, no entanto, foi muito violenta, porque o governo brasileiro não via outra alternativa para unir essas duas áreas senão por meio do uso da força, tamanhas eram as diferenças de cultura e de formas de exploração econômica entre elas.

Falar do complexo amazônico também nos remete à região Norte e à grande floresta. Ela é a maior floresta equatorial do mundo e ocupa 6,5 milhões de quilômetros quadrados, boa parte localizada em território brasileiro. Você sabia que mais da metade do nosso país é ocupada por ela? A Amazônia ocupa ainda outros países da América do Sul, como Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

Para discutir o espaço do complexo amazônico, é preciso entender um pouco sobre as distorções criadas a respeito da verdadeira realidade da região. Seus próprios moradores se espantam ao ver que, para melhor explorá-la, os grandes interessados ainda passam a imagem de uma região habitada essencialmente por índios, enquanto há muito tempo existem cidades e uma vida urbana considerável.

A Amazônia se tornou fronteira a ser explorada pelo capital após 1970, sob um discurso de que era preciso integrá-la às regiões mais dinâmicas do país e evitar o aprofundamento do desequilíbrio regional existente, conforme você estudou na Aula 14. O projeto de integração acabou implicando uma crescente apropriação dos recursos naturais, que foram transformados em reserva de valor; a busca constante por novas riquezas minerais; os investimentos pontuais de capitais privado e estatal que, para incentivar as correntes migratórias e a ocupação da região, construíram aeroportos, hidrovias, rodovias etc.; a dizimação física e cultural da região, pelo acirramento dos conflitos sociais.



Aí vai uma dica: peça aos seus alunos para fazerem desenhos sobre a Região Amazônica, mostrando as características do lugar. Aproveite os comentários do texto para desfazer conceitos distorcidos a respeito da região.

Os primeiros habitantes da Amazônia

Segundo pesquisas arqueológicas, data de mais ou menos 13 mil anos a existência dos primeiros grupos humanos que viveram naquela parte do território brasileiro. Vestígios dessas civilizações foram encontrados em várias partes da Amazônia (como no município de Monte Alegre, situado a cerca de 280 quilômetros da foz do rio Amazonas, e na ilha de Marajó).

A ORIGEM E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO

Nos 500 anos de presença européia, a Amazônia experimentou os métodos mais modernos de exploração:

- agricultura capitalista de pequenos proprietários;
- economia extrativista exportadora da borracha e de minérios;
- estrutura industrial eletroeletrônica com a Zona Franca de Manaus.

Dentre eles, um dos que mais transformaram o espaço amazônico foi a exploração mineral. O levantamento das riquezas minerais pelo RADAM-Brasil (projeto criado para fazer o levantamento das riquezas minerais brasileiras) incentivou a corrida pelo subsolo amazônico, atraindo grandes capitais, com destaque para as áreas de Carajás e Trombetas. Até 1970, 40% das descobertas minerais cabiam a garimpeiros, mas a partir daí passaram a ser monopólio das grandes empresas ou dos órgãos governamentais. Assim, se constituíram verdadeiros corredores de exportação, ligados diretamente aos pólos dinâmicos da economia nacional e, sobretudo, internacional, consumindo seus minérios e energias e deixando um rastro de miséria e devastação.

As riquezas da Amazônia (vegetais, animais e minerais) passaram a ser exploradas a partir da organização de dois padrões de ocupação:

- o padrão rio-várzea-floresta (dominante até a década de 1960);
- o padrão estradas-terra firme-subsolo (dominante a partir da década de 1970).

Até a década de 1960, a vida das populações se organizou em torno dos rios amazônicos. A partir de então, por uma decisão geopolítica de integrar o espaço amazônico ao resto do país, protagonizado pelos governos civis e militares, os interesses se deslocaram para o subsolo,

para suas riquezas minerais. O regime ditatorial, iniciado em 1964, se encarregou de criar as condições para atrair os grandes capitais para essa missão geopolítica.

Os vastos subsídios aplicados nos empreendimentos minero-metalúrgicos (alumínio e ferro) localizados na Amazônia intensificaram os conflitos em torno do uso dos recursos e da organização do espaço regional.

Veja como se organizava o padrão rio-várzea-floresta: desde os primórdios, as dificuldades para o estabelecimento da ocupação portuguesa na Amazônia fizeram com que ela fosse sempre alvo de cobiça de outras potências estrangeiras – como França, Inglaterra, Holanda e Espanha. Ordens religiosas tiveram papel fundamental na colonização da região, articulada à construção de fortificações militares. Com o tempo, vilas e cidades surgiram no entroncamento dos grandes rios, com importante papel geopolítico.

Com o extrativismo das “**DROGAS DO SERTÃO**”, teve início o processo seletivo de valorização das riquezas naturais da região. Mas a dispersão espacial das especiarias economicamente relevantes desestimulou o investimento em escravos e favoreceu a opção pelo “convencimento” dos índios, já que eram estes os verdadeiros conhecedores da floresta e nela conseguiam se locomover e coletar as “drogas” com facilidade.

A partir de 1750, iniciou-se uma nova fase da colonização, com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a expulsão das ordens religiosas, resultando no incentivo à agricultura, com base na introdução do trabalho escravo, e à pecuária.

O extrativismo, a pesca e a agricultura desenvolveram-se articuladamente nas várzeas. As condições mais favoráveis para a exploração da borracha na Amazônia Ocidental deslocaram o eixo do poder regional para Manaus, onde se concentravam seringalistas e **CASAS AVIADORAS**. Foi em torno da borracha que se deu o mais importante fluxo de povoamento da Amazônia.

“DROGAS DO SERTÃO”

Trata-se das especiarias coletadas na floresta para fins farmacêuticos, de alimentação humana e perfumaria, como gengibre, pimenta, baunilha, cacau, canela e cravo.

CASAS AVIADORAS

Grandes propriedades de seringueiras existentes no interior da floresta, controladas por um seringalista que mantinha, por meio do endividamento, a permanência dos seringueiros no trabalho árduo de extração do látex, produto que dá origem à borracha.



Figura 15.2: Extração da borracha.

Assim, os seringueiros foram usados na estratégia de expandir o extrativismo da borracha. Para sustentar o sistema da borracha, a agricultura de subsistência era proibida, e os seringueiros acabavam contraindo uma dívida que os obrigava a só produzir borracha. As casas aviadoras não só compravam toda a borracha como, também, vendiam alimentos, utensílios e outros supérfluos, estes, sobretudo, aos “bons seringueiros”, que tinham “saldos”, que, aumentando suas dívidas, aumentavam ainda mais sua dependência de maior produção de borracha.

A crise na exploração da borracha acabou desmontando o sistema de aviamento, o que proporcionou a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, com a liberação da agricultura.

O segundo modelo de organização do espaço amazônico, o padrão estradas-terra firme-subsolo, surgiu nos anos 1960, a partir da mudança de foco de interesse nas riquezas da região.

A partir desse momento, a Amazônia passou à condição de frente de expansão do capitalismo brasileiro, tendo por base a exploração da pecuária extensiva, da mineração e da extração de madeira. O espaço a ser ocupado não era mais apenas as áreas próximas das várzeas dos rios da bacia Amazônica, mas também o solo e o subsolo que se localizavam distante dos rios.

Para essa ocupação foi necessário abrir eixos de circulação, ou seja, estradas que possibilitassem o transporte e a locomoção dos imigrantes e capitalistas exploradores da região. Assim, foram quatro os eixos de abertura para a ocupação do espaço amazônico nesse novo modelo:

- Belém – Brasília;
- Brasília – Cuiabá –Santarém;
- Brasília – Cuiabá – Porto Velho – Rio Branco;
- Transamazônica (estradas e energia como a base para a atuação do novo capital).



Aí vai uma dica: peça aos alunos que perguntem a seus pais que tipos de produtos podem ser feitos a partir do látex (extraído da seringueira) e que levem alguns objetos para a sala. Mostre a importância desses produtos e aproveite para falar sobre como foi a organização da extração da borracha na Região Amazônica.

A organização dos dois padrões de organização do espaço originou conflitos protagonizados pelos diferentes sujeitos que compunham a paisagem amazônica. No geral, esses conflitos foram sempre desfavoráveis às populações tradicionais da própria região e, também, às famílias de trabalhadores migrantes, atraídos para a região e abandonados à própria sorte em um ambiente social, política e ecologicamente desfavorável.

Principalmente o modelo padrão estradas-terra firme-subsolo exigia uma intensa mobilidade populacional, o que acabou aprofundando a desagregação das estruturas familiares e levou para baixo os indicadores sociais da Amazônia, que estão entre os piores do país: número de médicos, esgoto, água, população favelada etc.

É bom lembrar que instituições internacionais que atualmente se colocam como defensoras da Amazônia financiaram a implantação do modelo que impulsionou sua destruição.



ATIVIDADE

1. "...Por que ninguém nos leva a sério, só ao nosso minério?" Esta frase, tirada da música "Belém – Pará – Brasil", de Edmar Rocha Jr., do grupo Mosaico de Ravena, mostra o interesse que exploradores externos têm em relação a esse espaço e à desvalorização da maior riqueza da Amazônia: os povos da floresta. Analise a importância do complexo amazônico para a economia brasileira e por que o autor diz que "ninguém nos leva a sério"?

COMENTÁRIO

Visando esclarecer os objetivos que tentam analisar qual a importância do complexo amazônico para a economia brasileira e quais interesses estão por trás da tentativa de transformar o espaço amazônico num "espaço mundial", procuramos trabalhar com um trecho de uma letra de música que se refere à maior importância que os "povos externos" dão ao "nosso minério". Ela se refere à forma como a região Norte brasileira ganhou importância, não só nacional como internacional, devido às riquezas lá existentes. O problema é que, ao explorar essas riquezas, nesse caso os minérios, para atender às necessidades de indústrias do Brasil e de países do Primeiro Mundo, os exploradores em nenhum momento consideraram a riqueza humana existente na Amazônia. Desde a sua ocupação inicial, a Amazônia tem servido como fonte de riquezas, como se fosse um espaço desprovido de pessoas, de culturas, de seres que dependem da floresta e de seu frágil equilíbrio para sobreviver.

AS VÁRIAS AMAZÔNIAS

ESTEREÓTIPOS

Conceitos criados sobre a Amazônia e que, apesar de serem errados, de não convergirem com as verdadeiras características da Região Amazônica, acabam permanecendo fixos, inalterados. É o caso, por exemplo, de se considerar a Amazônia como um vazio demográfico.

Entender o espaço amazônico e dissociar dele imagens preconcebidas, ou **ESTEREÓTIPOS**, é fundamental para desvendarmos a complexidade da Amazônia.

As imagens que vigoram são de uma área onde predominam a Natureza, a floresta, o atraso, a reserva de recursos, o índio.

Essas imagens foram criadas porque a Amazônia sempre foi vista de fora. A imagem da Amazônia como ampla área de floresta tropical úmida, drenada por uma grande bacia hidrográfica cujo eixo é o Solimões-Amazonas, com pouca população e muita riqueza, foi construída pelos não-amazônicos.

Existem várias concepções sobre a Amazônia que iremos desvendar agora:

a) a Amazônia como vazio demográfico:

A imagem da Amazônia como vazio demográfico foi construída pela dificuldade de garantir a efetiva exploração da região. No entanto, os conflitos que se multiplicaram nos anos 1960 e 1970, devido à expansão da fronteira agrícola entre as populações tradicionais remanescentes – índios, seringueiros e ribeirinhos –, e os “novos colonizadores”, comprovam a ilusão da imagem da Amazônia como vazio demográfico e cultural.

b) a Amazônia como reserva de recursos:

Essa visão acabou causando muitos danos ambientais à região. A prática cultural de tradição européia, que vê a floresta como natureza que deve ser derrubada para dar lugar à agricultura, levou à perda de milhões de toneladas anuais dos solos amazônicos e de um patrimônio de biodiversidade inestimável.

A visão geopolítica tradicional da Amazônia como um vasto espaço vazio e uma reserva de recursos naturais, refletida no planejamento regional das décadas passadas, foi um erro fundamental, pois desrespeitou a exploração tradicional dos recursos naturais como modelo de desenvolvimento regional na Amazônia.

Tabela 15.1: Tabela sobre a população do complexo amazônico

ANO	REGIÃO NORTE	BRASIL	PARTICIPAÇÃO
1785	69.724	2.841.000	2,5
1823	128.000	3.960.866	3,2
1872	332.847	10.112.061	3,3
1900	695.112	17.318.556	4,0
1920	1.439.052	30.635.605	4,7
1940	1.462.420	41.165.289	3,5
1950	1.834.185	51.941.767	3,5
1960	2.561.782	70.070.457	3,6
1970	3.603.860	93.139.037	3,8
1980	5.280.268	119.002.706	4,9
1991	10.146.218	146.154.502	6,9

Fonte(s): IBGE. Estatísticas Históricas do Brasil. Rio de Janeiro, 1982, v.3, p. 28-36.
IBGE. Censo Demográfico – Sinopse Preliminar, 1991.

ESTADOS	1950	1960	1970	1980	1991
ACRE	18,5	20,6	27,8	43,8	61,85
AMAPÁ	37,0	51,3	54,6	59,1	80,89
AMAZONAS	26,7	32,8	42,4	59,9	71,42
PARÁ	34,6	40,2	47,1	48,9	50,37
RONDÔNIA	37,4	43,2	53,6	47,3	58,20
RORAIMA	28,3	42,9	42,7	61,7	64,58
TOCANTINS	–	16,8	24,9	39,7	57,69

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.

c) A Amazônia como reserva ecológica do planeta:

A importância da dinâmica hidrológica da Floresta Amazônica para o planeta e a devastação operada na região pelo modelo de desenvolvimento implementado nos anos 1970, baseado nos grandes projetos, colocou a Amazônia no centro do debate ambiental.

O movimento ambientalista, ao colocar a floresta como objeto de preservação, abriu uma importante brecha política para as populações amazônicas. Elas, que tinham por habitat a floresta, encontraram, entre os ambientalistas, importantes aliados para expressar suas reivindicações.

Contudo, o ambientalismo no Primeiro Mundo encontrou-se descolado das questões sociais, e o ecologismo passou a ser atacado porque, a pretexto de criticar a destruição amazônica promovida pela expansão do latifúndio e do grande capital nacional e internacional, buscou imobilizar o desenvolvimento da Amazônia em benefício dos interesses das grandes empresas internacionais que trabalham com a biotecnologia, engenharia genética e o ecoturismo, este último uma atividade de grandes investimentos, que visa atender a uma pequena elite nacional e internacional, que paga caro para conhecer as “maravilhas” da Amazônia. Na realidade, o ecoturismo não gera um número considerável de empregos, o que poderia provocar impacto regional positivo.

d) A Amazônia como região atrasada:

Outra visão corrente no imaginário sobre a Amazônia é a de região atrasada. Só que os problemas da Amazônia não são resultado do atraso, e sim do modelo de desenvolvimento calcado na modernização, que em vez de desenvolvê-la econômica e socialmente, apenas possibilitou que “os de fora” pudessem explorar suas riquezas. Os bons resultados dessa exploração pouco ou quase nunca retornaram à Amazônia.

A Amazônia, nos últimos trinta anos, tem experimentado uma nova fase do processo atraso-modernização. Das experiências anteriores, permanecem a exclusão social e a dilapidação do patrimônio natural e cultural. O que temos de novo, pós-anos 1960, é a captura, que parece definitiva, do espaço regional amazônico pelo Centro-Sul, de suas riquezas que servem ao centro dinâmico do país, já que este responde e se insere mais intensamente no processo de mundialização da economia. Em outras palavras, a Amazônia existe para abastecer, com suas riquezas, o Centro-Sul.

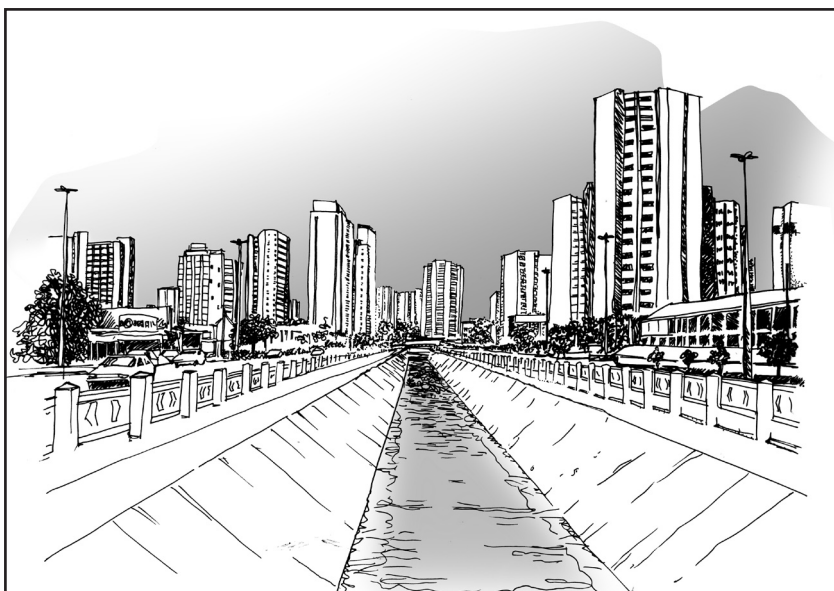


Figura 15.3: As grandes cidades amazônicas.

POR QUE A AMAZÔNIA SEMPRE FOI VISTA COMO UMA “QUESTÃO NACIONAL”?

Na formação histórica do território brasileiro, a Amazônia é uma região periférica, marginal. No contexto nacional, essa visão é decorrente da colonização, quando a Amazônia foi destinada a ser uma reserva futura de recursos naturais e colocada como uma fronteira indomável frente à incapacidade efetiva de exploração. É uma região subordinada aos interesses nacionais, e estes são definidos nos centros hegemônicos do poder nacional, que estão localizados fora da região Norte.

É nesse contexto que entra a idéia de que a Amazônia é uma questão de segurança nacional. De onde nasceu essa idéia? A incorporação da Amazônia ao Brasil data de 1823, porque os latifundiários luso-amazônicos tinham medo de que a Revolução Liberal portuguesa se refletisse na abolição da escravidão no Brasil.

Quando a integração da Amazônia ao território brasileiro aconteceu, a região permaneceu nas mãos dos antigos colonizadores, cujo poder se tornara ainda maior, haja vista serem, na época, extremamente débeis as vinculações da Amazônia com o Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

A Amazônia Legal, que representa 59% do país, teve sua ocupação planejada a partir de 1966, com a criação da Sudam, que combinava criação de infra-estrutura, exploração dos recursos naturais e colonização, destinada a distender as tensões sociais em outras regiões do país.

Os projetos criados para desenvolver a Amazônia tinham caráter integracionista, e visavam ao controle das fronteiras, à tutela dos índios, à abertura de estradas, porque, diante da dificuldade de povoar a vasta Amazônia, os governos militares pós-1964 projetaram a sua ocupação por meio dos grandes projetos que atraíam pessoas, das mais diversas regiões, em busca de melhoria de vida.

Duas foram as categorias de medidas voltadas para o desenvolvimento regional amazônico:

- ação estatal (infra-estrutura, especialmente rodoviária, projetos de colonização, subsídios);
- ação privada (investimentos na criação de gado, indústria e mineração atraídos pelos subsídios e vantagens tributárias).

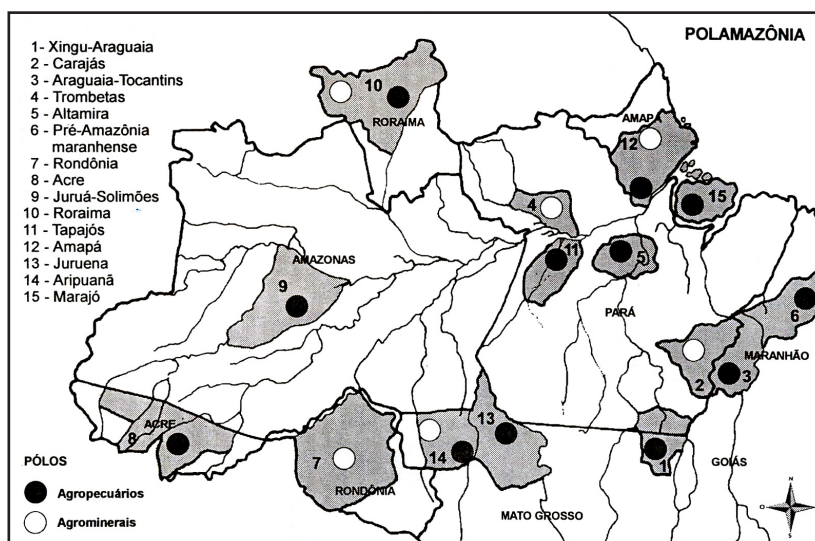


Figura 15.4: Mapa das ações de ocupação da Amazônia.

Fonte: Ação do Ministério do Interior *Apud* ADAS, Melhem. Geografia: aspectos humanos e naturais da Geografia do Brasil. 2.ed. São Paulo. Moderna, 1990. v.2. p. 46.

Para isso, foram definidas fases de desenvolvimento, que foram divididas em seis etapas:

1. criação do Plano de Integração Nacional (PIN) na primeira metade dos anos 1970, baseado na construção de eixos rodoviários e na colonização agrícola nas suas margens;
2. criação do Polamazônia, de 1974 a 1980, que se apóia no conceito de pólos de crescimento, resultando em grandes projetos minerais, industriais e agropecuários;
3. criação de Programas de Desenvolvimento Rural Integrados, no princípio dos anos 1980, focados no “desenvolvimento

dos menos favorecidos”, mas incapazes de reverter o processo de degradação social e ambiental em curso na região;

4. criação dos megaprojetos nos anos 1980, voltados para a exportação de recursos minerais ou produtos semi-elaborados;
5. criação do Programa Piloto Internacional para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras, conhecido como PPG-7, com farto financiamento internacional para fomentar uma nova estratégia de desenvolvimento regional, concebida como ambientalmente sustentável;
6. criação do Avança Brasil, com quatro objetivos na Amazônia: integração internacional no Norte; logística na região do Madeira-Amazonas; logística no Brasil Central; geração de energia hidrelétrica e construção de linhas de transmissão.

O lema “Integrar para Não Entregar” revela todo o conteúdo da visão estratégica das classes dominantes nacionais sobre o papel da Amazônia.

Por outro lado, a questão dos índios e da integridade do território nacional, tradicionalmente associada à soberania nacional, defende o respeito à diversidade cultural indígena como forma de combater as propostas de internacionalização que se apóiam no desrespeito aos índios (ainda vigente no Brasil). Na visão dos exploradores, os povos indígenas são obstáculos ao desenvolvimento econômico da região.



Figura 15.5: Sobre a “questão de segurança nacional”.

O mundo quer “tomar conta” da Amazônia

O economista Antonio Delfim Netto transcreveu, em 2 de junho de 2004, na *Folha de S. Paulo*, parte da Carta Mensal, publicada pela Confederação Nacional do Comércio, em seu número 587, volume 49, de fevereiro de 2004, um impressionante artigo do general Leônidas Pires Gonçalves, ex-ministro do Exército do governo Sarney. Intitula-se “Amazônia: reflexões sobre sua problemática”, e trata da estratégia governamental para enfrentar a crescente idéia de que a Amazônia não é brasileira, apenas “está” brasileira.

Veja as opiniões de vários líderes internacionais a respeito:

1. Já em 1981, nas diretrizes expedidas pelo Conselho Mundial de Igrejas Cristãs para seus missionários na Amazônia, lê-se: “A Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, mas compreende, também, parte dos territórios da Venezuela, da Colômbia e do Peru, é considerada por nós como um patrimônio da humanidade. A posse dessa área pelos países mencionados é meramente circunstancial (*sic*)”;
2. Al Gore, o fracassado vice-presidente dos EUA, disse, em 1989: “Diferentemente do que pensam os brasileiros, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”;
3. A pobreza intelectual de John Major, o infeliz ex-primeiro-ministro da Inglaterra, que sugeriu, em 1992, que “as nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum a todos no mundo. As campanhas ecológicas internacionais sobre a Região Amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas (*sic*) sobre a região”;
4. O “*maladroit*” Mikhail Gorbachov disse, em 1992, que “o Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”;
5. François Mitterrand: o exemplo da leveza espiritual da esquerda francesa, disse, em 1989 (já presidente da França), que “o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”.

ATIVIDADE



2. Vários são os estereótipos criados para definir o espaço amazônico. Eleja um deles e mostre de que maneira é possível dissociar imagens preconcebidas e entender melhor a complexidade da região Norte do país.

COMENTÁRIO

Para atendermos ao objetivo de melhor entender o espaço amazônico, a partir da quebra dos estereótipos criados para definir

esse espaço, pode-se eleger qualquer um dos estereótipos criados para definir a região. A Amazônia como um vazio demográfico, por exemplo, é um grande equívoco, uma vez que todos sabemos que a região possui uma rede urbana considerável e uma multiplicidade de grupos culturais, oriundos dos povos que ocuparam a Amazônia em outros tempos. Este é um equívoco que deve ser evitado.

AMAZÔNIA: OS POVOS LUTAM PELOS DIREITOS

A migração para a Amazônia combinou origens geográficas diversas (Nordeste e Sul, principalmente) e também, origens sociais diversas (empresários, latifundiários, antigos pequenos proprietários, sem-terras, posseiros). O choque destes com as populações tradicionais acabou gerando conflitos pela terra que ganharam contornos dramáticos, sobretudo ao longo dos eixos rodoviários, tornando a extensa faixa de terras da porção meridional da Amazônia uma zona de tensão permanente.

Assim, povos ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, índios, castanheiros, quebradeiras de coco e os atingidos por barragens, ou povos da floresta, como são chamados, são alguns dos segmentos que se erguem no período pós-ditadura reivindicando reconhecimento e direitos.

Em 1985, insatisfeitos com a orientação política da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), os seringueiros, liderados por Chico Mendes, fundaram o Conselho Nacional dos Seringueiros e formularam proposta das Reservas Extrativistas (Rexes) na Amazônia.

As reservas extrativistas se apresentavam, segundo alguns estudiosos, como um laboratório vivo para a busca de um modelo de desenvolvimento que se fizesse a partir de populações que têm um saber efetivo construído na convivência com a floresta. Como exemplos dessa convivência equilibrada, temos:

- o movimento das quebradeiras de coco, que associam a luta por terra à conservação do meio ambiente;
- os povos ribeirinhos, que combinam pesca, agricultura e extrativismo; dominam uma rica tradição de construção de barcos e habitações adaptados às condições regionais, que vem sendo ameaçada em virtude da prioridade ao transporte rodoviário, numa região que possui a maior bacia hidrográfica do mundo.

Desde os anos 1980 vem se observando uma reversão da histórica tendência de redução da população indígena no Brasil. Continuam, no entanto, as interferências do setor elétrico em áreas indígenas, com a construção de barragens e estradas, a exploração de madeiras nobres e a invasão de terras indígenas para exploração de recursos minerais, seja por garimpeiros, seja por empresas mineradoras.

No processo recente de ocupação da Amazônia, as populações tradicionais foram desconsideradas, e os trabalhadores rurais, incentivados a migrar para lá, foram abandonados. A concentração de renda da Amazônia é ainda maior que no conjunto do país e o acesso à terra e à infra-estrutura viária também, o que faz com que o abastecimento agrícola dependa da importação de outras regiões.

Por outro lado, o agroextrativismo se apresenta como uma alternativa possível para a Amazônia, não só porque já está inserido nas práticas culturais de suas populações como, também, se mostra mais eficiente, quando os parâmetros são os interesses maiores da sociedade e não os interesses imediatistas do grande capital.



Figura 15.6: Os povos da Amazônia.

OS DESAFIOS PARA PROTEGER A AMAZÔNIA

Os principais desafios para um novo modelo de desenvolvimento amazônico se sustentam num aumento da população e da urbanização; no desmatamento que já atingia 14,2% em 2000, contra 0,6% em 1975, sendo que, no Mato Grosso e no Pará, atingia, respectivamente, 40% e 30% da área de floresta; na extração crescente de madeira, seja para exportação seja para o mercado interno; e na expansão da fronteira agrícola.

Mas, a questão da Amazônia pega o Estado brasileiro numa incapacidade de transformar essa realidade, pois os inúmeros interesses nacionais e até supranacionais dão uma dimensão sem precedentes aos conflitos e à exploração do espaço amazônico.

A Amazônia tem mostrado os limites da racionalidade capitalista forjada no processo da conquista colonial, sendo essa racionalidade de caráter social e ambientalmente destrutivo.

ATIVIDADE FINAL

1. "As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum a todos no mundo. As campanhas ecológicas internacionais sobre a Região Amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas (*sic*) sobre a região." (Declaração de John Major, ex-primeiro-ministro da Inglaterra, em 1992.)

a. Em sua opinião, quais são os verdadeiros interesses dos países ricos em se tornarem "responsáveis" pela Amazônia?

b. O complexo amazônico foi transformado, por interesses externos a ele, em um espaço de inúmeros conflitos que contrapõem os vários povos da floresta. Veja o trecho da música a seguir e faça um pequeno texto, analisando como acontecem essas interferências.

“(…) No lugar que havia mata, hoje há perseguição
grileiro mata posseiro só pra lhe roubar seu chão
castanheiro, seringueiro, já viraram até peão
afora os que já morreram como ave-de-arribação,
Zé de Nana tá de prova, naquele lugar tem cova
gente enterrada no chão.

Pois mataram índio que matou grileiro, que matou posseiro
disse um castanheiro para um seringueiro
que um estrangeiro roubou seu lugar.”(…)
(“Saga da Amazônia”, de Vital Farias)

COMENTÁRIO

Atendendo aos objetivos de analisar qual a importância do complexo amazônico para a economia brasileira e de reconhecer que interesses se escondem por trás das tentativas de tornar o espaço amazônico num espaço de “responsabilidade mundial”, questões pertinentes aos itens a e b desta atividade, nos detivemos na análise de parte do discurso de uma autoridade internacional que representa, nada mais nada menos, a comunidade que tem interesses na riqueza da Amazônia, mas, para justificá-los, cria um discurso baseado na responsabilidade que o mundo inteiro deve assumir frente ao território amazônico, devido à importância de seu quadro natural. Esse pensamento é também compartilhado por autoridades e capitalistas brasileiros que, a pretexto de ocupar esse espaço infindável ocupado por “povos selvagens”, destruíram sua mata e os dizimaram. Provocou conflitos que colocaram, frente a frente, como que numa guerra, os povos que antes viviam em harmonia com a floresta.

RESUMO

O complexo amazônico é composto pela Região Norte e pela grande floresta amazônica, que é a maior floresta equatorial do mundo, com seus 6,5 milhões de quilômetros quadrados, boa parte localizada em território brasileiro. Para conhecer a fundo as particularidades desse espaço, é necessário quebrar os estereótipos que foram construídos, para justificar a necessidade de ocupá-lo e explorá-lo.

O complexo amazônico sempre foi visto como uma “questão nacional”, destinado a ser uma reserva futura de recursos naturais e colocado como uma fronteira indomável. Foi sempre subordinado aos interesses nacionais e internacionais, já que os países ricos querem se tornar responsáveis pelo destino a ser dado à Amazônia.

Os povos da floresta (povos ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, índios, castanheiros, quebradeiras de coco e os atingidos por barragens) têm lutado pelo direito de permanecerem na terra que conquistaram e usufruírem dos recursos naturais para continuarem sobrevivendo.

Outro grande desafio é proteger os recursos naturais da Amazônia, já que a degradação avança fortemente, como é o caso do desmatamento que atingiu 14,2% em 2000, contra 0,6% em 1975.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, conheceremos um pouco mais da realidade do complexo nordestino. Analisaremos quais as causas da estagnação econômica nordestina e quais suas conseqüências sociais e ambientais.

O Brasil regional e o complexo do Nordeste

AULA

16

Meta da aula

Apresentar o complexo nordestino.

objetivos

Esperamos que, ao fim desta aula, você seja capaz de:

- Compreender a diversidade socioespacial do complexo nordestino.
- Analisar a influência do desenvolvimento do regionalismo nordestino no fortalecimento de sua cultura.
- Apresentar os estereótipos criados ao longo da história e suas implicações.
- Analisar os interesses que se escondem na manutenção da seca como questão histórica e irremediável.

Pré-requisito

Para melhor compreensão desta aula, é necessário que você tenha entendido que a divisão regional do Brasil em três grandes regiões, ou seja, em complexos regionais, foi construída com base em critérios geográficos (sem respeitar a fronteira entre os Estados), e baseada ainda no conceito de regiões homogêneas, que também considera os aspectos econômicos, sociais e naturais. Esse assunto foi tratado na Aula 13.

INTRODUÇÃO

Nordeste: “região das perdas econômicas, demográficas e políticas”. Esta tem sido a expressão mais recorrente quando se trata de definir essa região brasileira. De fato, o Nordeste já pôde ser definido assim, em outros tempos, sem que precisássemos nos preocupar com a veracidade dessa afirmação. No entanto, não podemos continuar ignorando as mudanças ocorridas em décadas. O Nordeste individualiza-se pela estagnação econômica, pela repulsão de sua população e pela disseminação da pobreza, expressa nos altos índices de mortalidade infantil, na subnutrição e no analfabetismo. No entanto, esse Nordeste não é único, pois se trata de uma imensa diversidade socioespacial que mostra áreas mais desenvolvidas em detrimento de outras. Nossa missão é tentar desmistificar, mais uma vez, uma série de estereótipos criados a respeito de uma região (a exemplo do que fizemos ao estudar o complexo amazônico).

A FORMAÇÃO DO COMPLEXO NORDESTINO

O IBGE, ao definir a divisão regional de 1969 (em cinco regiões), caracterizou a região nordeste segundo seus aspectos sociais e econômicos, individualizando-a, mais uma vez, a partir de sua pecuária de baixo rendimento, da presença da cultura canavieira, dos altos índices de pobreza e da estagnação econômica.

Já o complexo nordestino, definido a partir da inclusão da análise dos aspectos geográficos da região, acabou determinando uma diferenciação com relação à divisão estipulada pelo IBGE. Segundo a proposta de divisão do território brasileiro baseado nas regiões geoeconômicas, criadas pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger, em 1967, o complexo nordestino passou a ser composto pelos estados e partes dos estados, conforme a **Figura 16.1**.

Assim, parte de alguns estados passaram a compor outros complexos, como é o caso da metade oeste do estado do Maranhão, que passou a integrar o complexo amazônico por possuir características semelhantes às desta área, e o norte de Minas Gerais, que possui um clima semi-árido e uma economia estagnada, mais próxima da realidade nordestina do que da realidade do Centro-Sul, região a qual pertence na divisão do IBGE.



Figura 16.1: O complexo nordestino.

VOCÊ SABE COMO NASCEU O NORDESTE?

O termo Nordeste foi usado, inicialmente, para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), criada em 1919, entendida como a parte do Norte sujeita às estiagens. Até o início da década de 1920, Norte e Nordeste ainda eram sinônimos, diferenciando-se crescentemente a partir daí, com a identificação cada vez maior do Nordeste com o problema da seca.

Mas, você sabia que o Nordeste já foi a região mais rica do país? Essa enorme riqueza, usufruída por todos, surgiu com a monocultura canavieira apoiada no trabalho escravo e no latifúndio. Sua produção começa com a formação das sesmarias e a ocupação do litoral e do vale do São Francisco, que se deu à custa do genocídio de vários povos indígenas.

Os pequenos agricultores também existiam desde os tempos coloniais, e seu número cresceu substancialmente após a abolição, sob a forma de moradores, parceiros e arrendatários. A abolição multiplicou também o número de posseiros, pois muitos escravos migraram para áreas mais distantes e pouco povoadas, desenvolvendo uma economia de autoconsumo.

CAMPESINATO

É uma denominação que só surge no Brasil em meados do século XX, quando se formam as organizações de trabalhadores rurais voltadas para a reivindicação de direitos.

A modernização ocorrida no após a Segunda Guerra Mundial intensificou a exploração e a expropriação dos trabalhadores rurais, dando origem aos movimentos camponeses no Nordeste, originando a desagregação do **CAMPESINATO** nordestino.

A ocupação econômica do Nordeste, primeiramente com a cana-de-açúcar e mais tarde com várias outras atividades complementares, possibilitou ao governo colonial o acúmulo de muitas riquezas e deu à região uma importância política sem igual. Até 1763, quando a capital do país se transferiu para o Rio de Janeiro, Salvador foi a capital do Vice-Reinado. Esse acontecimento, aliado a várias outras questões, pôs fim ao “reinado” nordestino, como região mais importante da Colônia.

Mas, antes de prosseguirmos no entendimento das questões que fizeram o Nordeste envolver no seu desenvolvimento, veremos como a região se organizou espacialmente.

OS VÁRIOS NORDESTES

Hoje, pode-se afirmar que dentro do Nordeste há vários nordestes. Por que dizemos isso?

Podemos dizer que no Nordeste há quatro realidades distintas, separadas em quatro diferentes áreas:

- **Zona da Mata:** área que cobre praticamente todo o litoral e vai do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia; possui um clima quente e úmido, com chuvas abundantes, predominantes nos meses de junho a agosto. Essa área já foi praticamente toda coberta pela mata Atlântica, por isso recebeu a denominação de Zona da Mata. Quase toda a floresta foi derrubada para dar lugar à produção canavieira, a atividade mais tradicional da região. Nela também se concentra uma alta densidade demográfica, e é onde se localizam duas das três metrópoles regionais do complexo, Recife e Salvador. Essa faixa do litoral também se caracteriza por abrigar uma considerável população pobre, formada, em sua maioria, pelos migrantes que abandonaram o sertão. A Zona da Mata é uma das áreas de maior índice de concentração da terra no Nordeste e também no Brasil, associada à tradicional produção canavieira.



Figura 16.2: A Zona da Mata é a região mais úmida do Nordeste. Nela se concentra a atividade canavieira onde se emprega uma mão-de-obra mal remunerada e onde se reproduzem relações de exploração como o trabalho infantil.

- Agreste: essa área corresponde à zona de transição entre o litoral úmido e o sertão semi-árido. Caracteriza-se por um clima semi-úmido, pelos cultivos alimentares e pela criação de gado. A densidade demográfica é bastante elevada e a estrutura da terra é marcada pela presença do minifúndio.
- Sertão: em direção ao interior, o sertão será reconhecido prontamente pela presença do clima semi-árido e da vegetação da caatinga. Além disso, ocupa a área mais extensa do interior do complexo nordestino. É a área que coincide, de maneira geral, com o **POLÍGONO DAS SECAS**. Entretanto, o problema do sertão não é, ao contrário do que se costuma dizer, a falta de chuvas (gira em torno de 250 a 600mm anuais), mas sim de sua distribuição, que é muito irregular. As chuvas se concentram numa única estação do ano, no chamado inverno, que vai de dezembro a maio. Quando a seca vem, ela apenas agrava as já precárias condições sociais, porque os pequenos proprietários não têm como se prevenir, ao contrário dos grandes que dispõem de recursos para a construção de poços, açudes e até barragens para estocar água. Por isso, historicamente, essa é a parte do Nordeste que mais fornece migrantes (chamados retirantes) para o litoral nordestino e para o restante do país. Não podemos deixar de destacar que é no sertão nordestino que se localiza

POLÍGONO DAS SECAS

Em 1951 foi delimitado o “polígono das secas”, área na qual ocorrem secas prolongadas, abrange o norte de Minas Gerais, interior da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e... quase todo o Ceará.

(em grande parte de seu percurso), o Rio São Francisco, um facilitador dos transportes, fornecedor de água para consumo e irrigação, além de produtor de energia, devido a sua característica de ser um rio de planalto.



Figura 16.3: Mapa do polígono das secas.

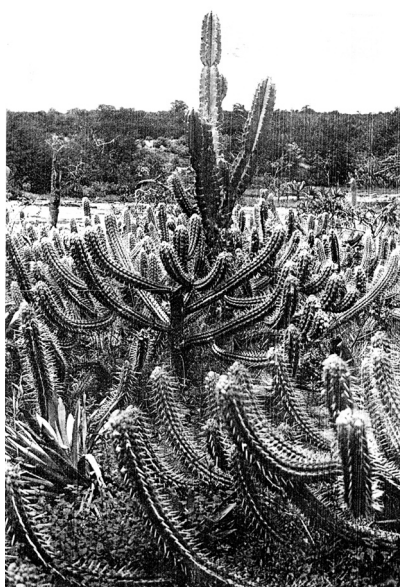


Figura 16.4: Sertão: a vegetação do sertão, a caatinga, se caracteriza por plantas lenhosas e espinhosas, além de arbustos retorcidos que armazenam água para enfrentar as maiores estiagens. O solo em geral é raso e pedregoso.

- Mata dos Cocais ou Meio-Norte: essa área é formada pelo Maranhão e pelo Piauí. No entanto, vale lembrar que o oeste do Maranhão não pertence ao complexo nordestino e sim ao amazônico. Na verdade, trata-se de uma área de transição entre o sertão (clima árido e **VEGETAÇÃO XERÓFILA**) e a Amazônia (clima úmido e vegetação de florestas). Nessa área se desenvolvem atividades mais tradicionais, como a pecuária, a extração do **BABAÇU**, a agricultura de subsistência, ao lado de atividades mais modernas e recentes, como a agricultura comercial e a extração mineral, instalada no complexo minerometalúrgico, associado ao Projeto Grande Carajás do Pará.

VEGETAÇÃO XERÓFILA

Típica de solos ou ambientes muito secos, com escassez de chuvas.

BABAÇU

Espécie de palmeira que produz o coco do babaçu, do qual se extrai um óleo de considerável valor econômico.



Figura 16.5: Na região do Meio-Norte se encontram os babaçuais que são explorados economicamente pelos povos da floresta. Os frutos do babaçu são utilizados na produção de óleo, na alimentação humana e dos animais etc. Na figura, as mulheres quebradeiras de coco do babaçu.

ATIVIDADE



1. O Nordeste foi a primeira região a produzir riquezas para o Brasil. Lá está o berço da ocupação e da formação da nação brasileira. Essas riquezas são variadas, atenderam interesses também variados e foram produzidas nos diferentes espaços nordestinos. Levando isso em consideração, responda:

a. A que interesses atendiam as explorações econômicas do Nordeste colonial?

b. Como se caracteriza o espaço nordestino do ponto de vista natural? De que maneira podemos dividi-lo?

RESPOSTAS COMENTADAS

A fim de compreender a diversidade socioespacial do complexo nordestino, você deve se ater aos seguintes pontos:

a. Toda riqueza no Nordeste, desde o período colonial, sempre atendeu aos interesses das elites dominantes. Esse domínio começou com a distribuição das sesmarias utilizadas para a produção da monocultura canavieira, que se deu à custa do genocídio de vários povos indígenas e com o empobrecimento da sociedade nordestina. Com a modernização intensificou-se a exploração e a expropriação dos trabalhadores rurais, o que originou vários movimentos de luta. A ocupação econômica continuou com várias outras atividades complementares que possibilitaram a essas elites acumular riquezas, ao mesmo tempo em que a maioria de sua população sofria com os problemas causados por alguns aspectos naturais da região e pela má distribuição de sua riqueza;

b. No que se refere à maneira como a região se organizou espacialmente, esta se divide em quatro realidades distintas, separadas em áreas que apresentam características bastante peculiares e que se organizaram economicamente a partir da influência dessas características: 1- Zona da Mata; 2- Agreste; 3- Sertão e 4- Meio-Norte.

O QUE SABEMOS SOBRE O NORDESTE?

Você se lembra quando discutimos, na Aula 15, sobre os estereótipos que são criados a respeito de determinadas regiões que, apesar de não se basearem nas verdadeiras características do espaço citado, acabam permanecendo inalteradas ao longo do tempo? Pois é, isso também acontece com a região Nordeste.

A idéia que temos do Nordeste foi incentivada principalmente pela mídia. Essa idéia não é decorrente de discriminação, mas de uma idéia de Nordeste que se apóia na própria construção que as elites nordestinas fizeram dela.

O que é que lhe vem à cabeça quando você pensa no Nordeste? Por acaso você não pensa logo na seca e nos problemas que ela origina?

O problema da seca foi decisivo para se pensar o Nordeste como um recorte “natural”, climático, um meio homogêneo, ou seja,

o Nordeste (todo ele) sofre com os mesmos problemas, originados pela seca. Consequentemente também pensamos na sociedade nordestina de maneira homogênea.

A contribuição da cultura na criação dos vários nordestes

A cultura teve importância central na criação “dos nordestes”, caracterizada pela exaltação de seu passado, seja com as obras sociológicas de Gilberto Freyre, os romances de José Américo de Almeida, José Lins do Rego e Raquel de Queiroz, ou na pintura de Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres etc. Artistas, como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Portinari, João Cabral de Melo Neto, Caio Prado Jr., Josué de Castro e outros contribuíram muito para que se mudasse a maneira de entender o Nordeste, principalmente quando a região passou a ser sinônimo de miséria, fome, injustiça social e coronelismo. A partir da década de 1950, no Brasil o Cinema Novo tratou de, junto com esses autores, construir uma nova identidade para o Nordeste: o Nordeste das lutas sociais e da ruptura revolucionária. O Nordeste passou a ser tema de filmes brasileiros, sendo *O Cangaceiro* de Lima Barreto marco nesse sentido. Mas o Nordeste ganhou papel de destaque na cinematografia brasileira com clássicos como *Vidas secas* e *Deus e o diabo na terra do Sol*.

Por isso, a seca passou a ser responsabilizada pelos conflitos sociais. Como se os problemas nordestinos não tivessem sido, em sua grande maioria, gerados pelas formas de ocupação e exploração do seu espaço e não por questões naturais.

Assim, perpetuou-se ao longo do tempo a idéia de que o Nordeste é sinônimo de seca, miséria, injustiça social, violência, fanatismo, folclore, atraso social e cultural. No entanto, esses estereótipos podem ser facilmente quebrados quando nos debruçamos na análise das quatro áreas diferenciadas do Nordeste, vistas anteriormente.

COMPLEXO NORDESTINO: DE ESPAÇO HEGEMÔNICO A ESPAÇO PERIFÉRICO

O Nordeste é considerado o pólo inicial da economia no Brasil, iniciada no período colonial. Essa economia foi articulada com base na força da economia açucareira instalada no litoral e, com o desenvolvimento do complexo algodão-pecuária, no sertão, além da criação de um expressivo segmento de agricultores familiares no agreste. Enquanto a produção canavieira do litoral era apoiada na escravidão, no sertão, o complexo algodão-pecuária desenvolveu-se apoiado no trabalho livre.

O controle econômico, social e militar do território pela Coroa Portuguesa impedia a constituição de um mercado interno que desse autonomia à região, fazendo com que ela dependesse sempre das importações. Nem a incorporação do semi-árido, como espaço de produção mercantil (que integrou os espaços da região da mata e do

sertão) foi suficiente para livrar o Nordeste das relações sociais e políticas submetidas ao capital mercantil, representadas pelos comerciantes portugueses e pela burocracia militar da Coroa.

Com a crise da dominação colonial, abre-se o espaço para o desenvolvimento do regionalismo nordestino, e o seu povo passa a contestar a dependência da região, com a série de rebeliões ocorridas no Nordeste ao longo da metade do século XIX, demonstradas no box.

As contestações do povo nordestino

Seguem alguns exemplos de movimentos que marcaram a história nordestina:

- *Quilombo dos Palmares*: extensas áreas de Pernambuco e Alagoas onde negros fugidos criaram aldeias e desenvolveram o comércio e a agricultura.
- *Guerra dos Cabanos*: revolta popular contra a continuidade da dominação oligárquica após a independência, que durou seis anos.
- *Canudos*: revolta camponesa contra a extração da renda da terra pelos latifundiários e pelas dificuldades de acesso à terra, sob o manto do messianismo.
- *Cangaço*: conflito pelo controle da terra e do acesso à água pelos trabalhadores.

O Nordeste, como espaço periférico, se inicia com a crise da economia açucareira e as oscilações da produção algodoeira da região, o que fez com que a região se tornasse cada vez mais submissa ao Centro-Sul.

O papel da seca na configuração natural do Nordeste influenciou definitivamente na sua transformação em espaço periférico, dependente do Centro-Sul. O Nordeste se transformou na grande área de expulsão demográfica. De lá saíram vários fluxos de migração para o território brasileiro, atraídos:

- pela extração da borracha na Amazônia;
- pela mineração em Minas Gerais;
- pela cafeicultura no Rio de Janeiro e em São Paulo;
- pela modernização (principalmente industrial) no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

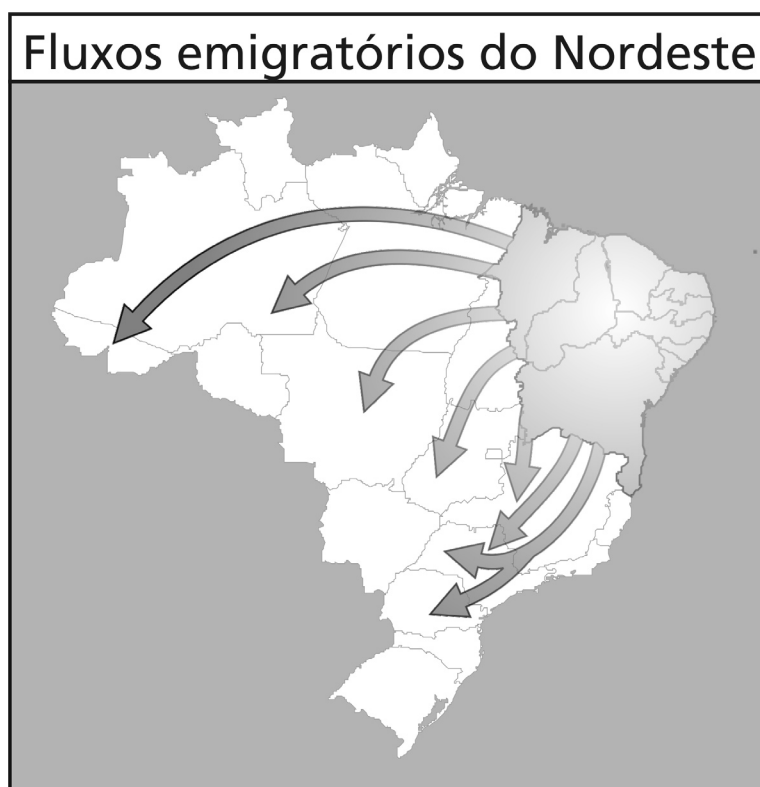


Figura 16.6: Fluxo de migração nordestina.

Vale lembrar que migrações não são oriundas de escolha individual, mas do resultado de estruturas sociais, econômicas e políticas injustas. Observe que as debandadas nordestinas acompanhavam sempre o desenvolvimento de um novo ciclo produtivo fora de sua região, que representava para muitos prover o sustento mínimo de suas famílias.

O Nordeste acabou se configurando no cenário nacional como a “região problema”, a região das perdas econômicas, demográficas e políticas, pois muitos foram os motivos. Veja quais os principais problemas enfrentados pelo complexo nordestino, que acabaram lhe rendendo essa definição:

- declínio da agropecuária, iniciado pela cana-de-açúcar;
- as perdas demográficas, devido à expulsão da população para todas as regiões;
- o aumento da dependência em relação ao Centro-Sul;
- o baixo nível de renda da população, assim como de escolaridade e qualidade de vida sendo que a mortalidade infantil é altíssima.



ATIVIDADE

2.

Morte e Vida Severina

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida
morremos de morte igual,
mesma morte Severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte Severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida)
(MELLO NETO, 1966, p. 75).

O trecho do poema "Morte e Vida Severina" foi escrito por um dos autores que muito bem retratou a vida dos "vários nordestes". Se possível, reúna-se com um colega de pólo e façam uma reflexão sobre a realidade que está retratada no trecho do poema. A que ele se refere?

COMENTÁRIO

Para analisar a influência do desenvolvimento do regionalismo nordestino no fortalecimento da cultura, buscamos mostrar que no trecho do poema de João Cabral de Melo Neto está retratada a dura realidade dessa população. O poema fala do destino de milhares de nordestinos que, para fugir das enormes dificuldades enfrentadas na dura realidade de parte da região, foram obrigados e emigrar em busca de melhores condições de vida, nos grandes centros da própria região ou em outras regiões do país. O regionalismo nordestino ajudou a desenvolver em seu povo um orgulho de ser nordestino, assim como ajudou a melhorar a visão que o Brasil tinha dessa região, vista aos olhos dos de fora, como uma região problemática, sem solução, sem futuro...

O NORDESTE COMO SINÔNIMO DE FOME E POBREZA

Esse é outro quadro que se pinta do Nordeste. O senso comum “seca e pobreza” faz parte do imaginário sobre a região Nordeste.

O primeiro registro de seca é de 1559, no interior da Bahia. Mas não é possível estabelecer uma relação direta entre seca e pobreza, nem tampouco associá-las ao Nordeste, porque boa parte dessa região não sofre com os problemas da estiagem.

A deficiência das **PRECIPITAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS** no Nordeste não é absoluta, nem crônica, mas episódica e plenamente superável a partir da utilização dos recursos hídricos existentes no seu subsolo.

Para se entender melhor a problemática da região, é preciso deixar de lado as aparências e se ater às reais causas que produziram e produzem um Nordeste tão pobre, tão maltratado e com tantas injustiças e desigualdades sociais.

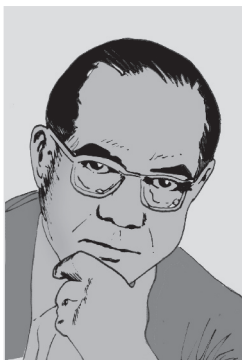
Quando a seca é colocada como sua causa principal, deixa-se de lado as inegáveis vantagens econômicas e políticas que ela traz para alguns setores e reduz-se à mera fatalidade climática o subdesenvolvimento e a opressão social dessa região do Brasil, como veremos no item “Indústria da seca”.

Josué de Castro foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros a trabalhar o tema da fome no Nordeste. Em seu livro *Geografia da fome*, de 1946, o autor afirma, em sua crítica sobre a questão, que “uma das características dos povos subdesenvolvidos é que a maioria padece de fome”. Ele procurou demonstrar que o problema da fome nesses países e, em particular, no caso do Nordeste, é fruto de distorções econômicas, ou seja, a fome é um fenômeno artificial criado pelo homem ou, mais precisamente, por “certos tipos de homens”.

As reflexões de Josué de Castro apontam para uma questão que há muito é discutida no Brasil, mas que, também há muito tempo, é uma questão que tem sido colocada debaixo do tapete: a questão da seca no nordeste não é efetiva e exclusivamente um problema natural, mas sim político. A questão do Nordeste não é a seca, mas sim a falta, na medida em que seus recursos e suas riquezas estão concentradas nas mãos de uma minoria, enquanto a grande maioria de sua população padece por não ter acesso à terra, à água e aos recursos disponíveis para prover sua sobrevivência. Veja mais alguns detalhes desse debate no próximo item desta aula.

PRECIPITAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS

Vem do termo precipitação pluvial, ou seja, que é oriunda da chuva.



Josué de Castro iniciou seus escritos sobre a fome no Brasil escrevendo *Problema da alimentação no Brasil*, de 1933, seguido de *Documentários do Nordeste*, de 1935, com destaque para o conto “Ciclo do caranguejo”, no qual ele descreve como descobriu a fome como fenômeno social, criação do homem. O tema deste livro é a história da descoberta da fome nos seus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife. Ele procurou mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade que ele travou conhecimento com o problema da fome. Esta se revelou espontaneamente aos seus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife, fervilhando de caranguejos e, segundo ele, “povoados de seres humanos feitos da carne de caranguejos, pensando e sentindo como caranguejos”.

A INDÚSTRIA DA SECA

A pecuária nordestina cumpriu o importante papel de interiorizar a ocupação do território, porque foi empurrada para o sertão pela expansão da cana no litoral. Inicialmente o sertão foi espaçadamente ocupado, não só pelos criadores de gado, mas também por uma parcela de pequenos agricultores. Por isso, quando o problema da seca começa a ser registrado, o impacto social é bastante reduzido, até porque os poucos habitantes do sertão, naquela época, tinham a possibilidade de se deslocarem periodicamente para as áreas mais úmidas.

Com o adensamento populacional e a decadência da pecuária no sertão, no final do século XVIII, as secas passaram a assumir aspecto de calamidade pública. Coincidentemente o fenômeno natural acabou, no caso do Nordeste, atuando sobre as classes sociais mais despossuídas, já que o litoral estava ocupado pelos grandes proprietários de terras, produtores de cana. Os maiores atingidos são os agricultores sem terra, sem água, donos apenas de sua força de trabalho.

A expressão “indústria da seca” foi criada nos anos 1950 por Antonio Callado. Em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra a Seca, transformada, em 1919, em Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (DNOCS) e, ainda, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, em 1945. Esses órgãos realizam estudos e centram suas ações na construção de açudes e barragens.

A delimitação do Polígono das Secas, que, conforme vimos anteriormente, possuía quase 1 milhão de km², foi revista e, atualmente, os técnicos afirmam que a área atingida pela seca é bem menor. Houve um redirecionamento e foram excluídas as localidades nas quais a estiagem é temporária.

Para o Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Semi-Árido e o Centro Nacional de Pesquisa de Solos - Coordenadoria Nordeste, a área se reduz a 621.550 quilômetros quadrados.

A revisão feita por cientistas da Universidade de São Paulo (USP) e do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) estimou em 320 mil quilômetros quadrados a superfície da região na qual a falta de água assume proporções críticas.

Essa diferença gritante entre os números reforçou a tese de que o superdimensionamento da seca no Nordeste teria fins políticos.

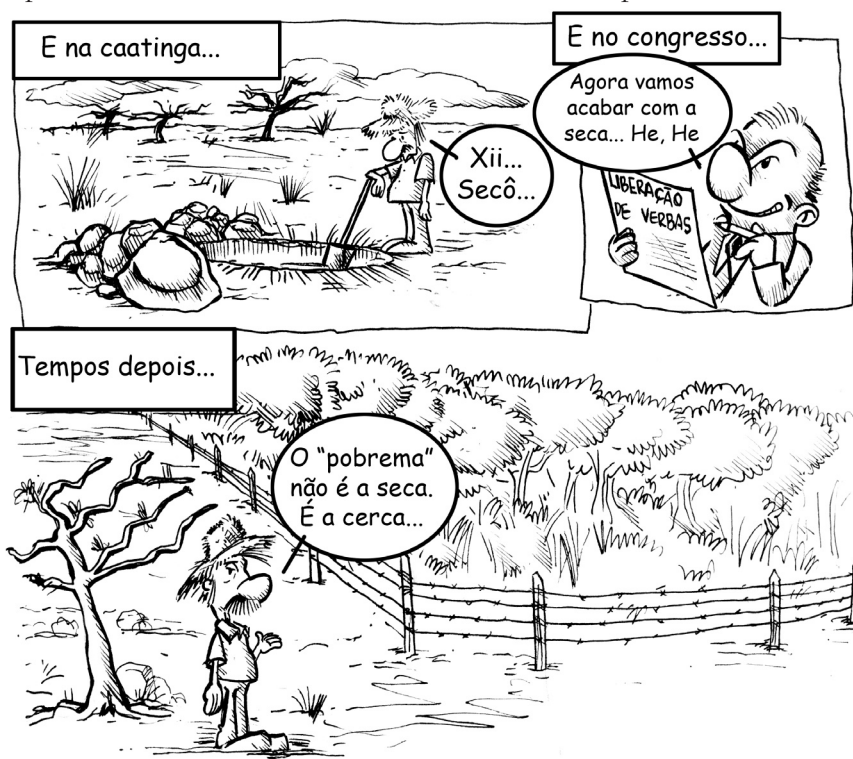


Figura 16.7: Sobre a indústria da seca.

Veja alguns dos impactos dos investimentos que foram feitos ao longo da história por vários órgãos (como o DNOCS) e outras instituições criadas para tentar resolver o problema da seca no Nordeste. Os impactos desses investimentos levam a crer que sempre houve um direcionamento político nas ações governamentais:

- 76% dos açudes construídos ficaram no Ceará, estado que controlou politicamente o DNOCS durante décadas;
- sempre houve ênfase nas obras de armazenamento de água, o que pouco contribuiu para resolver o problema que estava centrado no acesso e na distribuição;

- 18 mil dos 25 mil poços perfurados foram construídos dentro de propriedades privadas, assim como metade dos 800 açudes;
- embora o acesso público a esses poços seja garantido por contrato, na prática, o que se verificou foi um total controle privado, com cercamento, vigilância e até cobrança de ingresso, para pesca por exemplo.

A Sudene foi outro importante órgão criado em 1959, com a oposição da maior parte da bancada nordestina no Congresso, contrariada com a concepção proposta por Celso Furtado, de mudança da política de combate à seca para reformas estruturais, dentre as quais a reforma agrária, a industrialização e o apoio à produção de alimentos. Em 1964, com o Golpe Militar, a Sudene foi desmantelada e passou a estar submetida aos interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, mais até do que à oligarquia regional nordestina.

Sem dúvida que a seca é uma questão política, pois, embora os termos coronelismo, currais eleitorais e voto de cabresto não sejam criações nordestinas, adequam-se até hoje às práticas políticas dominantes nas áreas rurais do Nordeste. Historicamente o Nordeste tem sido o fornecedor de mão-de-obra para o capitalismo brasileiro, seja para a industrialização do Sudeste, para a “conquista do cerrado” ou para a “ocupação da Amazônia”.

A primeira proposta de transposição do Velho Chico data de 1818 e foi várias vezes recolocada em pauta, apesar das inúmeras críticas. No atual governo, a questão está sendo discutida a fundo por muitos comitês, a favor e contra a transposição que já vem sendo considerada por muitos como fato consumado. A transposição do Rio São Francisco que levará água para o Nordeste Setentrional deve ser executada em 20 anos e custará aos cofres públicos cerca de R\$ 6,7 bilhões. A meta é captar do rio 26 metros cúbicos de água por segundo, o equivalente a 1% do que o rio despeja no mar e levar essa água para os rios que abastecem essa parte do Nordeste. O governo afirma que o projeto beneficiará uma população superior a 10 milhões de pessoas. Já outros, contrários ao projeto, dizem que este visa apenas atender aos projetos de expansão das culturas comerciais existentes ao longo do curso do rio.



ATIVIDADE

3. Um político de um estado do complexo nordestino, chamado Sebastião Dias, pensou em criar um projeto para acabar definitivamente com os problemas que a seca causa em seu estado. A idéia é utilizar a água dos reservatórios subterrâneos existentes ali, o que acabaria definitivamente com a falta d'água para consumo e para a produção nos períodos de maior estiagem. Mas, alguns de seus companheiros de legislatura insistem em dizer que isso não funcionará e que o mais coerente é continuar recebendo as verbas mensais do Governo Federal para a compra d'água e a sua distribuição para a população nos piores meses de seca. Levando em conta a análise da questão da seca no Nordeste, discorra sobre as verdadeiras intenções dos companheiros de Sebastião.

COMENTÁRIO

Para atendermos ao objetivo de analisar os estereótipos criados ao longo da história nordestina e os interesses que se escondem na sua manutenção, buscamos mostrar que a manutenção da questão da seca como uma questão permanente oculta, antes de qualquer coisa, os interesses de parte dos políticos e da elite nordestina que tenta manter as tradicionais formas de arrecadação de fundos governamentais para criar formas paliativas de aliviar a falta d'água. Não podemos esquecer que a seca existe realmente e que ela é cruel às vezes, mas também não podemos esquecer que já foi provado que há solução, desde que as autoridades parem de tratá-la como desculpa para as "desgraças nordestinas" e encarem efetivamente o problema, que está centrado, sobretudo, na questão da concentração da riqueza e no mau uso dos recursos destinados ao complexo nordestino.

OS PÓLOS "MODERNOS" DO COMPLEXO NORDESTINO

A Sudene destinou a maior parte dos seus investimentos à indústria e, como consequência, formaram-se modernos centros industriais no Nordeste. No entanto, apenas uma parcela muito reduzida da população nordestina foi beneficiada, pois as indústrias ficaram concentradas nas maiores cidades, como Salvador, Recife e Fortaleza e, em função dos seus elevados níveis tecnológicos que permitem a automatização das funções, absorveu pouca mão-de-obra local.

O parque industrial nordestino e a produção fabril desenvolveram-se muito durante o período dos governos militares. No entanto, os lucros e benefícios não foram apropriados pela maioria da população e nem ficaram no próprio Nordeste. As grandes empresas, os monopólios, os oligopólios, aproveitando-se das facilidades governamentais materializadas pelos incentivos fiscais dados por ocasião de sua implantação, puderam expandir seus negócios, consolidar sua posição no mercado nacional e, ainda, remeter lucros para fora do país. A região pouco ou quase nada recebeu em termos de investimentos sociais.

O Nordeste se destaca em sua indústria extrativa mineral do Rio Grande do Norte e de Sergipe, de onde se extraem petróleo, gesso, gipsita, sal etc. Já as cidades de Recife, Salvador e Fortaleza se destacam através da indústria do turismo, do lazer e da alimentação. Além disso, o complexo possui importantes pólos tecnológicos, como o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia; e as indústrias têxtil e calçadista, do Ceará e de Pernambuco.

O NORDESTE TEM FOME... E EXPORTA ALIMENTOS

A modernização da agricultura de exportação se desenvolveu paralelamente à ampliação da fome na região. A modernização caminhou lado a lado com o aumento da concentração fundiária e não alterou significativamente as relações de produção. O aumento do número de trabalhadores agrícolas se deu paralelamente à redução do valor da produção no que tange à participação do Nordeste no conjunto do país. Isso significa que o trabalhador agrícola nordestino é pior remunerado do que trabalhadores que vivem em outras regiões do país, como no Sul e no Sudeste.

O Nordeste passou a ter a maior PEA (população economicamente ativa) rural do país. Esse fato se deu, em grande medida, porque a indústria cresceu sem gerar empregos em escala correspondente. Foi de forma mais acentuada do que o ocorrido no restante do país, pois a modernização implicou uma redução da ocupação industrial, provocando maior seletividade do emprego no setor. Para se ter uma idéia, os trabalhadores do Nordeste ganham, em média, a metade do salário pago aos trabalhadores do Sudeste. Tudo isso apesar de o Nordeste estar entre as regiões que mais recebem recursos da União.

A liderança nordestina na produção de frutas tropicais, produzidas com alto nível tecnológico, também não se traduz em alimentação de qualidade para sua população. Nem o seu destaque na pecuária significa que os trabalhadores nordestinos tenham condições de comer carne.

Resumidamente, no caso do Nordeste, há uma defasagem muito maior dos indicadores sociais em relação aos econômicos, gerados, em grande parte, pelo processo extremamente desigual e excludente de sua modernização agrícola e industrial. Esse é considerado um grande “enigma” nordestino: a modernização foi desacompanhada de transformações nas estruturas sociais. Os indicadores mostram claramente a deterioração das condições de vida no Nordeste.

A pobreza regional se mostra tanto pelo baixo nível de renda, como pela precariedade de infra-estrutura sanitária, pela deficiência calórica, pela menor esperança de vida ou pelas elevadas taxas de analfabetismo. Para concluir: apesar do avanço da economia regional, houve um crescimento real da pobreza, que foi muito mais acentuado do que em outras regiões do país.

ATIVIDADE FINAL

Analise o texto a seguir e justifique a afirmação:

Dentro das regiões definidas como pólos integrados do Nordeste, o Rio Grande do Norte aparece com uma das áreas de maior dinamismo (...) especificamente da produção de frutas tropicais irrigadas (...). A área que compreende o Pólo Integrado Açu/Mossoró é de 6.597 km², tem uma população de 305.677 habitantes, possui o IDH de 0,414 (fica no noroeste do estado, numa região semi-árida. ...) Nessa região, as atividades de irrigação nascem por intermédio da iniciativa privada e ganham corpo a partir dos anos 1960, com o pioneirismo da MAISA (empresa privada). Até bem recentemente, a MAISA vinha se consolidando como empresa âncora (entre as empresas locais) que utiliza frutas tropicais como matérias-primas para a produção de semi-manufaturados, como é o caso de polpas, além de ser uma intermediária de grande peso na compra de produção de terceiros para exportação (FUNDAÇÃO, 2005).

“O Nordeste é moderno e produtivo, o Nordeste tem fome, mas exporta alimentos”

COMENTÁRIO

A modernização da agricultura nordestina aconteceu ao mesmo tempo em que se ampliou a fome de seu povo, porque a modernização caminhou lado a lado com o aumento da concentração fundiária (da terra) e não alterou as relações tradicionais de produção na região. Por isso, o trabalhador agrícola nordestino se encaixa na posição dos trabalhadores mais mal remunerados do país. A região é uma grande produtora de contrastes sociais. Sua liderança na produção de frutas tropicais, ou mesmo na pecuária, não se traduz sequer no melhor acesso da população aos alimentos, porque a indústria nordestina cresceu sem gerar empregos em escala correspondente. A população nordestina foi atingida por um processo extremamente desigual e excludente, produzido pela modernização agrícola e industrial, ou seja, a modernização foi desacompanhada de transformações nas estruturas sociais.

RESUMO

O complexo nordestino é composto, em sua maioria, pelos estados do Nordeste, com exceção do leste do Maranhão, mais o norte de Minas Gerais.

O termo Nordeste foi criado para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS) em 1919, entendida como a parte do Norte sujeita às estiagens. Só após 1920 é que Norte e Nordeste passaram a ser gradativamente diferenciados, com a identificação, cada vez maior, do Nordeste com o problema da seca.

O Nordeste já foi a região mais rica do país, riqueza que surgiu com a monocultura canavieira, praticada com trabalho escravo nos latifúndios.

Podemos afirmar que, no Nordeste, há quatro realidades distintas: a) Zona da Mata; b) Agreste; c) Sertão; d) Meio-Norte. Cada qual com realidades físicas (naturais) e sociais distintas.

O Nordeste propiciou várias visões que são mantidas até hoje. O Nordeste é chamado “região problema”, “região da seca”, “região da fome” e “da repulsão” de sua população. Essas são imagens criadas e mantidas por muitos, sobretudo pelas elites regionais e por seus políticos, que vêem na questão da seca e da fome uma importante fonte de obtenção de recursos.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, retomaremos a questão nacional, tratando o Brasil, agora, a partir de um contexto mundial, ou seja, do posicionamento do nosso país frente às demais nações do continente e de fora dele também.

O Brasil globalizado

AULA

17

Meta da aula

Indicar as vias de inserção do Brasil no mundo globalizado e analisar quais as consequências do processo de mundialização da economia na sociedade brasileira.

Esperamos que, ao fim desta aula, você seja capaz de:

- Analisar a organização da economia global e a forma pela qual o Brasil foi inserido nesse processo.
- Avaliar o apogeu do Brasil como potência econômica regional e o nível de inserção do país na economia global.
- Avaliar as consequências sociais dessa inserção, principalmente após a aplicação do projeto de desenvolvimento neoliberal dos anos 1990.

Pré-requisito

Para que você encontre mais facilidade na compreensão desta aula, é preciso que tenha entendido o processo de formação e organização do território brasileiro, com suas inúmeras facetas. Esse assunto vem sendo tratado desde a primeira aula.

INTRODUÇÃO

A inserção do Brasil na economia mundial é um fato. Já somos considerados um país de “Primeiro Mundo”, quando se analisam os indicadores econômicos. Nesse aspecto, o Brasil encontra-se bastante distante dos países menos desenvolvidos e muito próximo dos países de Primeiro Mundo. Mas, e o outro lado? Por que possuímos, ao mesmo tempo, indicadores econômicos tão bons e indicadores sociais tão ruins que colocam o país numa situação muito próxima à dos países menos desenvolvidos?

É justamente esse o principal objetivo desta aula: analisar por que o país já se encontra inserido no grupo dos países mais produtivos, sendo considerado uma potência econômica regional, mas continua mantendo índices alarmantes de desigualdade social.

Para fazermos essa investigação, vamos primeiro entender como o Brasil alcançou o título de “potência regional”.

O MUNDO SE TORNOU GLOBAL

O sistema capitalista, ao longo do tempo, sofreu mutações sempre que houve necessidade de atingir novos limites na busca da reprodução do capital. Para isso, inovou em suas fases, sempre aderindo a novos elementos que lhe permitissem ampliar os ganhos. Aumentou, cada vez mais, investimentos no avanço do conhecimento das técnicas e provocou uma concentração intensa do capital, responsável pela formação dos monopólios e oligopólios (poucas empresas dominando o mercado).

Na década de 1970, em função do capitalismo, o mundo mergulhou em mais uma crise, dessa vez deflagrada pelo aumento do preço do petróleo, que chegou a custar US\$ 80 o barril (esse assunto foi tratado em detalhes na Aula 3). Não podemos esquecer que o petróleo era a fonte energética fundamental das sociedades no início do século XX, o que explica a grande dependência do mundo em relação a ele.

Qual a solução encontrada pelo sistema para escapar dessa crise? Expandir ainda mais as trocas internacionais e promover a criação de um mercado cada vez mais globalizado. Essa globalização comercial foi alcançada pela aceleração do desenvolvimento da tecnologia, que permitiu o surgimento de novos materiais e fontes de energia alternativas ao petróleo, como, por exemplo, o biodiesel, no Brasil. Em consequência, novos produtos passaram a realimentar a máquina do capital, facilitando a sua reprodução.

Da globalização surgiram os mercados comuns, que passaram a romper as barreiras externas materializadas pelas fronteiras entre os países. Para garantir essa retomada de forças do sistema capitalista e permitir a ampliação dos mercados comuns, exigiu-se uma ampliação ainda maior da interdependência entre as nações, que passaram a modificar sua forma de atuação na economia.

A primeira providência foi diminuir, cada vez mais, o papel do Estado como interventor da economia, ou seja, o Estado, que dominava os setores estratégicos da produção, como energia, transportes e comunicações, teve sua participação diminuída e substituída pela iniciativa privada. O Estado foi considerado um entrave, um forte obstáculo para as novas necessidades do capitalismo e para as relações econômicas entre os agentes privados. Por isso, foram relegadas a ele as funções de apenas:

- regular o mercado;
- formular políticas de desenvolvimento;
- orientar a distribuição de renda, pondo fim ao **ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL**.

A palavra de ordem nessa nova fase da economia global passou a ser competitividade. Os investimentos privados passaram a ter, em áreas antes destinadas ao Estado, a possibilidade não só de implementar os serviços, mas também de atuar diretamente nos setores ditos estratégicos, tendo liberdade para investir e estimar, cada vez com mais eficiência, a viabilidade de seus investimentos. Em outras palavras, a iniciativa privada tomou para si o papel de grande investidor e aumentou consideravelmente seus lucros, enquanto o Estado passou a cumprir papel de coadjuvante no processo de desenvolvimento econômico dos países.

A economia mundial passou a ser dirigida por uma nova fase do sistema capitalista, chamada neoliberal, em que a competitividade tornou-se atrelada diretamente ao acesso a novas tecnologias, que, por sua vez, tiveram seu desenvolvimento atrelado aos grandes investimentos em pesquisa e à diversificação dos ramos produtivos. Não é preciso dizer que apenas alguns países, como Estados Unidos e Japão, se colocaram à frente nessa nova corrida econômica. Mas como o Brasil se inseriu ou foi inserido nesse processo?

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Criado na década de 1930, na busca da recuperação da crise de 1929, quando o Estado tinha a função de investir fortemente em áreas como educação, saúde, moradia e geração de empregos, como forma de estimular a economia interna.

“Em Madri, o espanhol Joan Enrique Reverte, 37 anos, seria um padre a mais se não tivesse uma segunda função (...) Jeans e guitarra na mão, ele agora é uma estrela de missas e palcos. O padre canta contra a globalização, diz que admira o presidente Lula e pede o fim da dívida dos países pobres...” (<http://www1.folha.uol.com.br/folha>, em 29/8/2005).

A INSERÇÃO DO BRASIL NA ECONOMIA GLOBAL

O Brasil não ficou imune às transformações do sistema capitalista mundial, pois também estava mergulhado na crise econômica do final da década de 1970 e, conforme vimos na Aula 3, os governos militares escolheram se alinhar à economia mundial, internacionalizando a nossa, na esperança de obter mais investimentos e tirar o país da crise.

Do início do século XX (quando o país iniciou a sua industrialização) até a década de 1970, época de maior crescimento industrial, a economia brasileira foi uma das que mais cresceram em todo o mundo.

Porém, os anos 1970 e 1980 se caracterizaram como anos difíceis para a economia nacional e exigiram mudanças radicais na forma de atuação dos governos brasileiros. Mesmo assim, a ação do Estado como investidor na economia nacional era bastante representativa.

Foi no período dos governos militares (1968-1985) que houve o melhor desempenho da economia nacional dos últimos 100 anos. Sabemos que esse dinamismo foi conseguido, principalmente, através de uma forte política de arrocho dos salários dos trabalhadores e um acelerado endividamento externo, sem falar, é claro, de muito autoritarismo e cerceamento dos direitos individuais.

Só após os anos 1990 é que, efetivamente, as idéias neoliberais passaram a atuar mais livremente no país, eliminando quase que totalmente as práticas do capitalismo de Estado na economia. Assim, foram impostas inúmeras políticas que passaram a dar um novo rumo à economia nacional e inseriram definitivamente o país na economia global; dentre elas:

- incentivo às privatizações de importantes empresas pertencentes ao Estado;
- eliminação dos monopólios estatais em setores estratégicos, como o de energia elétrica e o de telecomunicações;

- atração e abertura aos investimentos externos;
- flexibilização, cada vez maior, das relações trabalhistas.

Temos inúmeros casos de empresas estatais brasileiras, dos mais diversos setores da economia, que foram privatizadas na onda neoliberal. Dentre alguns exemplos, temos a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e o Sistema Telebrás. Segundo alguns analistas, a onda de privatizações agradou apenas aos oligopólios internacionais, na medida em que concentravam capitais em setores estratégicos. Muitas privatizações, nos moldes que aconteceram, não produziram os efeitos esperados, que, na teoria, significava gerar empregos e renda e enxugar a máquina do Estado. Para serem vendidas à iniciativa privada, as grandes empresas públicas passaram a ser consideradas grandes “vazadouros” do dinheiro público, empresas ineficientes e que não davam lucro, gerando apenas prejuízos à nação.

Dessa maneira, o Brasil se tornou mais um na luta pela conquista de espaço no mercado global e se dedicou durante décadas a essa nova missão, conforme veremos mais adiante.

ATIVIDADE



1. Após a crise dos anos 1970, o capitalismo precisou criar novas estratégias de recuperação. A principal delas se baseou na implementação de idéias econômicas neoliberais que têm, como uma de suas principais características, a privatização das empresas pertencentes ao Estado. Como exemplo, temos o caso das telecomunicações brasileiras, que passaram por um amplo processo de privatizações.

Veja o texto: “A Telebrás rendia, antes de ser privatizada, R\$ 20 bilhões ao ano e tinha um lucro líquido de R\$ 4 bilhões. Assim, poderia estar competindo num mercado aberto e buscando mercados fora do país. A Telebrás poderia ser a grande multinacional brasileira, no entanto, foi privatizada.”

Explique quais razões justificam a privatização de uma empresa, como a citada pelo texto, localizada num país como o Brasil.

RESPOSTA COMENTADA

Para atender ao objetivo de explicar como se organizou a economia global e de que forma o Brasil foi inserido nesse processo, buscamos mostrar que a onda de privatizações por que passou o Brasil, nos anos 1990, nada mais foi do que uma estratégia do capital internacional de expandir suas políticas neoliberais e proporcionar a recuperação do sistema capitalista, que precisava ampliar seus mercados e a reprodução do capital. São esses os interesses que se encontram por trás de negociações como essa da venda da Telebrás.

A FORMAÇÃO DA POTÊNCIA REGIONAL

O Brasil, assim como os demais países da América Latina, os países da África e da Ásia, era reconhecido como um país agroexportador periférico, pois ocupava na economia mundial a condição de exportador de produtos primários (alimentos e matérias-primas) para as áreas centrais da economia mundial. Em troca, recebia dos países centrais produtos manufaturados, capital e tecnologia. Essa situação começou a mudar para muitas nações, inclusive para o Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, quando se concretizou a nossa industrialização (iniciada nos anos 1930). Assim, passamos a ser reconhecidos como um país em que a industrialização dominou a economia.

Para ampliar a nossa participação no mercado externo e projetar o Brasil como potência econômica regional, foi necessário investir em estratégias que fortalecessem o país no continente e que, para tanto:

- dessem ao país presença econômica e política na região da bacia do Prata, visando neutralizar a força econômica da Argentina, o nosso maior rival no continente;
- colocassem o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia sob a influência brasileira. Essa estratégia foi posta em prática por meio da implantação de um sistema de transporte rodoferroviário direcionado para o litoral brasileiro, permitindo que Bolívia e Paraguai escoassem seus produtos, já que estes não são banhados pelo mar;
- realizassem a modernização do porto de Paranaguá, transformando-o em porto de livre comércio exterior para o Paraguai;

- constituíssem, através do consórcio Paraguai-Brasil, a usina hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná, que permitiu ao Paraguai tornar-se auto-suficiente na produção de energia elétrica;
- controlassem boa parte do mercado financeiro uruguaio pelo Banco do Brasil e pela ampliação dos vínculos econômicos entre os dois países;
- ampliassem a integração rodoferroviária que ligava o Uruguai a várias cidades gaúchas que fazem fronteira com o país.

Todas essas mudanças só foram possíveis pelos investimentos feitos em tecnologia, apesar de o Brasil ser considerado um país que investe muito pouco nesse setor, se comparado a outros países mais desenvolvidos.

Só na década de 1980 é que os antagonismos existentes entre os dois grandes rivais do continente, Brasil e Argentina, deram lugar aos entendimentos e à cooperação econômica, culminando com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991, liderada por esses dois países.



Figura 17.1: Países do Mercosul.

A ampliação do Mercosul

O Mercosul segue uma nova tendência no mundo moderno, que é a união de várias nações em grupos ou blocos. É importante ressaltar que o objetivo do Mercosul não é isolar os países membros do resto do mundo e mudar somente o comércio e a economia (...), mas, sim, fortalecê-los para melhor competir com os outros países e blocos econômicos. (...) Vale salientar também que o Mercosul é um acordo recente e tem muito o que crescer e se aperfeiçoar. São membros fundadores o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, e membros associados, o Chile e a Bolívia.

Após os anos 1980, o Brasil aumentou significativamente suas exportações de produtos manufaturados. Atualmente, mais da metade das vendas de produtos brasileiros ao estrangeiro é de produtos transformados industrialmente.

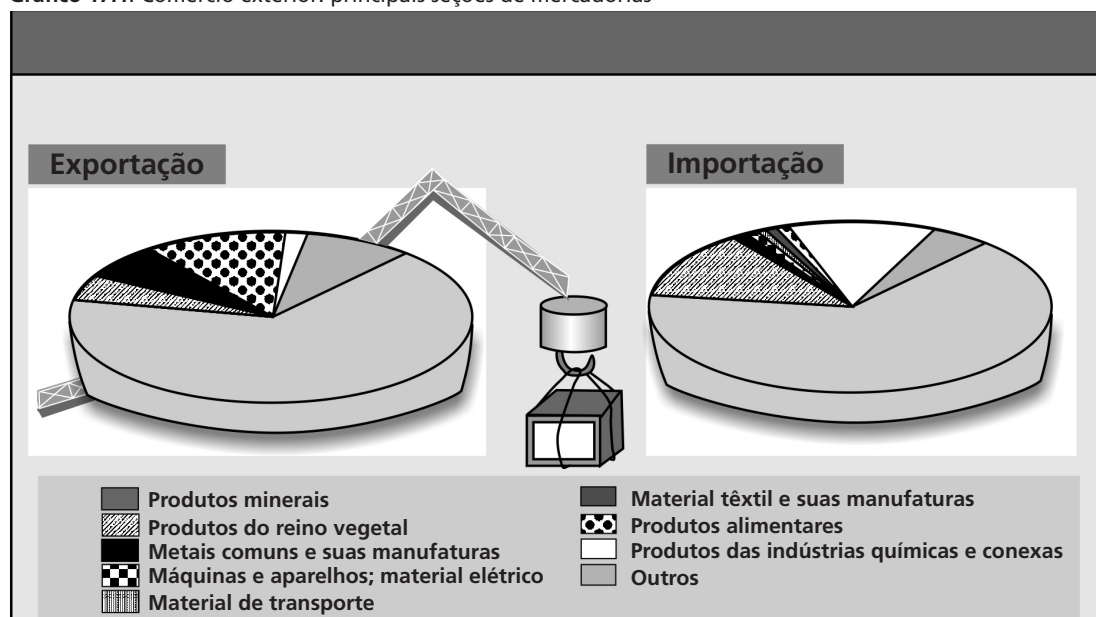
Mas, apesar de o país ser um grande exportador, ao verificarmos a **Tabela 17.1** e o **Gráfico 17.1**, percebemos que grande parte das exportações brasileiras é composta de *commodities*, que, como já vimos, se refere aos produtos a granel, sem a transformação industrial, como é o caso do suco de laranja: exportamos a fruta e importamos o suco.

Tabela 17.1: Principais produtos exportados pelo Brasil

Produtos	Volume exportado (milhões de dólares)	Participação sobre o total de exportação (%)
Automóveis	4.975	9,7
Alumínio, ferro e aço	4.544	8,8
Máquinas e aparelhos mecânicos	4.338	8,4
Minérios	3.465	6,7
Madeira, celulose e papel	3.106	6,0
Têxteis e calçados	2.499	4,8
Café, chá e mate	2.468	4,8
Sementes oleaginosas	2.204	4,3
Açúcar	2.027	3,9
Carnes	1.247	2,4

Fonte: IBGE, *Anuário estatístico do Brasil 1999*. Rio de Janeiro, 2000.

Gráfico 17.1: Comércio exterior: principais seções de mercadorias



Fonte: IBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1999*. Rio de Janeiro, 2000.

Você se lembra de quando tratamos do desenvolvimento acelerado do Brasil nos anos 1970 e da perda da década seguinte, os anos 1980, chamada “década perdida”? Isso foi tratado na Aula 3. Pois bem, a crise dos anos 1980 decretou uma nova fase na história brasileira. Além de interromper o crescimento, também decretou o fim das esperanças que a sociedade tinha de eliminar a pobreza e corrigir as enormes desigualdades sociais existentes no país.

Poderia um modelo de desenvolvimento econômico, implementado com o objetivo de atender às necessidades e aos interesses da classe dominante, se voltar naquele momento às necessidades da classe dominada? Claro que não. Em outras palavras, a população que não havia recebido o seu quinhão da riqueza produzida nos anos áureos da economia nacional, mais uma vez, seria colocada em segundo plano, a partir da implementação das leis econômicas neoliberais que passaram a dominar o país na década de 1990.

Portanto, a crise que explodiu nos anos 1980 foi apenas o reflexo do modelo de desenvolvimento gerado após o golpe (1964), que foi classificado como excludente e concentrador, responsável por levar à marginalização social uma grande parcela da população brasileira.

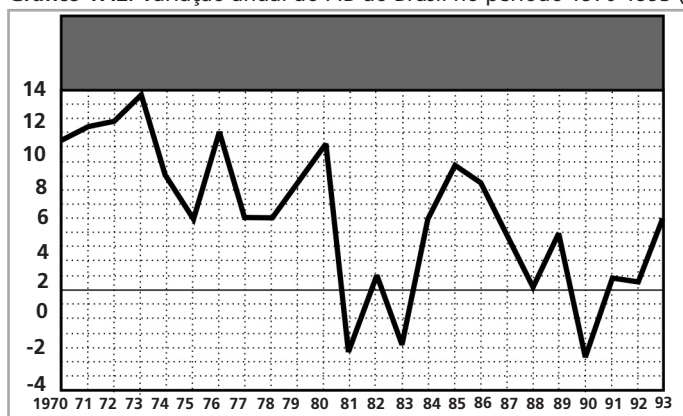
O que afugenta os investimentos estrangeiros no Brasil?

Segundo a firma de auditoria Price Waterhouse, anualmente o país deixa de atrair entre US\$ 30 e US\$ 40 bilhões. O Brasil só perdeu para a China a posição de maior pólo mundial de atração de investimentos diretos estrangeiros no ano passado, com cerca de US\$ 33 bilhões. Nesse primeiro semestre, o valor chegou a US\$ 10 bilhões, e o Governo estima atingir US\$ 20 bilhões em dezembro. A desaceleração da economia mundial tem contribuído para essa redução, o que poderia ser menor não fossem tantos os problemas que o país tem de resolver para atrair esses capitais. (...) Entre as principais restrições está o excesso de carga tributária. São 52 impostos (...); a vigência de uma legislação comercial antiquada e a necessidade de cumprir os rituais de uma burocracia interminável. Isso obriga as empresas a consumirem 7,6% do tempo empregado em tarefas administrativas, checando o emaranhado legal. O índice supera a média de 4,1% da América Latina e coloca o Brasil entre os países que mais desperdiçam tempo com essa tarefa em todo o mundo, atrás apenas do Haiti. (...) São deficiências que corroem a competitividade dos produtos brasileiros e inibem investimentos. A elas se somam outros problemas quase crônicos, como as insuficiências observadas no sistema de ensino e as carências que o país enfrenta no terreno da infra-estrutura – principalmente nos portos. Os índices de violência verificados no país também são lembrados como fatores que afugentam o capital estrangeiro (www.valoronline.com.br - consulta em 29/8/05).

Foi na década de 1980 que tivemos o pior desempenho do PIB de todos os tempos. O PIB brasileiro caiu de oitavo para o décimo lugar entre as maiores economias do mundo. Como reflexo, tivemos a redução da renda *per capita* e o agravamento da pobreza em todo o país. A década de 1980 foi encerrada com uma dívida externa de mais de 120 bilhões de dólares.

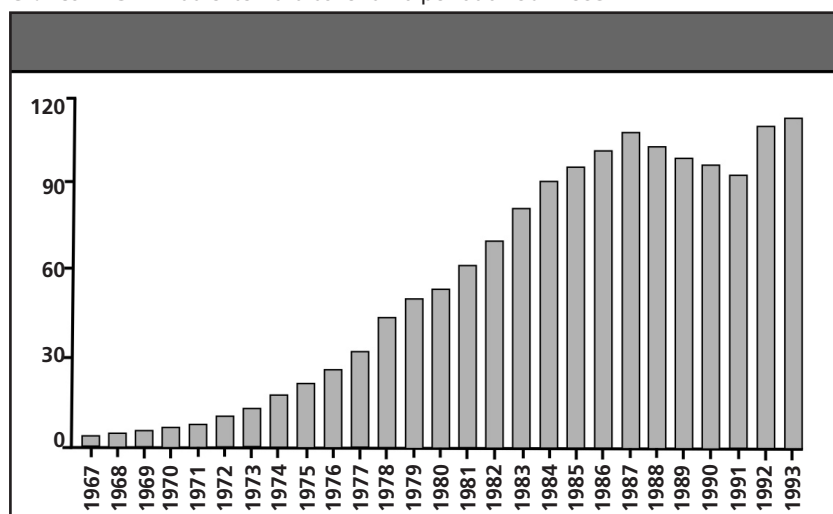
Veja os Gráficos 17.2 e 17.3, que mostram a variação do PIB e da dívida externa brasileira num período de mais ou menos 20 anos.

Gráfico 17.2: Variação anual do PIB do Brasil no período 1970-1993 (%)



Fonte: IBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1999*. Rio de Janeiro, 2000.

Gráfico 17.3: Dívida externa brasileira no período 1967-1993



Fonte: IBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1999*. Rio de Janeiro, 2000.



Aí vai uma dica: procure conversar com alguém que tenha vivido a fase economicamente ativa na década de 1980. Procure saber qual era a verdadeira realidade do país, tanto em termos econômicos como sociais.

ATIVIDADE



2. Qual o interesse do Brasil em investir na ampliação das relações, principalmente comerciais, com outros países da América do Sul?

RESPOSTA COMENTADA

Nessa questão, buscamos mostrar de que forma o país atingiu o patamar de potência econômica regional e o que pretendia com isso. Para o Brasil, antes de tentar uma melhor colocação na economia mundial, seria necessário fortalecer suas relações comerciais com os países vizinhos e aumentar sua influência sobre eles. Para isso, o país fez altos investimentos na modernização de alguns setores que interessavam e atendiam diretamente às necessidades de alguns países, como Uruguai e Bolívia. Além disso, o Brasil precisava fazer frente ao seu maior rival no sul do continente, a Argentina. Todos esses investimentos certamente não foram suficientes para dar ao país a posição que se esperava, pois a economia brasileira se tornou cada vez mais dependente das relações comerciais internacionais, principalmente nos setores que exigiam grandes avanços tecnológicos.

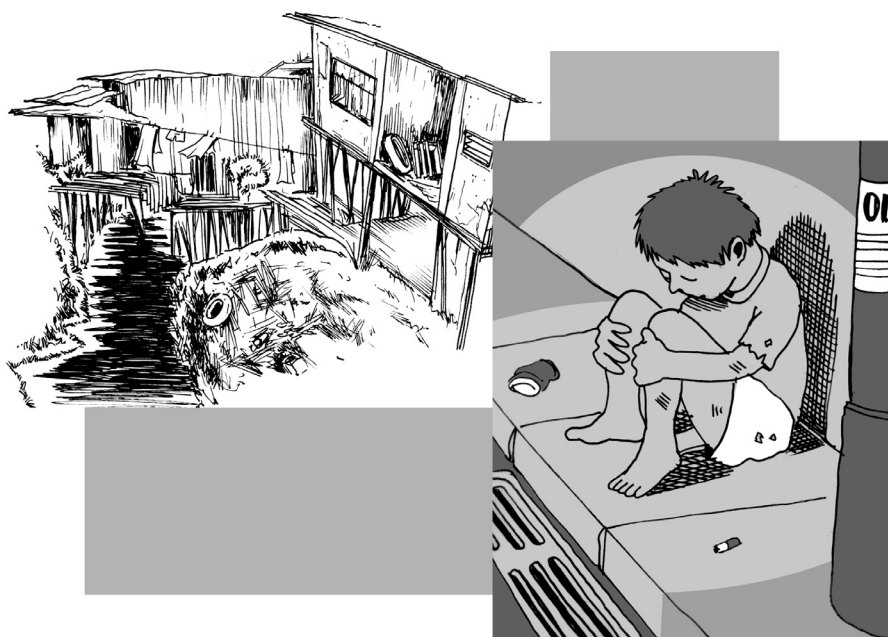


Figura 17.2: Degradação das condições no Brasil após a onda neoliberal.

O BRASIL COM UM PÉ NO PRIMEIRO MUNDO E OUTRO NO TERCEIRO

Nos anos 1990, o país mergulhou na inserção da economia nos ditames neoliberais. Era preciso reajustar a economia às novas leis capitalistas. Os novos governos liberais, inclusive o Brasil, implementaram reformas institucionais e uma política macroeconômica rígida. A nova lei consistia em ampliar a abertura das economias para a economia global, o que trouxe para os países uma dependência financeira internacional ainda maior. O neoliberalismo se caracterizou, sobretudo, pelo alto grau de desindustrialização e desnacionalização e pelo caráter violentamente antipopular.

Ao longo da década de 1990, tornaram-se cada vez mais claras as fragilidades do “modelo de desenvolvimento neoliberal”, e as ilusões e a euforia iniciais acabaram se esvaindo. Atualmente, volta à tona o debate sobre o problema do crescimento econômico e da desigualdade social.

Nessa década, muitos países entraram em sucessivas crises: a Argentina, em 1990, o México, em 1994, e o Brasil, em 1998. Em 2001, de novo a Argentina e o Brasil entraram em crise, e esta se refletiu imediatamente nos países mais pobres. Na América do Sul, a pobreza atingiu cerca de 44% da população, enquanto o desemprego duplicou durante a década de 1990.

No caso do Brasil, sem dúvida, o que falta é um projeto nacional de desenvolvimento que seja capaz de promover, efetivamente, a integração territorial, econômica e social. A adoção do caminho neoliberal, que tem o comércio externo como via única e produziu resultados sociais nefastos, só mostra a importância de buscarmos políticas alternativas.

Veja agora, na **Tabela 17.2**, como são impressionantes alguns números sobre as desigualdades existentes entre os mais ricos e os mais pobres, no interior dos países. Essas enormes diferenças foram alargadas na década de 1990. Observe que a colocação do país tem a ver com o grau de sua desigualdade de renda. Quanto melhor colocado o país, maior a desigualdade e vice-versa.

Tabela 17.2: Apropriações de renda dos 10% mais ricos da população (1990)

10% mais ricos por países		Participação no total da renda
1º	Brasil	50,0%
2º	Zâmbia	46,4%
3º	Quênia	45,8%
4º	Paraguai	44,2%
5º	Peru	42,9%
6º	Turquia	40,7%
7º	México	40,6%
8º	Malásia	39,8%
9º	Filipinas	37,0%
10º	Argentina	35,2%

Fonte: IPEA (1990).

Há diferenças consideráveis nos padrões de vida existentes dentro de um mesmo país. Enquanto há acumulação de riqueza de um lado, há a inexistência de posses de outro. Essas discrepâncias sociais são fruto da distribuição inadequada dos benefícios propiciados pelo desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade moderna. Num país como o Brasil, essas diferenças, que também são gritantes, estão expressas embaixo dos viadutos ou nas calçadas, na discriminação dos indivíduos devido a cor, idade, sexo, grau de instrução, religião, trabalho ou nível de renda.



Figura 17.3: Charge sobre o neoliberalismo.

A globalização apareceu como um fato novo, promissor e irrecusável, que impunha uma política de abertura e interdependência irrestrita como único caminho de defesa dos interesses nacionais.

Na prática, o que houve foi uma transnacionalização da nossa estrutura produtiva e dos centros de decisões políticas do nosso país, o que provocou uma fragilização do Estado e da economia brasileira, que ficaram ainda mais dependentes do capital privado internacional. Como consequência, o Brasil acabou ocupando posição de grande inferioridade no mercado global, se o compararmos com os países mais ricos do mundo, apesar do alto número de exportações. É só lembrar: como resultado final do processo neoliberal, detemos, hoje, a segunda maior dívida externa do mundo, com cerca de 25% do total da dívida mundial, e somos um dos países recordistas em desigualdade social.

Brasil busca ajuda do FMI e amplia a dependência externa

O governo brasileiro está fazendo justamente o contrário do que deveria para reduzir a dependência externa ao buscar novos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). A opinião é do economista Jorge Matoso, secretário de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo, que vê a equipe econômica do governo adotar somente soluções de curto prazo diante de problemas estruturais. "Parece que o governo, ao invés de enfrentar questões como a vulnerabilidade interna e a dependência dos recursos externos, resolveu ampliar essa dependência e a vulnerabilidade", disse hoje Jorge Matoso (...). O secretário entende que os novos empréstimos podem ser, no máximo, soluções de curto prazo para enfrentar os problemas do câmbio. Para solucionar a atual situação de dependência de recursos externos do Brasil, Matoso acredita que o governo deveria reduzir os juros, favorecer as exportações e adotar uma política de substituição das importações. "Essas questões são o gargalo da economia brasileira e resultado das políticas adotadas pelo governo nos últimos 15 anos", afirmou o economista. (...) (www.valoronline.com.br - consulta em 29/8/05).

ATIVIDADE FINAL

O texto abaixo mostra uma das consequências da política neoliberal adotada pelos países pobres, principalmente após os anos 1990:

O Governo diz que não tem dinheiro para aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS), mas beneficia empresas com renúncia fiscal, não recebe o ressarcimento previsto na lei, paga planos de saúde para o funcionalismo, sustenta o atendimento pelos planos em hospitais universitários, e financia a Agência de Saúde Suplementar.

Reflita sobre o texto lido e diga qual é a relação entre a opção por uma política econômica neoliberal e os desajustes sociais existentes na sociedade brasileira.

COMENTÁRIO

Para mostrar as consequências sociais da inserção de países como o Brasil na política neoliberal, buscamos um exemplo da realidade do nosso país. A sociedade paga diariamente o preço do sucateamento das empresas estatais prestadoras de serviços básicos, pois se constata que recursos são desviados para atender às necessidades da iniciativa privada. Você tem um exemplo bem atual, que é o caso da saúde: enquanto o sistema público de saúde cai aos pedaços, o Estado brasileiro investe milhões na saúde privada.

RESUMO

No final da década de 1970, em função do capitalismo, o mundo mergulhou em mais uma crise e, para sair dela, passou a implementar idéias neoliberais, que visavam ao completo afastamento do Estado como investidor e gerenciador dos setores estratégicos dos países.

O Brasil passou a implementar a política neoliberal nos anos 1990, e, também aqui, seus ditames foram colocados em prática, tais como o incentivo às privatizações, a eliminação dos monopólios estatais em setores estratégicos, a maior atração aos investimentos externos e a flexibilização cada vez maior das relações trabalhistas.

No final da década, os resultados dessa política macroeconômica só vieram provar a sua fragilidade, pelo menos do ponto de vista social. O Brasil conseguiu aprofundar ainda mais as desigualdades existentes entre os mais ricos e os mais pobres. Para provar isso, basta ver os dados: no nosso país, os 10% mais ricos detêm 50% da renda nacional.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

A próxima aula será o fechamento deste bloco que se dedicou a analisar as transformações nacionais e regionais pelas quais passou o Brasil, a partir do seu processo de formação. Falaremos da integração econômica, através da constituição de blocos regionais, que se tornou uma necessidade para os países que precisam se fortalecer num mundo cada vez mais global. Veremos, particularmente, a questão da inserção do Brasil na ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

O Brasil e a ALCA

Meta da aula

Indicar as vantagens e desvantagens da criação da ALCA.

Esperamos que, ao fim desta aula, você seja capaz de:

- Demonstrar como se constituiu a ALCA e o que ela representa para os países americanos.
- Identificar quais as conseqüências da inserção do Brasil na ALCA.
- Avaliar a criação da ALCA e o respeito à soberania nacional.

Pré-requisito

Para que você encontre mais facilidade na compreensão desta aula, é importante entender, o processo de globalização da economia visto na Aula 17.

INTRODUÇÃO

Com a globalização, as economias nacionais têm se deparado com os debates sobre a constituição de novos acordos comerciais. É o caso do Brasil, que já faz parte do Mercosul e agora discute a sua inserção na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Os acordos internacionais e a formação de blocos econômicos têm influência direta sobre as políticas nacionais e as condições de vida presentes e futuras das sociedades. Mas, esse tipo de assunto é ainda pouco debatido no Brasil, pois a grande maioria do povo sequer toma conhecimento da sua existência.

O objetivo desta aula é justamente ampliar esse debate, indicando as vantagens e desvantagens da entrada do Brasil para a ALCA.

O QUE É A ALCA?

Trata-se da Área de Livre Comércio das Américas, ou seja, um acordo comercial promovido pelos Estados Unidos e do qual devem participar todos os países de norte a sul do continente americano, com exceção de Cuba, devido à rejeição dos EUA.

NAFTA

Acordo de Livre Comércio da América do Norte que inclui México, Estados Unidos e Canadá. Ele prevê apenas livre circulação comercial, portanto, não há livre circulação de pessoas, como acontece na União Européia. Um exemplo dessa situação são os inúmeros casos de prisões de imigrantes brasileiros na fronteira do México com os EUA, presos diariamente. Caso a ALCA venha a ser assinada, os brasileiros continuarão a ser proibidos de entrar e circular livremente naquele país.

Por que Cuba não fará parte da ALCA?

A história de desentendimentos entre os EUA e Cuba vem desde a década de 1960, quando os EUA, que apoiaram a chegada de Fidel Castro ao poder, voltaram-se contra o regime socialista imposto pelo líder cubano, porque este estatizou, ou seja, nacionalizou várias empresas privadas, como a Texaco. Dessa forma, os interesses norte-americanos de explorar a economia cubana foram contrariados e os EUA impuseram um bloqueio econômico à Cuba, impedindo a circulação de mercadorias e pessoas entre os dois países. Os EUA também provocaram a expulsão de Cuba da OEA (Organização dos Estados Americanos).

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) pretende ser o maior bloco econômico do planeta, reunindo os 34 países do continente americano – que somam um Produto Interno Bruto de quase US\$ 11 trilhões e mais de 808 milhões de habitantes. Só para se ter uma idéia da dimensão deste acordo, a União Européia, que demorou quase 30 anos para entrar em vigor, conta com metade da população e cerca de US\$ 2 trilhões a menos de PIB.

A criação do acordo prevê unir a economia do hemisfério, aumentando a integração social e política entre os países, tendo como modelo os moldes de livre comércio embutidos no **NAFTA**. Em 1990, o ex-presidente norte-americano George Bush anunciou a iniciativa de criar a ALCA, motivado, inicialmente, pelo crescimento significativo da influência do Japão nos mercados das Américas e pela evolução do processo de unificação da Europa, que fortaleceu o mercado comum europeu.

Na verdade, o ex-presidente americano reagiu às aparentes ameaças à hegemonia econômica dos Estados Unidos e buscou orientar os esforços para ampliar as relações comerciais no continente. Seu desejo era ampliar a atuação das empresas americanas, já que a concorrência havia aumentado significativamente no mundo.

Em dezembro de 1994, na 1ª Cúpula das Américas, realizada em Miami, 34 países do hemisfério ocidental, liderados pelos Estados Unidos, decidiram concluir até 2005 as negociações para a criação da ALCA.

Em 1998, aconteceu a 2ª Cúpula das Américas, realizada em Santiago, no Chile. Nela, foi criado um Comitê de Negociações Comerciais, composto por vice-ministros do Comércio de cada país. Também foram estabelecidos nove grupos de trabalho para tratar das principais áreas de negociação do acordo. Veja quais são essas áreas e quais seus objetivos e os verdadeiros interesses existentes:

- serviços como educação, saúde etc.: “estabelecer matérias para liberalizar progressivamente o comércio em serviços”, ou seja, os acordos relativos a serviços limitariam a ação dos governos em todas as políticas públicas e facilitariam o acesso das empresas multinacionais a todos os serviços públicos;
- investimentos: “estabelecer uma estrutura legal, justa e transparente visando incentivar o investimento por meio da criação de um ambiente estável e previsível que proteja o investidor”, ou seja, conceder poderes às empresas do hemisfério, permitindo-lhes contestar todos os regulamentos e atividades do governo;
- agricultura: “eliminar os subsídios de exportação dos produtos agrícolas que afetam o comércio no hemisfério”, ou seja, impedir que medidas nacionais restrinjam as atividades comerciais, como por exemplo, a proibição aos transgênicos;
- contratos públicos do governo: “aumentar o acesso aos mercados de contratos públicos nos países da ALCA”, ou seja, abrir todos os contratos, serviços e bens públicos a licitações competitivas de empresas de todos os países que comporão a ALCA ;

PROPRIEDADE INTELECTUAL

O mesmo que patente. Refere-se aos direitos de exploração de produtos, idéias, inventos etc.

Exemplo: o cupulate, chocolate à base de cupuaçu, registrado por uma firma japonesa a partir da descoberta do seu uso por populações amazônicas.

- acesso ao mercado: “eliminar todas as tarifas (impostos aplicados nas fronteiras) e obstáculos não tarifários. Nesse caso, pode se eliminar uma norma de defesa do meio ambiente ou de defesa da saúde;
- direitos de **PROPRIEDADE INTELECTUAL**: “fomentar e garantir a produção adequada e eficaz dos direitos de propriedade intelectual”, ou seja, garantir o patenteamento de plantas, animais e sementes, dando direitos às empresas privadas em relação às comunidades locais, a sua herança genética e aos medicamentos tradicionais;



SUBSIDIAR

Ajudar. Quantia que o Estado arbitra para setores econômicos. Veja um exemplo: no último ano, o presidente George W. Bush aprovou um subsídio de US\$ 70 bilhões para a agricultura norte-americana e impôs novas barreiras à importação do aço brasileiro.

- subsídios, *antidumping* e direitos de compensação: “examinar maneiras de aprofundar as matérias existentes estabelecidas no Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre subsídios e Medidas de Compensação e conseguir um entendimento (...) visando não criar obstáculos injustificados ao comércio no hemisfério”. A OMC estabelece limites quanto ao que os governos podem ou não **SUBSIDIAR**. A OMC tem sido fortemente criticada pelos países pobres por favorecer os países ricos, tanto no setor agrícola, quanto no de armamentos;

- política de competição: “garantir que os benefícios do processo de liberação da ALCA não sejam prejudicados por práticas comerciais anticompetitivas”. Na prática, os Estados latino-americanos deveriam dissolver seus monopólios ainda existentes, como é o caso da Petrobras, no Brasil, de modo a conceder às empresas multinacionais o direito de entrar no país, destruir as companhias nacionais e estabelecer um novo monopólio, só que agora privado e protegido pela nova legislação;
- resolução de disputas: “fundar um mecanismo justo, transparente e eficaz para a resolução de disputas entre os países da ALCA (...) se utilizando de arbitragem e de outros mecanismos alternativos de solução das disputas”. Esse juizado decidirá se a prática ou política de um país é um obstáculo para o comércio. Isso poderia, inclusive, anular leis, políticas e programas internos de um país.

Resumindo, essas negociações mexem com todos os setores de uma sociedade e servem para negociar os termos da ALCA.

Nesse sentido, a formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) certamente se tornará o tema central da agenda de política externa do Brasil num futuro próximo, porque o interesse dos Estados Unidos (principal interessado na ALCA) está relacionado com a continuação do crescimento das importações dos países da América Latina e do Caribe.

Esse interesse poderá diminuir, no caso de um cenário de forte instabilidade e crise, inclusive, com crescentes restrições ao comércio exterior, no Brasil, que tem a principal economia da região. Após fazermos uma pausa para uma atividade, tentaremos entender quais são as possíveis consequências com a criação da ALCA para o nosso país.

**ATIVIDADE**

1. "Todas as gerações futuras estarão comprometidas pela falta de perspectiva de trabalho e de vida. Se a violência já é grande, aumentará ainda mais, pois o campo para o tráfico das drogas estará propício."

O texto acima ressalta uma das consequências eventuais da criação da ALCA. Defina o que é ALCA e diga quais são os interesses que subsidiam a tentativa de sua constituição.

RESPOSTA COMENTADA

Para entender como (por quê?) se pretende constituir a ALCA e o que ela representa para os países americanos, primeiro definimos a ALCA como o Acordo de Livre Comércio das Américas promovido pelos Estados Unidos, e do qual devem participar todos os países de norte a sul do continente americano, com exceção de Cuba. A criação do acordo, na teoria, prevê unir a economia do hemisfério e aumentar a integração social e política entre os países. Na prática, o que parece é que a ALCA será criada para fortalecer a economia norte-americana frente à concorrência internacional, leia-se, do primeiro mundo. Ou seja, visa atender às necessidades de expansão econômica dos EUA.

O QUE O BRASIL PERDE E GANHA COM A ALCA?

O discurso defendido pelos Estados Unidos e por alguns setores brasileiros favoráveis à implementação da ALCA é o de que, ao tirar as barreiras que hoje existem em relação à liberdade de comércio e aos investimentos entre os países das Américas, a economia tenderá a crescer. Isso significa a geração de empregos e a melhora das condições de vida dos países pobres do continente.

Mas há indicações de que praticamente todos os setores da economia do Brasil perdem mais do que ganham aderindo à ALCA, nas condições até agora propostas, principalmente no segmento de produtos industrializados e de serviços. Mas, por quê?

Para os defensores desse projeto, a ALCA criaria o paraíso do consumo, com o fim de qualquer restrição à circulação de mercadorias, serviços e capitais. Mas, pense um pouco. De fato, o livre comércio

para o cidadão, como consumidor, pode ser a possibilidade de comprar importados mais baratos e, por vezes, de melhor qualidade. Mas, você já pensou nesse mesmo consumidor na sua condição de trabalhador? Certamente essa liberação resultará na perda do seu emprego, porque os produtos importados mais baratos acarretam dificuldades para a fábrica ou empresa onde ele trabalha, devido à concorrência desigual.



Aí vai uma dica: procure conversar com alguém que tenha vivenciado a abertura comercial iniciada pelo presidente Fernando Collor de Mello e acelerada por Fernando Henrique Cardoso, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho, ou seja, ao nível de desemprego.

Outro argumento é de que a ALCA incentivaria o “livre comércio” entre as nações. Conforme demonstram vários estudos, é impossível existir comércio justo entre países com diferenças tão gritantes. Você já experimentou comparar a realidade brasileira com a norte-americana? Ou a realidade boliviana com a norte-americana? Para você ter uma idéia, os EUA controlam quase 80% do PIB do continente. Brasil e Canadá detêm, cada um, cerca de 5%. México e Argentina aparecem em seguida, num patamar em torno de 3% cada um. A partir daí, todos os demais países da região respondem por uma parcela ínfima no PIB continental. Portanto, diante de tanta diferença, a tendência natural é de que os EUA se apoderem de vez da economia latino-americana, causando falências de empresas e demissões em massa.

Diante destes fatos, soam precisas as conclusões de Osvaldo Martínez, diretor do Centro de Investigações da Economia Mundial e Prêmio Nacional de Economia em Cuba: “A ALCA não é mais do que um projeto norte-americano para criar um acordo de livre comércio entre a economia dos Estados Unidos, a mais rica e poderosa do planeta, e as economias latino-americanas e caribenhas, subdesenvolvidas, endividadas, dispersas e cujo Produto Interno Bruto, somado, é quase dez vezes inferior ao dos EUA. Podemos dizer que não é, nem mais nem menos, do que um projeto de integração entre o tubarão e as sardinhas.”



Segundo o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a adesão à ALCA é suicídio. Se a ALCA for implantada, pelo menos 11 dos 22 setores industriais irão à falência, pois não têm como competir com a tecnologia norte-americana.

Nesse caso, a criação da ALCA significará a destruição do que resta das empresas brasileiras, o aumento do desemprego, que já é enorme, e o aumento do número de pessoas e famílias que irão para a miséria, pois como competiremos com os Estados Unidos? Eles detêm 22% da riqueza mundial, enquanto todos os outros países americanos, juntos, produzem apenas 1%. Portanto, quem não tiver dinheiro para pagar vai ficar sem atendimento médico-hospitalar, sem direito à educação, sem condições de pagar os serviços de água e luz. A Previdência Social passará para a iniciativa privada e, depois de alguns anos de arrecadação poderá ir à falência. Veja mais a esse respeito no *boxe a seguir*:

Outros detalhes sobre a ALCA

- A ALCA não se propõe a seguir o mesmo modelo da União Européia (UE). A ALCA pertence ao gênero das zonas de livre comércio, nas quais circulam mercadorias com razoável liberdade, mas sem uma política comercial comum em relação ao resto do mundo nem mobilidade de fatores. A UE, além do livre comércio, adota uma política comum para o resto do mundo (no estilo união alfandegária) e, acima de tudo, prevê a livre movimentação do capital e da força de trabalho dentro do seu perímetro.
- A ALCA não tem entre suas metas o desenvolvimento econômico ou social dos países do continente. Simplesmente visa propiciar às empresas da região a possibilidade de atuar em todo o continente com vantagens superiores. Isso beneficiará as grandes empresas e principalmente as norte-americanas que ainda não possuem operações em nosso país.

– A ALCA seria a maior zona de livre comércio do mundo, representando 52% do comércio mundial, com um PIB superior a US\$ 9 trilhões e uma corrente de comércio (importações mais exportações) de mais de US\$ 2,3 trilhões. Porém, só o NAFTA responde por 88% deste total, mais 8% do Mercosul e os 4% restantes para os demais 27 países. Os EUA são os principais interessados na instalação da ALCA.

– Quando a idéia da ALCA foi lançada pela primeira vez, em 1994, seus defensores diziam que a redução das tarifas beneficiaria os produtos brasileiros que então sofriam com a proteção americana, tais como suco de laranja, siderúrgicos, aço, fumo, calçados e outros. Os setores que seriam prejudicados eram aqueles já dominados por empresas estrangeiras, como informática, e que, portanto, a ALCA poderia prejudicar algumas empresas, mas seria muito benéfica aos consumidores. Mesmo que isso fosse verdade, significa que as exportações brasileiras teriam que se concentrar cada vez mais em produtos primários ou com pouca industrialização, enquanto estaríamos abdicando definitivamente de atuarmos em setores que envolvessem um mínimo de agregação industrial ou conteúdo tecnológico. Continuaríamos meros exportadores de agrícolas ou minerais, ou seja, de *commodities*.

– A ALCA tornará o produto norte-americano ainda mais competitivo dentro do mercado brasileiro. A primeira consequência? Aceleração do atual processo de desnacionalização que vem ocorrendo nos setores industriais. Que vantagens terá o capital estrangeiro em vir para cá gerar novas fábricas e empresas se os respectivos produtos aqui chegarão de qualquer forma, via importação? Se não vamos conseguir atrair o capital externo, por que vamos abrir mão de um dos mais importantes patrimônios que possuímos, que é o nosso mercado interno? (Adaptado de: ALCA, 2005.)



**ATIVIDADE**

2. O que você acredita que pode acontecer ao Brasil e aos povos latino-americanos, de maneira geral, caso a ALCA seja implementada?

RESPOSTA COMENTADA

Para alcançarmos o objetivo de entender quais as conseqüências da inserção do Brasil na ALCA (e dos demais países latino-americanos) é preciso entender que a ALCA foi pensada para beneficiar poucos. Por isso, o andamento de suas negociações se apóia na falta de conhecimento e de clareza sobre os verdadeiros significados das questões que vêm sendo tratadas. Experimente perguntar às pessoas que convivem com você, aos seus amigos, aos seus colegas de pólo, quem sabe exatamente o que significa a ALCA e o que o Brasil ganhará se passar a fazer parte dela? Poderemos ter, por exemplo, uma quebradeira generalizada no setor industrial que não estiver preparado para competir com empresas internacionais melhor estruturadas.

O IMPERADOR DO CONTINENTE

Bem, primeiro você deve lembrar que os EUA são a maior economia do continente e uma das maiores do mundo. Assim fica claro entender porque os EUA têm pressionado tanto os países das Américas para que o acordo da ALCA seja assinado logo.

O Brasil, considerado a maior economia da **AMÉRICA LATINA**, tem sido o principal negociador do acordo frente às tentativas de imposições dos norte-americanos.

Isso se justifica devido à representatividade dos dois países no continente. Além dos Estados Unidos e do Brasil (dois países de porte continental) terem as duas maiores economias, eles têm também as duas maiores populações no conjunto das Américas do Norte, Central e do Sul, ou seja, os dois mais promissores mercados consumidores. Estes dois países respondem por cerca de 80% do PIB desta região (os Estados Unidos representam três quartos, e o Brasil responde por cerca de 5% do PIB regional).

AMÉRICA LATINA

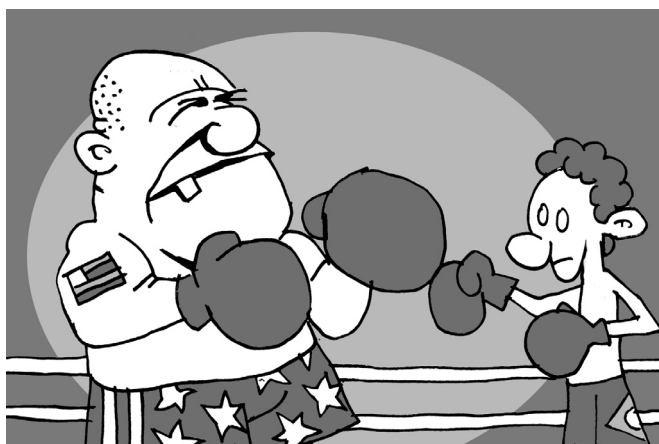
Países que foram colonizados por espanhóis e portugueses.

Apesar das características em comum, é visível a superioridade econômica dos EUA. Veja: os Estados Unidos representaram 10,7% do comércio mundial de bens em 1996, enquanto o Brasil participou com 0,9%.

No que se refere ao comércio internacional de serviços, a situação é completamente distinta. Os Estados Unidos aumentaram significativamente sua competitividade internacional, na medida em que a participação deste país nas exportações mundiais cresceu de 11,5% em 1980 para 17,3% em 1996.

Você já conseguiu entender por que os EUA querem tanto a ALCA? Ainda não? Bem, vamos tentar de novo.

O que os países mais fortes procuram é, além de qualidade e preço baixo, um outro critério essencial para a compra das nossas mercadorias: que elas não prejudiquem os lucros e o crescimento da produção no interior do primeiro mundo. Para entender isso, é só relembrar os pontos selecionados para serem discutidos nos Grupos de Trabalhos, responsáveis por estabelecer as regras para cada ponto de interesse dos países envolvidos, vistos anteriormente. São todos pontos que facilitam ainda mais a entrada de qualquer país na economia dos países componentes do acordo. E quem é o país mais rico e forte do continente?



O presidente dos EUA, George W. Bush, recebeu do Congresso poderes especiais para negociar acordos comerciais com os demais países. Os deputados e senadores, sabendo que só poderão aceitar ou rejeitar em bloco o resultado das negociações, já deixaram claro que não irão abrir mão dos subsídios à agricultura e de uma longa série de impostos que continuarão encarecendo nossos produtos em relação aos que saem da economia norte-americana.

Eles podem se permitir essa postura por uma razão muito simples: dos cerca de 12 trilhões de dólares da riqueza produzida pelos países do continente americano, 9 trilhões, ou seja, 75% são da economia norte-americana, enquanto a participação do Brasil gira em torno dos 7%. Veja o exemplo: é como se uma raposa e um pintinho sentassem para negociar na mesma mesa. Podem chegar até a algum acordo, mas, você entende que, dificilmente, será favorável ao candidato a almoço do seu predador.



Essa integração, especialmente se for acelerada, levará também à redução de direitos sociais e trabalhistas, reforçando o desemprego e a precarização das condições de trabalho, já que as empresas terão de enfrentar maior competição reduzindo custos rapidamente. Um governo comprometido, de fato, com os interesses do povo brasileiro deveria ter por objetivo resistir ao máximo à implantação da ALCA e, enquanto isso, batalhar pelo fortalecimento e pela ampliação do Mercosul.

Segundo alguns críticos da ALCA, entre os principais objetivos da Área de Livre Comércio das Américas está o de transformar o nosso continente num grande escoadouro para as mercadorias que andam encalhadas nos armazéns das empresas norte-americanas. Para fazer com que a economia norte-americana saia da crise em que mergulhou e retome o caminho do crescimento, se faz necessária uma vigorosa ampliação do mercado consumidor. Só assim os EUA poderão garantir parte dos recursos que precisam para recuperar sua economia e alimentar a política armamentista com a qual pretendem expandir o seu domínio sobre as demais nações do globo.

O que dizem os americanos sobre a ALCA?

“Nós temos 4% da população do mundo e controlamos 22% da riqueza do mundo. Se quisermos manter essa fatia de riqueza, nós precisaremos vender para os outros 96% da população” (Bill Clinton – ex-presidente). “O nosso objetivo com a ALCA é garantir para as empresas norte-americanas, o controle de um território que vai do Pólo Ártico até a Antártida e livre acesso, sem nenhum obstáculo ou dificuldades de nossos produtos, serviços, tecnologia e capital entre todo o hemisfério” (General Colin Powell, secretário de Estado do governo Bush). Adaptado de www.misacor.com.br/alca em 31/8/2005.

Como isso é possível? Esta façanha é possível pelo fato de os Estados Unidos terem uma capacidade tecnológica cerca de 110 vezes superior à capacidade latino-americana. Trocando em miúdos, isso significa que, ao longo de uma jornada de trabalho de 8 horas, as empresas norte-americanas, em média, podem produzir 210 mercadorias quando os demais países da América Central e do Sul conseguem chegar apenas a 100.

Essa vantagem faz com que os preços de seus produtos sejam mais baratos do que os nossos. Por isso, ao eliminar os impostos que o Brasil aplica a vários itens comprados no exterior, o resultado imediato seria a impossibilidade de vender parte significativa da nossa produção até mesmo no mercado interno.

Resumindo: em pouco tempo, a competição em condições de tamanha desigualdade levaria à quebra ou à sensível redução da nossa indústria e da própria agricultura, além de aumentar a dependência do país em relação às economias mais fortes do continente. Veja mais sobre esse assunto no box a seguir:

No Brasil, há vários anos vêm sendo organizados debates que visam levar à sociedade um melhor entendimento do que significaria a inserção do Brasil na ALCA. Por esse motivo foi criada a Campanha Nacional contra a ALCA que acompanha um movimento que acontece em todo o continente. As manifestações de protesto das sociedades contra o processo de globalização financeira também continuam crescendo e se fortalecendo mundo afora. São questionamentos feitos sobre as políticas da OMC, do FMI, do Banco Mundial e de outras instituições. Veja o que diz o movimento Campanha Nacional contra a ALCA:

5 RAZÕES PARA DIZER NÃO À ALCA

1. O Acordo da ALCA é mais do que um acordo de livre comércio, é um acordo que vai destruir a soberania nacional dos países que o firmarem, submetendo-os, todos, às leis econômicas e aos interesses do capital norte-americano. E vai reorganizar as economias latino-americanas para serem exportadoras de matérias-primas e mão-de-obra barata e importadoras de bens de consumo industrializados.

2. A livre circulação de mercadorias, bens e serviços prevista com o acordo da ALCA trará, automaticamente, a adoção do dólar como moeda corrente no continente.
3. Na maioria dos países latino-americanos, os direitos trabalhistas são mais avançados do que nos Estados Unidos, ao passo que, com o acordo, a base das relações trabalhistas será a dos Estados Unidos. Isto quer dizer que os trabalhadores latinos perderão muitos direitos já conquistados.
4. A integração do continente a um processo de submissão comercial e cultural certamente afetará o uso dos idiomas locais, a cultura nacional e, inclusive, os hábitos alimentares de cada país.
5. Com a integração e o fim do protecionismo nacional, ficarão facilitados o controle e o domínio da biodiversidade existente na Amazônia por parte das empresas transnacionais. (Adaptado de CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA, 2002.)

A QUESTÃO DA SOBERANIA

Todo estado é soberano, salvo os estados-membros de uma federação que abdicam de parte de sua soberania, pois não possuem personalidade de direito internacional. Abdicam também de uma parcela da sua soberania interna, pois estão totalmente submetidos à Constituição Federal. A soberania se exterioriza em seu grau máximo na Constituição Federal, e decorre, portanto, dos ditames da Lei das leis. Então, quando se diz que “todo poder emana do povo”, estamos dizendo que só o povo pode abdicar da soberania, ou seja, sem uma manifestação popular convocada (um plebiscito popular) seria impossível a assinatura de um tratado com um estado que não seja latino-americano, a não ser que se trate de acordos comerciais, e, ainda assim, com respeito e igualdade entre as partes.

O que chama logo a atenção, quando se trata de discutir a nossa integração em um bloco econômico ou numa associação de mercado livre, são os itens relacionados à independência nacional e à igualdade entre estados, inseridos na Constituição Federal.

Por isso, falar de tratados internacionais significa falar de soberania nacional. Qualquer país que assine um acordo desses não pode abdicar da independência nacional, nem desrespeitar a igualdade entre estados.

Assim, no caso da ALCA, a primeira dificuldade seria exigir dos Estados Unidos a queda das barreiras referentes aos produtos brasileiros. E isso parece impossível visto que o Congresso dos EUA tem dito que a sua função é proteger os produtores nacionais.

Mas, a proteção ao mercado interno, no caso do Brasil, é algo que está implícito na nossa Constituição. O próprio texto da Constituição diz que “o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado

de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos da lei federal”.

Portanto, enquanto não caírem as barreiras sobre os nossos produtos de exportação e não se criarem garantias de que nossa soberania será mantida, não haverá possibilidade constitucional de se firmar o tratado da ALCA.



ATIVIDADE FINAL

O art. 4º da nossa Constituição estabelece os seguintes princípios, pelos quais o Brasil deverá reger-se em suas relações internacionais:

“ Art. 4º

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não-intervenção;
- V – igualdade entre Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X – concessão de asilo político.”

Fale dos itens presentes no texto da Constituição que seriam feridos caso a ALCA fosse implementada a partir das normas que você aprendeu nesta aula.

RESPOSTA COMENTADA

Quando discutimos a criação da ALCA e o respeito à soberania nacional, devemos nos ater primeiramente ao significado da sigla ALCA. Embora se trate apenas de “livre comércio”, temos de entender que o ALCA nce da ALCA é bem maior. Trata-se, sobretudo, de uma questão de soberania nacional. Quando se impede uma nação de proteger a si, a sua população e a sua economia interna, está se impedindo que se cumpram os direitos de soberania, ditados nos textos constitucionais. No caso da ALCA (no que está presente no texto atual, que vem sendo discutido), trata-se de aplicar um tratado que poderá ferir concretamente direitos e garantias individuais, porque na prática, o acordo visa avançar na desregulamentação das economias latino-americanas e na anulação completa do papel dos Estados nacionais.

RESUMO

A constituição da ALCA visa criar um acordo comercial entre os países do continente americano, com exceção de Cuba, cujas negociações vêm sendo lideradas pelos EUA.

Para se efetivar o acordo, foram estabelecidos nove grupos de trabalho que estão debatendo os seguintes pontos: serviços, investimentos, agricultura, contratos públicos do governo, acesso ao mercado, direitos de propriedade intelectual, subsídios, *antidumping* e direitos de compensação.

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) pretende ser o maior bloco econômico do planeta, reunindo os 34 países do continente americano – que somam um Produto Interno Bruto de quase US\$ 11 trilhões e mais de 808 milhões de habitantes. Mas há forte resistência à sua criação, pois o Acordo, que é liderado pelos EUA, corre um sério risco de atender apenas às economias mais fortes: leia-se Estados Unidos da América.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, nos deteremos em temas que tratam da realidade socioespacial do estado do Rio de Janeiro. Começaremos por analisar como foi o processo de ocupação regional e quais as consequências atuais dessa ocupação.

Referências

Aula 11

ADAS, Melhem. *Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais*. Rio de Janeiro: Moderna, 1998.

DAMIANI, Amélia. *População e geografia*. São Paulo: Contexto, 1991.

GONÇALVES, Maria Flora (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas e perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

VALIM, Ana. *Migrações: da perda da terra à exclusão social*. 8. ed. São Paulo: Atual, 1996. (Espaço e Debate).

Aula 12

ATLAS Geográfico Escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

BRASIL. Lei n.10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretriz geral da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 de julho 2001.

GONÇALVES, Maria Flora (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas e perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

PROJETO Renascer Brasil: reformas culturais, sociais e econômicas inspiradas na ética bíblica. Disponível em: www.renascebrasil.com.br. Acesso em: 12 jul. 2005.

ROSS, Jurandyr. L. Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação B. *Capitalismo e urbanização*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

VALIM, Ana. *Migrações: da perda da terra à exclusão social*. 8. ed. São Paulo: Atual, 1996. (Espaço e debate).

Aula 13

COELHO, Marcos de Amorim; TERRA, Lygia. *Geografia do Brasil: espaço natural, territorial e socioeconômico brasileiro*. São Paulo: Moderna, 2000.

FAISSOL, Speridião. Planejamento e geografia: exemplos da experiência brasileira. Rio de Janeiro, IBGE, ano 50, t. 2, 1988. Edição especial.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO. Dados comparativos sobre as regiões brasileiras. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: ww.ibge.gov.br. Acesso em: 23 jun. 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1994.

Aula 14

COELHO, Marcos de Amorim; TERRA, Lygia. *Geografia do Brasil: espaço natural, territorial e socioeconômico brasileiro*. São Paulo: Moderna, 2000.

FAISSOL, Speridião. Planejamento e geografia: exemplos da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, FIBGE, ano 50, t. 2, 1988. Edição especial.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1996.

Aula 15

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. A reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

SOUZA, Márcio. Amazônia e modernidade. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, 2002.

Aula 16

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed. Paulo: Cortez, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.

ANDRIGHETTI, Yná. *Nordeste: mito e realidade*. São Paulo: Moderna, 1998.

BUARQUE, Cristovam. Nordeste: quinhentos anos de descobertas. In: SACHS, Ignacy. WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Observanordeste*. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/observanordeste>. Acesso em: 29 ago. 2005.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida Severina e outros poemas em voz alta*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1966.

SMITH, Roberto. Terra e trabalho na formação regional do Nordeste. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

Aula 17

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: _____. *Fim do milênio*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 3.

IBGE. *Apropriações de renda dos 10% mais ricos da população*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

FOLHA Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 29 ago. 2005.

MICHELENA, José Agustín Silva. *Crise no sistema mundial: política e blocos de poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

NOVAES, Carlos Eduardo; RODRIGUES, Vilmar. *Capitalismo para principiantes*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1985.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Sala da Imprensa. Jornal da Unicamp. Disponível em: www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje em 29/8/05. Acesso em: 13 set. 2005.

VALOR Online. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br>. Acesso em: 13 set. 2005.

Aula 18

ALCA: questão de soberania. Disponível em: <http://www.arturbruno.com.br/acao/artigos/2002/texto.asp?id=357>. Acesso em: 2005.

BENJAMIN, César *et. al.* *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

_____. *O Brasil é um sonho (que realizaremos): os desafios do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. *Para entender a ALCA*. São Paulo: Loyola, 2002.

DIÁRIO Vermelho. *Especial sobre a ALCA*. Disponível em: www.vermelho.org.br/alca. Acesso em: 13 set. 2005.



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério
da Educação

